



PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL

ALENTEJO

Capítulo D - DOCUMENTO ESTRATÉGICO



Ficha Técnica

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

Coordenação

IPI CONSULTING NETWORK

Coordenador

PROF

Miguel Serrão

Equipa Técnica

André Alves

Andrea Igreja

Carlos Alexandre

Carlos Pinto Gomes

Cláudia Viliotis

Fernando Malha

Luís Rochartre Álvares

Mauro Raposo

Nuno Oliveira

Nuno Ribeiro

Rita Crespo

Susana Saraiva Dias

ÍNDICE

D - ANÁLISE PROSPETIVA E DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS

1. Análise Prospetiva	1
1.1. Introdução	1
1.2. Abordagem metodológica	1
1.3. Cenários.....	6
1.3.1. Cenário A	6
1.3.2. Cenário B	7
1.3.3. Cenário C.....	7
1.3.4. Análise comparativa de cenários.....	7
1.3.5. Potenciais impactes sobre as principais espécies florestais.....	11
1.3.5.1. Recursos florestais.....	11
1.3.5.2. Incêndios florestais.....	22
1.3.5.1. Serviços ambientais	24
1.3.5.2. Agentes bióticos nocivos	25
1.3.5.3. Socioeconomia.....	25
1.3.5.4. Mitigação e Adaptação	25
2. Objetivos, Medidas e Ações	26
2.1. Visão	26
2.2. Objetivos Estratégicos da Estratégia Nacional para as Florestas	26
2.3. Objetivos transversais do PROF-ALT.....	27
2.4. Objetivos específicos por SRH	27
2.5. Análise SWOT.....	46
2.5.1. Pressões e concorrências de uso	46
2.5.2. Análise SWOT dos Cenários	47
2.6. Medidas	50
2.7. Ações	52
2.8. Fomento da gestão florestal – Planos de Gestão Florestal	57
2.9. Rede de matas modelo.....	58

3. Espécies a Privilegiar	60
3.1. Identificação de sistemas e espécies a privilegiar em cada SRH	61
3.2. Espécies a privilegiar na SRH Almodôvar e Serra do Algarve	62
3.3. Espécies a privilegiar na SRH Alqueva e envolventes.....	64
3.4. Espécies a privilegiar na SRH Campo Branco.....	65
3.5. Espécies a privilegiar na SRH Campos de Beja	66
3.6. Espécies a privilegiar na SRH Campos de Évora e Reguengos.....	67
3.7. Espécies a privilegiar na SRH Charneca do Alto Alentejo	68
3.8. Espécies a privilegiar na SRH Charneca do Tejo e do Sado	69
3.9. Espécies a privilegiar na SRH Cintura de Ourique	70
3.10. Espécies a privilegiar na SRH Estuário e Vale do Baixo Sado.....	71
3.11. Espécies a privilegiar na SRH Litoral Alentejano e Mira	72
3.12. Espécies a privilegiar na SRH Margem Esquerda.....	73
3.13. Espécies a privilegiar na SRH Montados do Alentejo Central	74
3.14. Espécies a privilegiar na SRH Montados do Sado, Viana e Portel	75
3.15. Espécies a privilegiar na SRH Peneplanície do Alto Alentejo	76
3.16. Espécies a privilegiar na SRH Pinhais do Alentejo Litoral	77
3.17. Espécies a privilegiar na SRH Serra de Ossa e Terras do Alandroal.....	78
3.18. Espécies a privilegiar na SRH Serra de São Mamede.....	79
3.19. Espécies a privilegiar na SRH Serra do Monfurado	80
3.20. Espécies a privilegiar na SRH Serras do Litoral e Montados de Santiago.....	81
3.21. Espécies a privilegiar na SRH Tejo Superior.....	82
3.22. Espécies a privilegiar na SRH Terras de Mourão	83
Bibliografia	85
Anexos	89
Anexo I – Cenários de aptidão produtiva da região para as restantes espécies.....	91
Anexo II - Dimensão média das propriedades	103
Anexo III – Espécies Arbóreas a utilizar em Portugal Continental	107
Anexo IV – Vegetação ripícola arbórea	117

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Aptidão potencial para o Pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	12
Figura 2. Aptidão potencial para o Pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	13
Figura 3. Aptidão potencial para o Pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>) em 2030 e 2050 (Cenários A, B e C).....	14
Figura 4. Aptidão potencial para o Eucalipto (<i>Eucalyptus globulus</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	14
Figura 5. Aptidão potencial para o Eucalipto (<i>Eucalyptus globulus</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	15
Figura 6. Aptidão potencial para o Eucalipto (<i>Eucalyptus globulus</i>) em 2030 e 2050 (Cenários A, B e C).....	16
Figura 7. Aptidão potencial para o Sobreiro (<i>Quercus suber</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	16
Figura 8. Aptidão potencial para o Sobreiro (<i>Quercus suber</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	17
Figura 9. Aptidão potencial para o Sobreiro (<i>Quercus suber</i>) em 2030 e 2050 (Cenários A, B e C).....	18
Figura 10. Aptidão potencial para o Pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	18
Figura 11. Aptidão potencial para o Pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	19
Figura 12. Aptidão potencial para o Pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>) em 2030 e 2050 (Cenários A, B e C)	20
Figura 13. Aptidão potencial para a Azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	20
Figura 14. Aptidão potencial para a Azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	21
Figura 15. Aptidão potencial para a Azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>) em 2030 e 2050 (Cenários A, B e C) ..	22
Figura 16. Índice meteorológico de risco de incêndio florestal do sistema canadiano (Fire Weather Index) ..	23
Figura 17. Efeitos das alterações climáticas sobre os principais elementos do regime de fogo em sistemas dominados por ignição antropogénica.....	24
Figura 18. Matas Modelo na região PROF-ALT	59
Figura 19. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Almodôvar e Serra do Algarve	63
Figura 20. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Alqueva e envolventes.....	64
Figura 21. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Campo Branco.....	65
Figura 22. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Campos de Beja	66
Figura 23. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Campos de Évora e Reguengos.....	67
Figura 24. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Charneca do Alto Alentejo	68
Figura 25. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Charneca do Tejo e do Sado	69
Figura 26. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Cintura de Ourique	70
Figura 27. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Estuário e Vale do Baixo Sado.....	71
Figura 28. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Litoral Alentejano e Mira	72
Figura 29. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Margem Esquerda.....	73
Figura 30. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Montados do Alentejo Central	74
Figura 31. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Montados do Sado, Viana e Portel	75

Figura 32. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Peneplanície do Alto Alentejo	76
Figura 33. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Pinhais do Alentejo Litoral.....	77
Figura 34. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Serra de Ossa e Terras do Alandroal.....	78
Figura 35. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Serra de São Mamede.....	79
Figura 36. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Serra do Monfurado	80
Figura 37. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Serras do Litoral e Montados de Santiago.....	81
Figura 38. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Tejo Superior.....	82
Figura 39. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Terras de Mourão	83

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Forças Motrizes consideradas para os Cenários preconizados	3
Quadro 2. Variáveis florestais consideradas para os Cenários preconizados	5
Quadro 3. Análise comparativa das Forças Motrizes para os Cenários preconizados	8
Quadro 4. Análise comparativa das variáveis florestais para os Cenários preconizados.....	9
Quadro 5. Pontos Fortes e Fracos por SRH da região PROF-ALT.....	28
Quadro 6. Objetivos específicos por SRH da região PROF-ALT	37
Quadro 7. Síntese dos objetivos específicos por SRH	44
Quadro 8. Matriz SWOT.....	46
Quadro 9. Matriz SWOT / Estratégias	46
Quadro 10. Pressões e concorrências de uso.....	46
Quadro 11. Pontos fortes e fracos do Cenário A.....	47
Quadro 12. Pontos fortes e fracos do Cenário B.....	48
Quadro 13. Pontos fortes e fracos do Cenário C.....	49
Quadro 14. Medidas relativas à prossecução dos objetivos transversais.....	50
Quadro 15. Objetivos e ações relativos à atividade cinegética.....	52
Quadro 16. Objetivos e ações relativos à pesca nas águas interiores	53
Quadro 17. Objetivos e ações relativos à Conservação	53
Quadro 18. Objetivos e ações relativos ao controlo da erosão e à preservação dos valores do solo e da água	53
Quadro 19. Objetivos e ações relativos à diversificação da composição das áreas florestais.....	54
Quadro 20. Objetivos e ações relativos à silvopastorícia.....	54
Quadro 21. Objetivos e ações relativos ao aproveitamento de biomassa para energia	54
Quadro 22. Objetivos e ações relativos à produção silvícola	54
Quadro 23. Objetivos e ações relativos à recuperação das galerias ripícolas.....	55
Quadro 24. Objetivos e ações relativos à recuperação do montado de sobro e azinho	55
Quadro 25. Objetivos e ações relativos à promoção do enquadramento adequado de monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infraestruturas.....	55
Quadro 26. Objetivos e ações relativos à promoção do aproveitamento de produtos não lenhosos	55
Quadro 27. Matas Modelo na região PROF-ALT.....	58
Quadro 28. Espécies a privilegiar na SRH Almodôvar e Serra do Algarve	63
Quadro 29. Espécies a privilegiar na SRH Alqueva e envolventes.....	64
Quadro 30. Espécies a privilegiar na SRH Campo Branco.....	66

Quadro 31. Espécies a privilegiar na SRH Campos de Beja	67
Quadro 32. Espécies a privilegiar na SRH Campos de Évora e Reguengos.....	68
Quadro 33. Espécies a privilegiar na SRH Charneca do Alto Alentejo	69
Quadro 34. Espécies a privilegiar na SRH Charneca do Tejo e Sado	70
Quadro 35. Espécies a privilegiar na SRH Cintura de Ourique	71
Quadro 36. Espécies a privilegiar na SRH Estuário e Vale do Baixo Sado	72
Quadro 37. Espécies a privilegiar na SRH Litoral Alentejano e Mira	73
Quadro 38. Espécies a privilegiar na SRH Margem Esquerda	74
Quadro 39. Espécies a privilegiar na SRH Montados do Alentejo Central	75
Quadro 40. Espécies a privilegiar na SRH Montados do Sado, Viana e Portel	76
Quadro 41. Espécies a privilegiar na SRH Peneplanície do Alto Alentejo	77
Quadro 42. Espécies a privilegiar na SRH Pinhais do Alentejo Litoral.....	78
Quadro 43. Espécies a privilegiar na SRH Serra de Ossa e Terras do Alandroal.....	79
Quadro 44. Espécies a privilegiar na SRH Serra de São Mamede	80
Quadro 45. Espécies a privilegiar na SRH Serra do Monfurado	81
Quadro 46. Espécies a privilegiar na SRH Serras do Litoral e Montados de Santiago.....	82
Quadro 47. Espécies a privilegiar na SRH Tejo Superior	83
Quadro 48. Espécies a privilegiar na SRH Terras de Mourão	84

ÍNDICE DE FIGURAS EM ANEXO

ANEXO I

Figura I-1. Aptidão potencial estimada para o Medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B) .	91
Figura I-2. Aptidão potencial estimada para o Medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C) .	91
Figura I-3. Aptidão potencial estimada para o Castanheiro (<i>Castanea sativa</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B) .	92
Figura I-4. Aptidão potencial estimada para o Castanheiro (<i>Castanea sativa</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C) .	92
Figura I-5. Aptidão potencial estimada para a Alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	93
Figura I-6. Aptidão potencial estimada para a Alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	93
Figura I-7. Aptidão potencial estimada para o Cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	94
Figura I-8. Aptidão potencial estimada para o Cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	94
Figura I-9. Aptidão potencial estimada para o Cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	95
Figura I-10. Aptidão potencial estimada para o Cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	95
Figura I-11. Aptidão potencial estimada para a Nogueira (<i>Juglans regia</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	96
Figura I-12. Aptidão potencial estimada para a Nogueira (<i>Juglans regia</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	96
Figura I-13. Aptidão potencial estimada para o Pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	97
Figura I-14. Aptidão potencial estimada para o Pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	97
Figura I-15. Aptidão potencial estimada para a Cerejeira (<i>Prunus avium</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	98
Figura I-16. Aptidão potencial estimada para a Cerejeira (<i>Prunus avium</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	98
Figura I-17. Aptidão potencial estimada para o Carvalho-português (<i>Quercus faginea</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	99
Figura I-18. Aptidão potencial estimada para o Carvalho-português (<i>Quercus faginea</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	99
Figura I-19. Aptidão potencial estimada para o Carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	100
Figura I-20. Aptidão potencial estimada para o Carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	100
Figura I-21. Aptidão potencial estimada para o Cipreste-da-Califórnia (<i>Cupressus macrocarpa</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	101
Figura I-22. Aptidão potencial estimada para o Cipreste-da-Califórnia (<i>Cupressus macrocarpa</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	101

Figura I-23. Aptidão potencial estimada para o Carvalho-americano (<i>Quercus rubra</i>) em 2030 e 2050 (Cenário B)	102
Figura I-24. Aptidão potencial estimada para o Carvalho-americano (<i>Quercus rubra</i>) em 2030 e 2050 (Cenário C)	102

ÍNDICE DE QUADROS EM ANEXO

ANEXO II

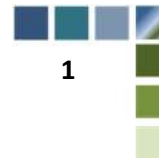
Quadro II-1. Dimensão média (ha) da propriedade por concelho e SRH em 2009	103
--	-----

ANEXO III

Quadro III-1. Espécies indígenas – Resinosas	108
Quadro III-2. Espécies indígenas - Folhosas	108
Quadro III-3. Espécies não indígenas – Resinosas (consideradas espécies indígenas por DL n.º 565/99, de 21 de dezembro)	113
Quadro III-4. Espécies não indígenas – Folhosas (consideradas espécies indígenas por DL n.º 565/99, de 21 de dezembro)	114

SIGLAS E ACRÓNIMOS

- BAU** – BUSINESS AS USUAL
- CMIP5** – COUPLED MODEL INTERCOMPARISON PROJECT - PHASE 5
- DFCI** – DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS
- DSR** – DAILY SEVERITY RATING
- ENAAC** – ESTRATÉGIA NACIONAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
- ENF** – ESTRATÉGIA NACIONAL PARA AS FLORESTAS
- FGEF** – FUNÇÕES GERAIS DO ESPAÇOS FLORESTAIS
- FWI** – FIRE WEATHER INDEX
- GEE** – GASES DE EFEITO ESTUFA
- HT** – HIGH TEMPERATURE TREATMENT
- ICNF** – INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS
- IPCC** – PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
- NMP** – NEMÁTODO-DA-MADEIRA-DO-PINHEIRO
- ONU** – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
- PGF** – PLANO DE GESTÃO FLORESTAL
- PROF** – PLANO OU PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL
- PROF-ALT** – PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO ALENTEJO
- RCP** – REPRESENTATIVE CONCENTRATION PATHWAYS
- SIAM** – AVALIAÇÃO INTEGRADA DOS IMPACTOS E MEDIDAS DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS EM PORTUGAL CONTINENTAL
- SNAC** – SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS CLASSIFICADAS
- SRH** – SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA
- SWOT** – STRENGTHS, WEAKNESSES, OPPORTUNITIES AND THREATS
- ZIF** – ZONA DE INTERVENÇÃO FLORESTAL



D – ANÁLISE PROSPETIVA E DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS

1. ANÁLISE PROSPETIVA

1.1. Introdução

Neste capítulo procede-se à análise de tendências quanto à evolução dos espaços florestais e ao eventual desempenho das suas funções, identificando as Forças Motrizes em função das quais se desenvolve o exercício prospetivo.

Pretende-se estruturar e objetivar, procedendo-se à avaliação dos cenários de desenvolvimento sem que seja realizada uma descrição exaustiva da situação de referência e das respetivas perspetivas de desenvolvimento, centrando-se antes na avaliação dos aspetos considerados críticos e determinantes nos eventuais efeitos florestais/ambientais e socioeconómicos, que os cenários e as opções de desenvolvimento, possam provocar no território.

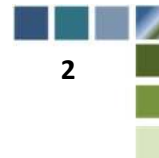
A definição dos Cenários de Desenvolvimento Florestal para o ano horizonte deste Programa – 2050, teve por base o inventário florestal e o diagnóstico ambiental, social e económico realizado nos Capítulos A, B e C do Documento Estratégico. Além do diagnóstico da situação atual foram identificadas as respetivas visões, oportunidades, constrangimentos e perspetivas de desenvolvimento, sendo adotados os eixos de desenvolvimento setorial preconizados pela Estratégia Nacional para as Florestas (ENF). A consistência dos cenários elaborados teve em conta a Matriz de Consistência definida na ENF e que será desenvolvida no Capítulo G - “Programa de Execução e Atribuições”.

No caso particular do Cenário de Referência (“*Business as usual*” - BAU) pesou sobretudo a definição exposta para a “Situação atual de referência”. Introduziram-se ainda alguns ajustamentos em função de critérios de consistência e de forma a integrar algumas das expectativas descritas ao nível das “Perspetivas de desenvolvimento”. Este cenário foi delineado ainda de forma a contemplar uma lógica de desenvolvimento desprovido de grandes expectativas multissetoriais otimistas, ainda que incorporando todas as medidas em avançado estado processual/político de concretização.

1.2. Abordagem metodológica

Com o advento do crescente recurso ao uso de combustíveis fósseis, o clima e as alterações e origem antrópica causadas ao mesmo tem constituído um fator de crescente preocupação. Cada vez mais têm vindo a ser realizados estudos dos impactos da ação antrópica sobre o sistema climático, e assim identificar as causas das mudanças que já são notadas. Nesse sentido, o Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC, sigla em inglês), ou o painel do clima da Organização das Nações Unidas (ONU) foi criado e com o intuito de melhor perceber e prever a possibilidade e a eventualidade de ocorrência de alterações climáticas. No presente trabalho, são abordadas as análises e projeções das simulações climáticas dos Modelos de Circulação Geral do “*Coupled Model Intercomparison Project - Phase 5*” (CMIP5).

Existe atualmente um consenso alargado quanto à inevitabilidade das alterações climáticas decorrente do aumento das emissões globais de gases com efeito de estufa. Todas as projeções realizadas pelo IPCC apontam no sentido do aumento da temperatura terrestre e na alteração dos padrões climáticos.



A metodologia utilizada consiste na definição de diretrizes, forças motrizes, variáveis sujeitas a impactos e análise de cenários prospetivos.

O IPCC criou quatro projeções diferentes para mostrar o que ocorreria com o Planeta em diferentes cenários, que variam entre o otimista e o pessimista. Cada cenário considera o histórico evolutivo de diversos fatores, como a emissão de gases, a concentração de gases de efeito estufa e informações de tipo de cobertura terrestre, para as projeções.

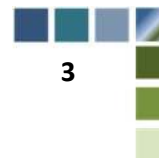
Os modelos climáticos usados pelo IPCC projetam diferentes variações de temperatura de acordo com a concentração de dióxido de carbono na atmosfera. Estes cenários denominam-se RCP, sigla em inglês para “trajetórias representativas de concentração” (*Representative Concentration Pathways*), e medem a variação de radiação do planeta, em *watts* por metro quadrado. Variam entre 2,6 W/m² – o cenário compatível com a manutenção do aquecimento na meta de 2°C, considerada pela ONU o limite “seguro” – e 8,5 w/m², valor expectável caso se mantenha o atual ritmo de acréscimo de emissões.

As RCP disponibilizam os fundamentos comuns para a modelação das alterações climáticas. Existem 4 RCP: RCP8.5, RCP6, RCP4.5, e RCP2.6 (ou RCP3PD). Os números referem-se a desequilíbrios energéticos globais, medidos no ano de 2100. Os RCP são calculados com base no número de reflexão de radiação, ou seja, a capacidade de dissipação de calor em cada um dos cenários. A escala de projeções vai de 2.6 (cenário otimista) a 8.5 (cenário pessimista). O cenário atual é de 2.2, logo, caso o pico atingisse os 2.6, tratar-se-ia de um futuro razoável (FGV, 2014). Outras variáveis para as RCP são as taxas de emissão de gases de efeito estufa para a atmosfera e a concentração de emissões (medida em partes por milhão) para cada um dos gases de efeito estufa - GEE (e.g., dióxido de carbono - CO₂, metano, óxidos de azoto, etc.) (PROVIA, 2013).

- **RCP 2.6:** Neste cenário, o mais otimista, o crescimento da radiação atingiria seu pico no meio do século e depois recuaria.
- **RCP 4.5 e 6.0:** Nestes dois casos haveria estabilidade. A diferença entre ambos é que no RCP 4.5 o aumento de radiação estabilizar-se-ia antes de 2100, enquanto no segundo cenário essa estabilidade ocorreria apenas em 2100. Em ambos os casos a estabilidade seria provocada pela diminuição na emissão de gases de efeito estufa. O valor da radiação seria o dobro no cenário equilibrado melhor (RCP 4.5) e triplicaria no cenário equilibrado pior (RCP 6.0).
- **RCP 8.5:** No cenário pessimista, o aumento no valor de radiação seria quatro vezes maior. Mais preocupante de todos os casos, o mesmo caracterizar-se-ia pelo aumento constante na taxa de radiação provocada pelo crescimento na emissão de gases de efeito estufa e numa maior concentração de CO₂.

Foram construídos três cenários prospetivos tendo como referência os anos de 2030 e 2050. Os cenários prospetivos considerados integram um cenário base (BAU), ou tendencial, e dois cenários alternativos que integrem na sua narrativa as variáveis mais relevantes para o desempenho do setor florestal da região (RCP 4.5 e RCP 8.5).

Foram produzidas previsões da aptidão para as 5 espécies florestais principais, considerando os cenários projetados pelo IPCC, RCP 4.5 e RCP 8.5, sendo realizada a previsão da aptidão para as restantes espécies.



Para cada um dos cenários foram elaborados mapas bioclimáticos e calculados o índice ombrotérmico e índice de aridez obtidos no portal do Clima, com as projeções da Avaliação Integrada dos Impactos e Medidas de Adaptação às Alterações Climáticas em Portugal Continental (SIAM) para 2030 e 2050 para: Precipitação média mensal; Temperatura média mensal; Temperatura média anual; Média das mínimas do mês mais frio; Média das máximas do mês mais frio; Temperatura média do mês mais quente; e Temperatura média do mês mais frio. Em ambos os cenários observam-se aumentos nas variáveis temperatura e diminuição nas variáveis relativas à precipitação. Importa acautelar que os efeitos naturais observados ultrapassam o horizonte temporal dos Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) e será necessário precaver o período pós 2050.

O Quadro 1 apresenta as Forças Motrizes consideradas para cada cenário.

Quadro 1. Forças Motrizes consideradas para os Cenários preconizados

FORÇAS MOTRIZES	CENÁRIO A	CENÁRIO B	CENÁRIO C
1) Alterações climáticas	Situação atual	Cenário intermédio de emissões de GEE - RCP 4.5	Cenário mais pessimista de emissões de GEE - RCP 8.5
2) Evolução socioeconómica	Envelhecimento populacional	Envelhecimento populacional	Envelhecimento populacional mais acentuado
3) Níveis de procura dos produtos florestais (internacional)	Evolução do mercado internacional do setor florestal e manutenção da atual procura de produtos florestais	Evolução do mercado internacional do setor florestal e um aumento da procura de produtos florestais (1%)	Evolução do mercado internacional do setor florestal e um aumento da procura de produtos florestais (1%)

Para as Forças Motrizes apresentadas no Quadro 1, foram considerados os seguintes pressupostos:

1) ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Relativamente às alterações climáticas são utilizados os cenários climáticos RCP, referentes à porção dos patamares de concentração que se prolongam até 2100, para os quais os modelos de avaliação integrada produzem cenários de emissões correspondentes.

2) SOCIOECONOMIA

Foi considerada a estrutura etária da população, a forte possibilidade de envelhecimento populacional e a desertificação humana que afeta a região do PROF-ALT.

3) NÍVEIS DE PROCURA DOS PRODUTOS FLORESTAIS

Relativamente às tendências que vêm ocorrendo ao nível da procura e dos mercados de produtos florestais, convém referir:

- Tecido empresarial florestal:
 - Fileira do Pinheiro - Manutenção da tendência de redução do número de empresas, a par da especialização das existentes, com capacidade para dar resposta a fabricação de pequenas séries; continuando-se a produzir paletes e outros produtos de baixo valor acrescentado;
 - Fileira do Eucalipto – Manutenção da capacidade instalada com aumentos de eficiência no processo e diversificação essencialmente dos mercados dos produtos pasta. Existe um desequilíbrio entre a oferta e a procura, que tem conduzido à necessidade crescente de importação. Aumento da produção de papel *tissue* (duas novas unidades a iniciar produção em breve);
 - Fileira do Sobreiro – Consolidação do mercado da rolha natural; crescimento na rolha técnica, acompanhando o crescimento mundial da produção de vinho; diversificação das aplicações de cortiça e desenvolvimento de novos produtos (monoproduto, compósitos e derivados);
 - Fileira Energia – Biomassa – Aumento da capacidade de produção elétrica com base em centrais termoelétricas a biomassa; *Pellets* – redução da capacidade instalada, para níveis compatíveis com a capacidade produtiva nacional;
 - Prestação de serviços de silvicultura e exploração florestal – Manutenção do número de empresas; aumento da certificação em cadeias de responsabilidade (exploração florestal); especialização por áreas de negócio;
 - Outras atividades florestais - resina, castanha, apicultura, micologia, pinha e pinhão, cinegética, silvopastorícia – Aumento da capacidade de preparação e valorização, reduzindo a atual exportação em bruto; plantas aromáticas e medicinais, recurso da floresta que se encontra em expansão a nível de mercado, nomeadamente para extração dos óleos essenciais utilizados em medicina (convencional e alternativa) e cosmética. O medronheiro é uma espécie bastante bem adaptada às características edafoclimáticas do Alentejo, encontrando-se também em expansão a nível de área, onde o principal objetivo é a produção de aguardente, sendo que todas as partes da planta têm aproveitamento. A cultura do medronheiro cria condições favoráveis à atividade apícola.
 - Aumento da oferta de empresas de animação turística ligadas ao meio rural/florestal e de observação da natureza.
- Mercado de produtos florestais (nacional e internacional):
 - Nacional: Aumento do preço do pinho por agravamento do desequilíbrio entre procura e oferta; estabilização do preço do eucalipto, por compensação entre pressão da procura e aumento de produtividade derivada da melhoria da gestão e qualidade genética dos povoamentos;
 - Internacional: Procura crescente de produtos florestais, alinhado com a tendência para o aumento do consumo de produtos ambientalmente mais sustentáveis. A procura de madeira

de pinho na região do PROF-ALT acompanha a tendência internacional e nacional: é elevada, diversificada e com tendência crescente. À procura de madeira de pinho há a acrescentar uma dinâmica crescente de procura de resina, decorrente de alterações no mercado internacional favoráveis ao crescimento do mercado nacional.

Na narrativa de cada cenário são integradas as variáveis mais relevantes para o desempenho do setor florestal na região, tendo como referência a abordagem efetuada no relatório relativo à 1.ª fase da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC).

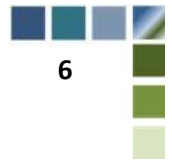
Quadro 2. Variáveis florestais consideradas para os Cenários preconizados

VARIÁVEIS FLORESTAIS		CENÁRIO A	CENÁRIO B	CENÁRIO C
Riscos	Incêndios Florestais e outros agentes abióticos	Desfavorável	Muito desfavorável	Altamente desfavorável
	Agentes bióticos (invasoras, pragas e doenças)	Desfavorável	Muito desfavorável	Altamente desfavorável
	Desertificação	Desfavorável	Muito desfavorável	Altamente desfavorável
Recursos Florestais	Produção florestal	Depende da espécie em causa	Depende da espécie em causa	Depende da espécie em causa
	Pesca e recursos aquícolas de água interiores	Desfavorável	Muito desfavorável	Altamente desfavorável
	Silvopastorícia, Caça e Recursos cinegéticos	Desfavorável	Muito desfavorável	Altamente desfavorável
	Serviços ambientais: proteção do solo e da água e biodiversidade	Desfavorável	Muito desfavorável	Altamente desfavorável
	Recreio	Bom	Regular	Regular
Território	Ocupação (distribuição geográfica das espécies florestais estudadas no PROF)	Desfavorável	Muito desfavorável	Altamente desfavorável
	Aptidão produtiva da região para as espécies com maior expressão territorial.	Depende da espécie em causa	Depende da espécie em causa	Depende da espécie em causa

A Análise SWOT (Pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades) terá por base a construção e análise de cenários prospetivos e será ponderada na elaboração dos objetivos, medidas e ações para os espaços florestais da região e para os bens e serviços a produzir.

De acordo com o referido, consideraram-se três cenários na análise prospetiva:

CENÁRIO A - Cenário de referência (*Business as usual*), consistindo na análise de tendências (atuais) do setor florestal na região, com destaque para a evolução dos recursos florestais.



CENÁRIO B - Cenário de evolução climática de acordo com o cenário intermédio (RCP 4.5) e socioeconomia que controla o aumento das emissões com gases de efeito de estufa, atingindo um máximo na concentração em meados do séc. XXI.

CENÁRIO C – Cenário de evolução climática de acordo com o cenário pessimista (RCP 8.5) e socioeconomia que representa um crescimento contínuo das emissões com gases de efeito de estufa durante séc. XXI.

1.3. Cenários

1.3.1. Cenário A

As alterações climáticas são uma das alterações de contexto mais relevantes para o setor florestal, com destaque para o aumento dos riscos bióticos e abióticos, os impactos sobre a distribuição potencial das principais espécies e as alterações na produtividade potencial lenhosa (ICNF, 2013).

Segundo APA (2013), o aumento da temperatura, a alteração do regime de precipitação e o aumento da frequência das secas e ondas de calor, tal como são projetados pelo cenários climáticos disponíveis, poderão afetar a capacidade dos espaços florestais para proporcionar bens e serviços de forma sustentável.

As projeções climáticas disponibilizadas pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera, sintetizando as conclusões dos trabalhos realizados no âmbito dos projetos SIAM I e II indicam os seguintes cenários climáticos para Portugal Continental:

- Todos os modelos, em todos os cenários, preveem um aumento significativo da temperatura média em todas as regiões de Portugal até ao fim do século XXI;
- Os primeiros resultados gráficos dos estudos IPCC confirmam o aumento generalizado da temperatura média do ar. A anomalia da temperatura média anual varia entre +0,5°C a 1,5°C (período 2011-2040), aumentando do litoral para o interior e de sul para norte. A anomalia aumenta substancialmente no período entre 2041-2070 (+1,5 a 3°C em ambos os cenários) e agrava-se no período entre 2070-2100 com um aumento da temperatura média que pode atingir os 5°C;
- No que respeita a extremos de temperatura, os resultados dos estudos do IPCC apontam, para o final do séc. XXI, para o aumento do número anual de noites tropicais (noites com temperatura mínima de 20 °C) no Continente, entre 4 no noroeste a mais de 20 no sudeste;
- No continente, são estimados aumentos da temperatura máxima no Verão entre 3°C na zona costeira e 7°C no interior, acompanhados por um grande incremento da frequência e intensidade de ondas de calor;
- Nos cenários futuros os dias de geada tendem a desaparecer na maior parte do território, principalmente nas zonas litorais e do sul;

- No que se refere à precipitação, a incerteza do clima futuro é substancialmente maior. Quase todos os modelos preveem redução da precipitação em Portugal Continental durante a primavera, o verão e o outono.

Neste contexto, a adaptação às alterações climáticas deverá visar a redução da vulnerabilidade e/ou o aumento da resiliência às modificações de clima verificadas ou esperadas, sendo que se prevê a alteração de algumas áreas de aptidão, mas não se prevê a alteração das principais funções de uso do solo.

1.3.2. Cenário B

O Cenário B baseia-se no RCP4.5, sendo um cenário intermédio de emissões de GEE. Corresponde a uma trajetória intermédia na qual as concentrações atmosféricas de GEE se situam, aproximadamente, entre 580-720 ppm CO₂-eq. Este cenário prevê subidas da temperatura média global superiores a 2°C (elevada probabilidade) para o final do século XXI, relativamente às temperaturas que se registavam no período 1850-1900. Em comparação com os registos de 1986-2005, estima-se uma subida da temperatura média global, até ao final do século XXI, de aproximadamente 1,1°C a 2,6°C.

1.3.3. Cenário C

O Cenário C baseia-se no RCP8.5, sendo o cenário mais pessimista, prevendo uma trajetória na qual os valores de concentrações atmosféricas de GEE são superiores a 1000 ppm CO₂-eq, e uma subida da temperatura média global, até ao final do século XXI, de cerca de 2,6°C a 4,8°C, relativamente à temperatura média global dos registos de 1986-2005. Os riscos associados a este cenário incluem extinção substancial de espécies, insegurança alimentar regional e global, restrições massivas em atividades humanas e potencial limitado de adaptação em alguns casos (com elevada confiança).

1.3.4. Análise comparativa de cenários

Apresenta-se no Quadro 3 uma comparação sumária da definição de cada setor fundamental para cada um dos cenários multissetoriais desenvolvidos.

A análise dos cenários considerou a evolução tendo por referência dois “momentos no tempo”: 2030 e 2050.

Quadro 3. Análise comparativa das Forças Motrizes para os Cenários preconizados

FORÇAS MOTRIZES	CENÁRIO A	CENÁRIO B	CENÁRIO C
Alterações Climáticas	Necessidade de mitigação.	Necessidade de mitigação com relevância.	Grande necessidade de mitigação.
Socioeconomia-Planeamento territorial	Limitações relacionadas com restrições de financiamento e fragilidades de articulação entre entidades e outros setores.	Limitações relacionadas com restrições de financiamento e fragilidades de articulação entre entidades e outros setores.	Limitações relacionadas com restrições de financiamento e fragilidades de articulação entre entidades e outros setores.
Socioeconomia-Informação	Disponibilidade de informação atualizada que permita apoiar a tomada de decisão do empreendedor e gestor florestal.	Disponibilidade de informação atualizada que permita apoiar a tomada de decisão do empreendedor e gestor florestal.	Disponibilidade de informação atualizada que permita apoiar a tomada de decisão do empreendedor e gestor florestal.
Socioeconomia-Participação	Manutenção do atual envolvimento ativo e participativo dos <i>stakeholders</i> na resolução dos problemas do setor florestal.	Aumento do envolvimento ativo e participativo dos <i>stakeholders</i> na resolução dos problemas do setor florestal.	Maior envolvimento ativo e participativo dos <i>stakeholders</i> na resolução dos problemas do setor florestal.
Níveis de Procura	Desenvolvimento adequado para satisfazer as necessidades do desenvolvimento humano.	Níveis de procura aumentam 1%. Desenvolvimento moderado para satisfazer as necessidades do desenvolvimento humano.	Níveis de procura aumentam 1%. Desenvolvimento reduzido para satisfazer as necessidades do desenvolvimento humano.

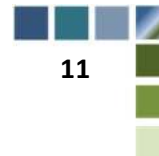
Quadro 4. Análise comparativa das variáveis florestais para os Cenários preconizados

VARIÁVEIS FLORESTAIS	CENÁRIO A	CENÁRIO B	CENÁRIO C
Incêndios florestais / Pragas e Doenças / Espécies invasoras	Aumento do risco meteorológico de incêndio. Condições adequadas para ocorrência de danos significativos por agentes bióticos nocivos.	Aumento progressivo do risco meteorológico de incêndio. Condições adequadas para ocorrência de danos significativos por agentes bióticos nocivos. Degradação ecológica e correspondente perda de capital natural e aumento de riscos e de perda de rendimentos associados.	Aumento acentuado do risco meteorológico de incêndio. Condições adequadas para ocorrência de danos significativos por agentes bióticos nocivos. Degradação ecológica e correspondente perda de capital natural e aumento de riscos e de perda de rendimentos associados.
Desertificação	Perda progressiva de área e fertilidade do solo.	Perda progressiva de área e fertilidade do solo. Mudança do elenco de espécies de flora e da estrutura de habitats.	Perda acentuada de área e fertilidade do solo. Mudança significativa do elenco de espécies de flora e da estrutura de habitats.
Produção florestal	Perda de área e de produtividade. Redução da capacidade de sequestro de carbono.	Perda acentuada de área e de produtividade. Redução significativa da capacidade de sequestro de carbono.	Perda muito acentuada de área e de produtividade. Redução muito significativa da capacidade de sequestro de carbono.
Serviços ambientais	Ocorrência de cheias e inundações pouco relevante.	Ocorrência de cheias e inundações com impactes significativos Desregulação climática local e maior sensibilidade a eventos climáticos extremos.	Ocorrência de cheias e inundações com impactes muito significativos Desregulação climática local e maior sensibilidade a eventos climáticos extremos.

VARIÁVEIS FLORESTAIS	CENÁRIO A	CENÁRIO B	CENÁRIO C
Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora	Manutenção na totalidade das áreas de conservação existentes, através da sua consolidação, conetividade e proteção.	Degradação ecológica dos ecossistemas leva à perda de valor do capital natural e menor capacidade dos serviços ecossistémicos de regulação.	Degradação ecológica dos ecossistemas leva à perda significativa de valor do capital natural e reduzida capacidade dos serviços ecossistémicos de regulação.
Silvopastorícia	Boa capacidade para atrair investimentos.	Média capacidade para atrair investimentos.	Reduzida capacidade para atrair investimentos.
Caça	Média capacidade para atrair investimentos, no setor do turismo cinegético.	Média capacidade para atrair investimentos, no setor do turismo cinegético.	Baixa capacidade para atrair investimentos, no setor do turismo cinegético.
Pesca	O desenvolvimento previsto irá contemplar uma lógica de exploração sustentável dos recursos pesqueiros.	O desenvolvimento previsto irá contemplar uma lógica de exploração sustentável dos recursos pesqueiros.	O desenvolvimento previsto irá contemplar uma lógica de exploração sustentável dos recursos pesqueiros.
Recreio	Desenvolvimento adequado para satisfazer as necessidades do desenvolvimento humano.	Desenvolvimento adequado para satisfazer as necessidades do desenvolvimento humano.	Desenvolvimento adequado para satisfazer as necessidades do desenvolvimento humano.

Legenda:

Muito favorável	Favorável	Desfavorável	Muito desfavorável
-----------------	-----------	--------------	--------------------



1.3.5. Potenciais impactes sobre as principais espécies florestais

Os potenciais impactes das alterações climáticas sobre os espaços florestais incidem sobre a sua capacidade de continuar a proporcionar um conjunto vasto de bens e serviços. Os principais impactes esperados são a alteração da distribuição geográfica, a redução da produtividade, o aumento do risco meteorológico de incêndio (que provocará o aumento na dificuldade de controlo de incêndios florestais, especialmente em situação de eventos climáticos extremos), a redução da função proteção dos recursos naturais e mais condições para estabelecimento de agentes bióticos nocivos (ICNF, 2013).

Os resultados esperados são relativos a impactes potenciais e capacidade de resposta de:

1.3.5.1. Recursos florestais

a. Ocupação

A alteração dos valores da temperatura e precipitação podem determinar a alteração da “Aptidão” para as espécies florestais. Isto é, poderá ocorrer a contração de zonas que atualmente apresentam aptidão regular ou boa e/ou determinar o alargamento da área de distribuição potencial de outras espécies.

b. Produtividade

Os impactos potenciais das alterações climáticas na produtividade dependem dos parâmetros climáticos e da sua conjugação. Se por um lado, no verão o aumento da temperatura e a diminuição da precipitação criam as condições para a diminuição da produtividade, já o aumento das temperaturas no inverno é favorável, em princípio, ao aumento da produtividade. O aumento da concentração de dióxido de carbono na atmosfera, por outro lado, aumenta a fotossíntese e reduz a transpiração, sendo favorável à produtividade vegetal. Os fenómenos extremos, como a seca e as ondas de calor, produzem efeitos mais imediatos e drásticos sobre a produtividade e sobrevivência do que as alterações graduais do clima (Ciais *et al.*, 2005; ICNF, 2013).

- **Sobreiro** – Apesar dos previsíveis decréscimos na produtividade primária líquida do sobreiro não se dispõe, de um modelo que possibilite avaliar os decréscimos da produção de cortiça que daí resultam. A evolução da produtividade dos povoamentos de sobreiro entre 1995/98 e 2005/2006 registou uma quebra que pode ser em grande medida explicada pela redução de densidade média dos povoamentos. A perda de vitalidade dos povoamentos de sobreiro, com origem em múltiplos fatores, pode acentuar-se com o aumento do ataque por parte de agentes bióticos e consequente aumento da mortalidade. Por outro lado, a maior dificuldade na regeneração dos povoamentos devido às condições de *stress* hídrico, não permite a reposição de árvores, acentuando a diminuição das densidades (ICNF, 2013).
- **Pinheiro-manso** – A produção de pinha, no caso do pinheiro-manso poderá ser afetada pela diminuição da precipitação primaveril, sobretudo nos meses em que ocorre a polinização. Não se dispõe de um modelo que permita avaliar as alterações na produção de pinha decorrentes das alterações climáticas.

- **Azinheira** – Apesar de a azinheira ser uma espécie resistente a condições de *stress* hídrico, a sua frutificação é afetada pelo aumento da temperatura e diminuição da precipitação, diminuindo o tamanho das bolotas e a sua produção total (Humanes *et al.*, 2009 citado em ICNF, 2013).

c. Aptidão produtiva da região para as espécies florestais com maior expressão territorial

A distribuição potencial das 5 espécies principais, para o Cenário A, encontra-se representada no Capítulo B do Documento Estratégico (ponto 2.4 – “Potencial Produtivo das principais espécies”). De seguida, procede-se à apresentação dos cenários de aptidão produtiva da região para as 5 principais espécies consideradas (Pinheiro-bravo, Eucalipto, Sobreiro, Pinheiro-manso e Azinheira).

Pinheiro-bravo

Na Figura 1 e na Figura 2 representa-se a distribuição potencial de Pinheiro-bravo estimada para 2030 e 2050 com os cenários B e C, respetivamente.

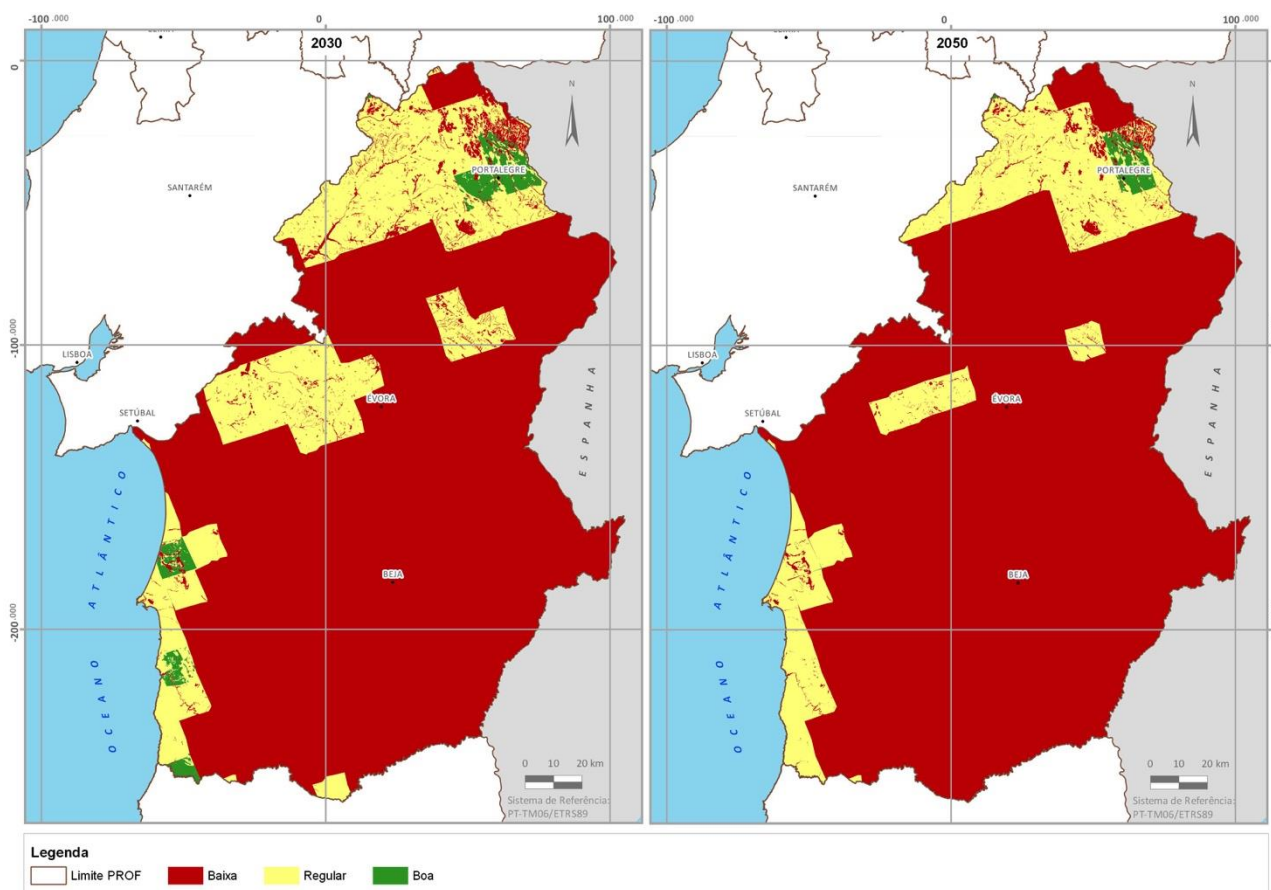


Figura 1. Aptidão potencial para o Pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

Fonte: APA, 2016; DGT, 2015; Ferreira *et al.*, 2001; ICNF, 2016; IPMA, 2016.

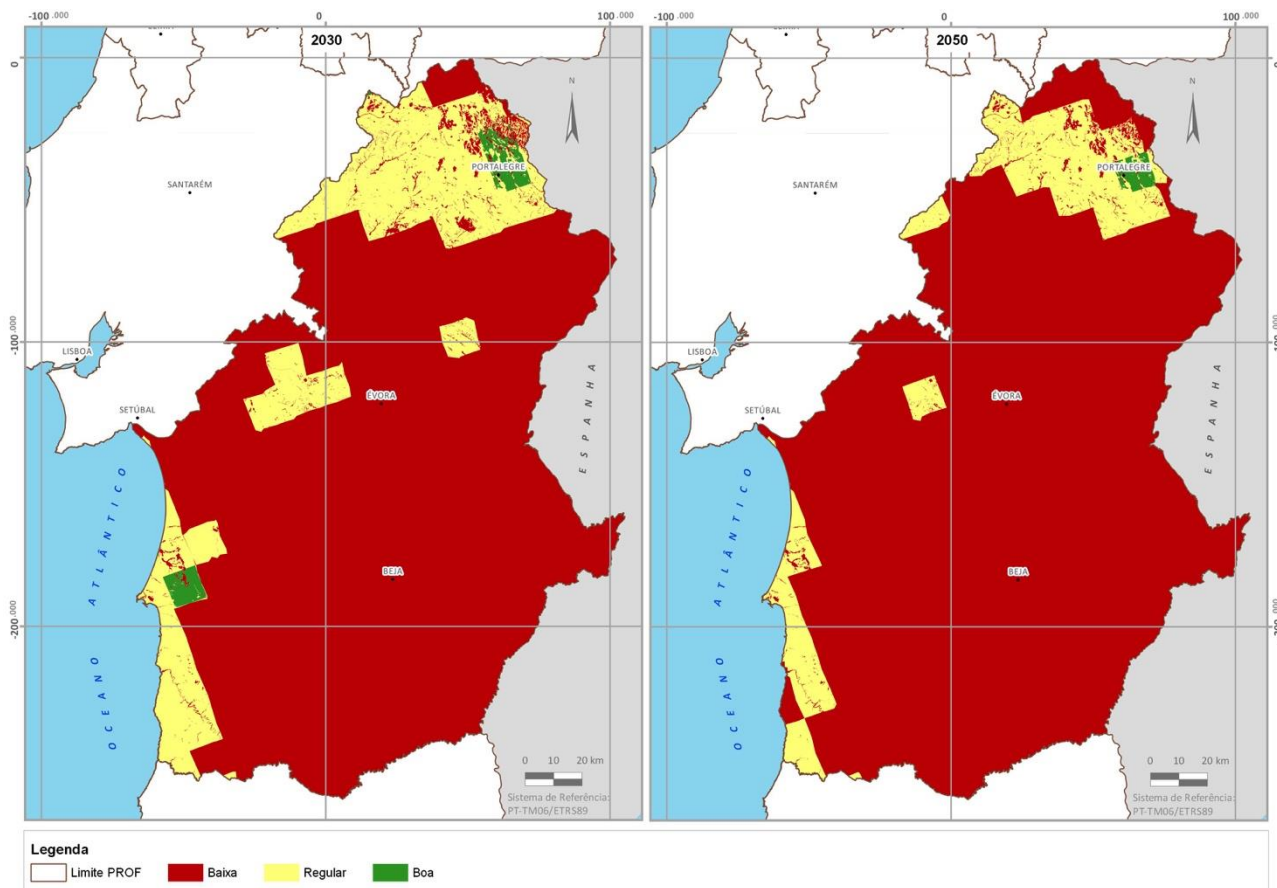


Figura 2. Aptidão potencial para o Pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGT, 2015; Ferreira et al., 2001; ICNF, 2016; IPMA, 2016.

Os resultados obtidos a partir da metodologia desenvolvida pela Universidade de Évora (Ferreira et al., 2006) indicam que a aptidão potencial para esta espécie em 2030 é melhor no Cenário A com 38% da área da região PROF-ALT contendo áreas de Aptidão “Boa” e “Regular”. Para os cenários B e C a situação é muito semelhante entre eles, mas mais agravada comparativamente ao cenário A, com cerca de 22%, para o cenário B e 18%, para o cenário C, da área da região PROF-ALT contendo áreas de Aptidão “Boa” e “Regular”.

Em 2050, a diferença entre o cenário A e os restantes é mais acentuada, sendo que 38% da área da região PROF-ALT continua a conter áreas de Aptidão “Boa” e “Regular”, enquanto nos Cenários B e C as áreas com Aptidão “Baixa” são 85% e 89%, respetivamente.

Na Figura 3 representa-se a distribuição percentual potencial estimada para 2030 e 2050 com os cenários A, B e C para o pinheiro-bravo.

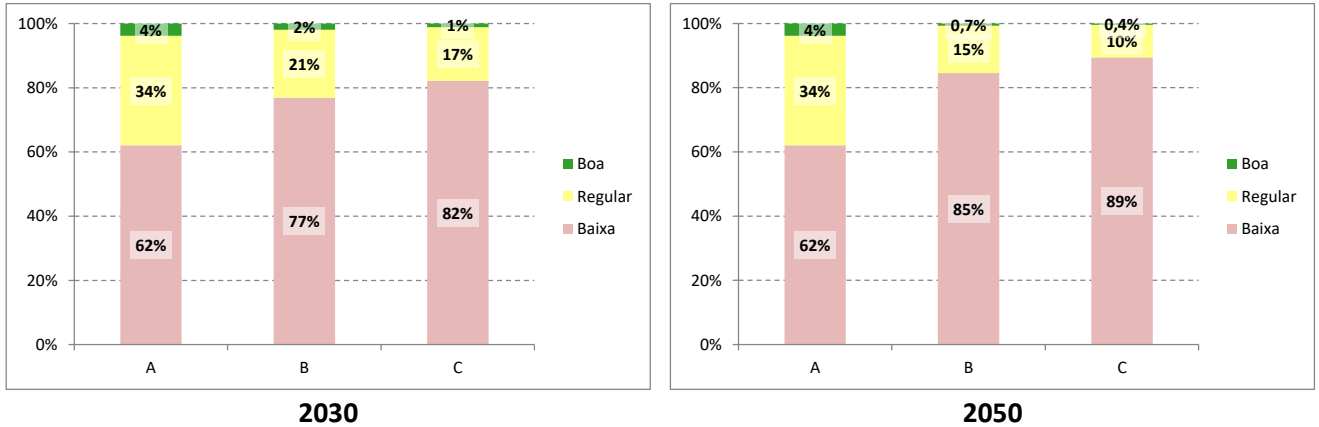


Figura 3. Aptidão potencial para o Pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) em 2030 e 2050 (Cenários A, B e C)

Eucalipto

Na Figura 4 e na Figura 5 representa-se a distribuição potencial de Eucalipto estimada para 2030 e 2050 com os cenários B e C, respetivamente.

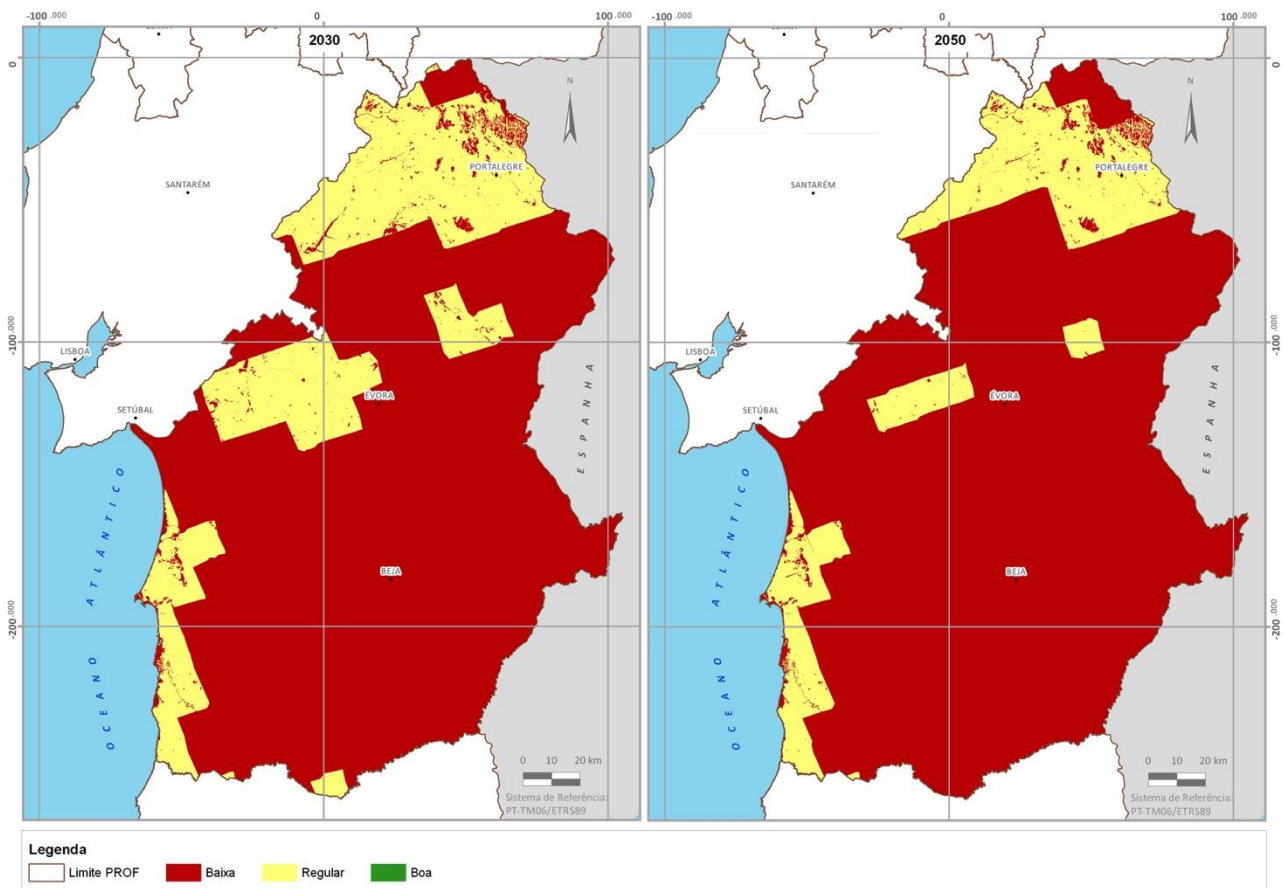


Figura 4. Aptidão potencial para o Eucalipto (*Eucalyptus globulus*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

Fonte: APA, 2016; DGT, 2015; Ferreira et al., 2001; ICNF, 2016; IPMA, 2016.

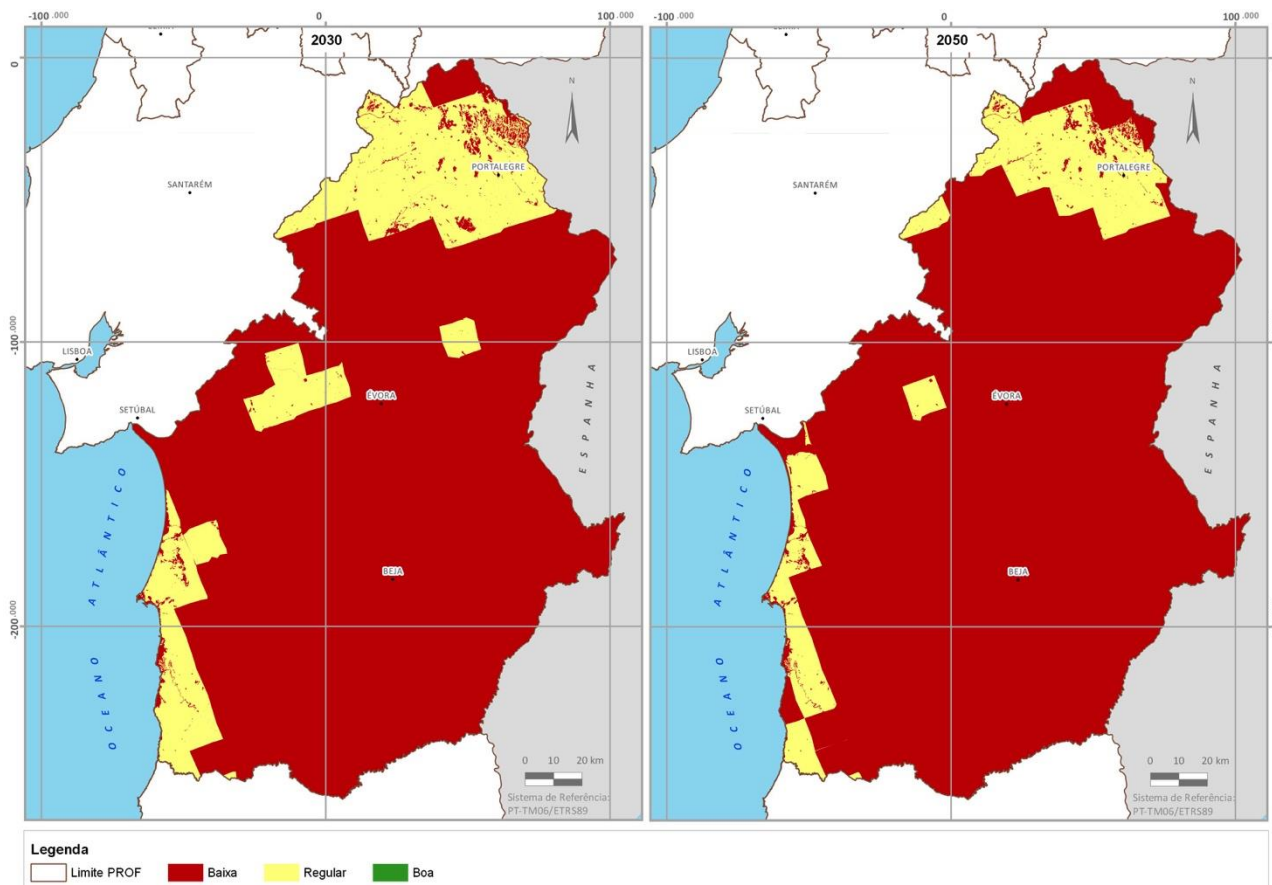


Figura 5. Aptidão potencial para o Eucalipto (*Eucalyptus globulus*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGT, 2015; Ferreira et al., 2001; ICNF, 2016; IPMA, 2016.

Os resultados obtidos a partir da metodologia desenvolvida pela Universidade de Évora (Ferreira et al., 2006) indicam que a aptidão potencial para esta espécie em 2030 é melhor no Cenário A com 38% da área da região PROF-ALT contendo áreas de Aptidão “Boa” e “Regular”. Para os cenários B e C, embora apresentando valores bastante inferiores ao cenário A, a situação é muito semelhante entre eles com cerca de 24% a 18% da área da região PROF-ALT contendo áreas de Aptidão “Boa” e “Regular”.

Em 2050, a diferença entre o cenário A e os restantes é mais acentuada, sendo que 38% da área da região PROF-ALT continua a conter áreas de Aptidão “Boa” e “Regular”, enquanto nos Cenários B e C as áreas com Aptidão “Baixa” são 84% e 89%, respetivamente.

Na Figura 6 representa-se a distribuição percentual potencial estimada para 2030 e 2050 com os cenários A, B e C para o eucalipto.



Figura 6. Aptidão potencial para o Eucalipto (*Eucalyptus globulus*) em 2030 e 2050 (Cenários A, B e C)

Sobreiro

Na Figura 7 e na Figura 8 representa-se a distribuição potencial de Sobreiro estimada para 2030 e 2050 com os cenários B e C, respetivamente.

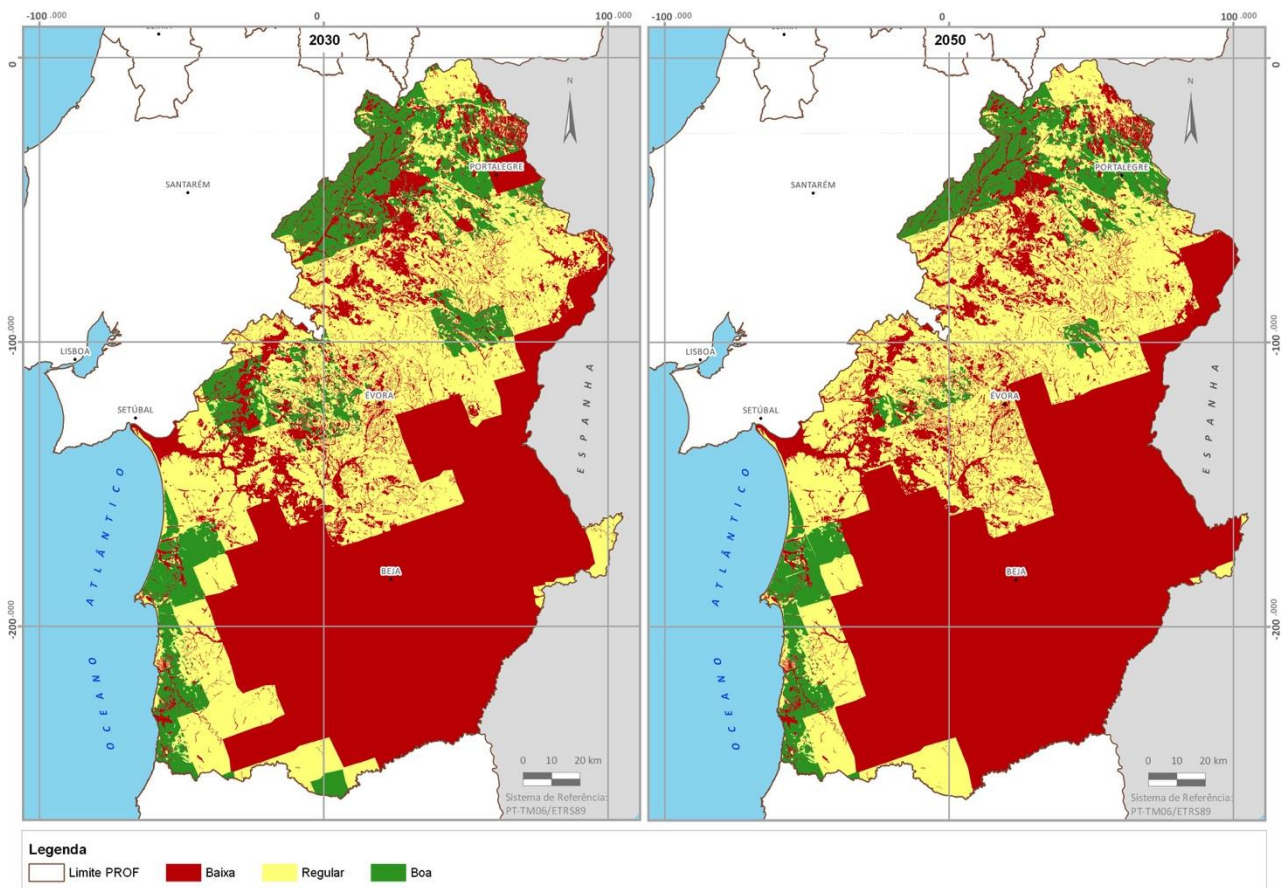


Figura 7. Aptidão potencial para o Sobreiro (*Quercus suber*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

Fonte: APA, 2016; DGT, 2015; Ferreira et al., 2001; ICNF, 2016; IPMA, 2016.

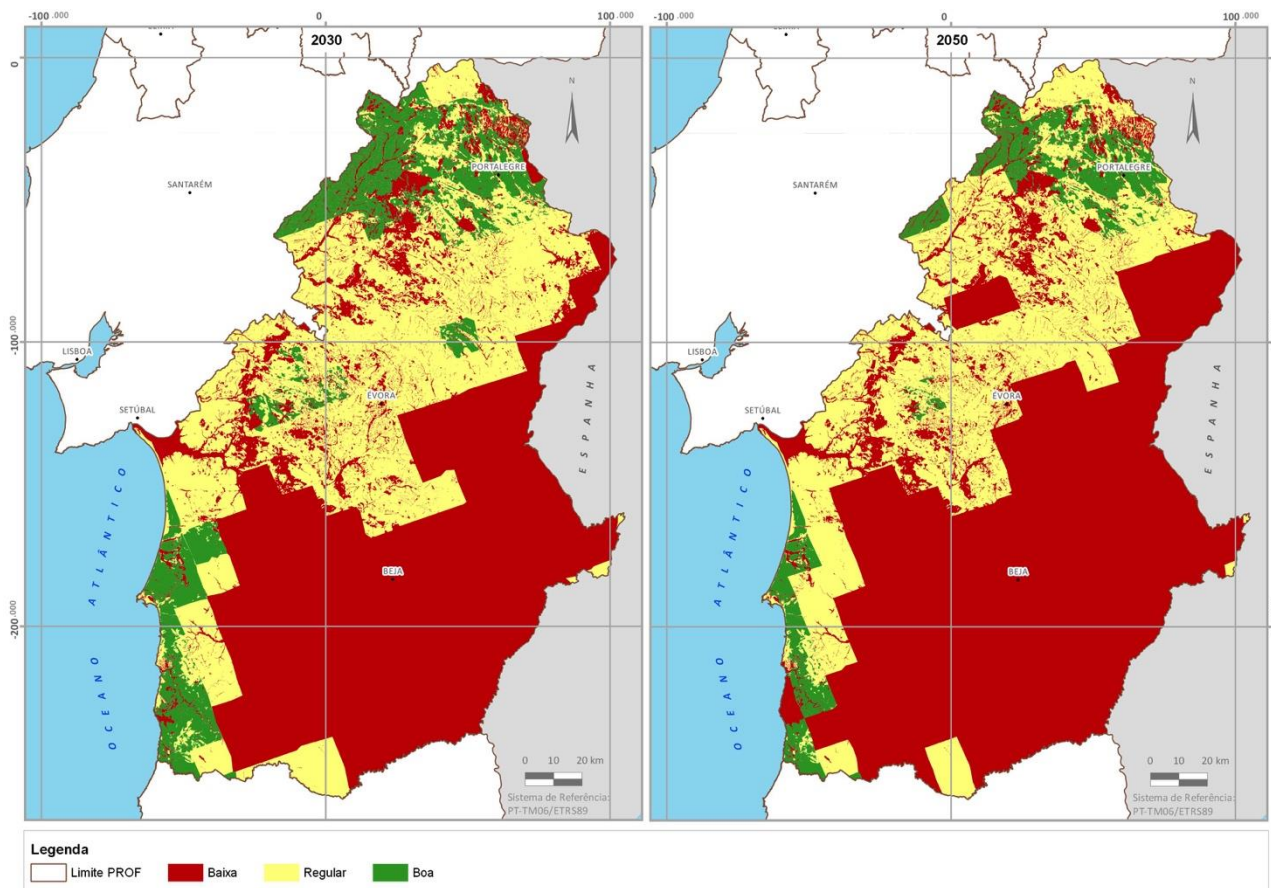


Figura 8. Aptidão potencial para o Sobreiro (*Quercus suber*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGT, 2015; Ferreira et al., 2001; ICNF, 2016; IPMA, 2016.

Os resultados obtidos a partir da metodologia desenvolvida pela Universidade de Évora (Ferreira et al., 2006) indicam que a aptidão potencial para esta espécie em 2030 é melhor no Cenário A com 67% da área da região PROF-ALT contendo áreas de Aptidão “Boa” e “Regular”. Para os cenários B e C, embora apresentando valores inferiores ao cenário A, a situação é muito semelhante entre eles com 50% e 46% da área da região PRO-ALT contendo áreas de aptidão “Boa” e “Regular”.

Em 2050, a diferença entre o cenário A e os restantes é mais acentuada, sendo que 67% da área da região PROF-ALT continua a conter áreas de Aptidão “Boa” e “Regular”, enquanto nos Cenários B e C as áreas com Aptidão “Baixa” são 55% e 63%, respetivamente.

A regressão da área de distribuição potencial do sobreiro nas regiões mais áridas poderá ser acompanhada pela sua substituição pela azinheira, nas situações mais favoráveis, ou por formações arbustivas dominadas por matos temperados xerófitos.

Na Figura 9 representa-se a distribuição percentual potencial estimada para 2030 e 2050 com os cenários A, B e C para o sobreiro.

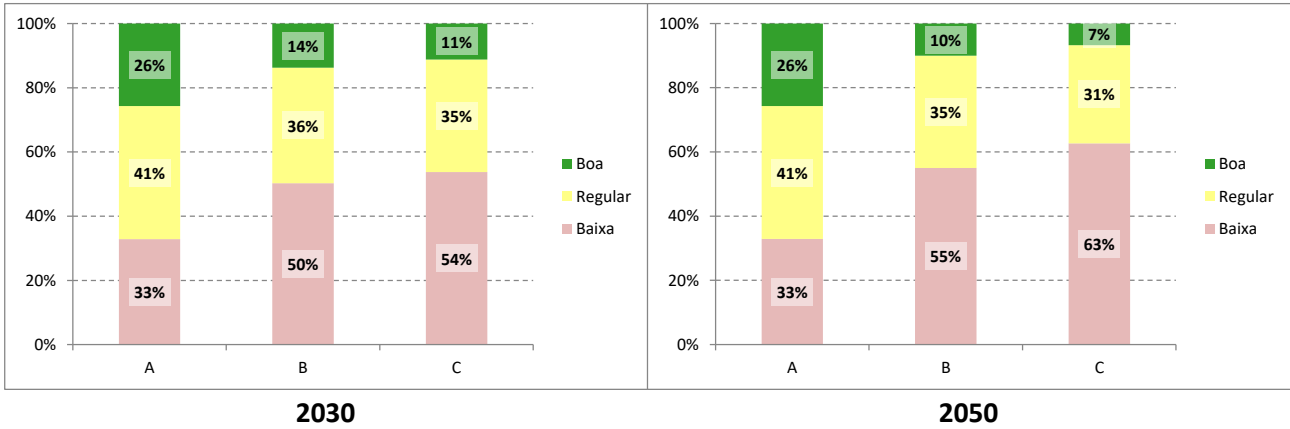


Figura 9. Aptidão potencial para o Sobreiro (*Quercus suber*) em 2030 e 2050 (Cenários A, B e C)

Pinheiro-manso

Na Figura 10 e na Figura 11 representa-se a distribuição potencial de Pinheiro-manso estimada para 2030 e 2050 com os cenários B e C, respetivamente.

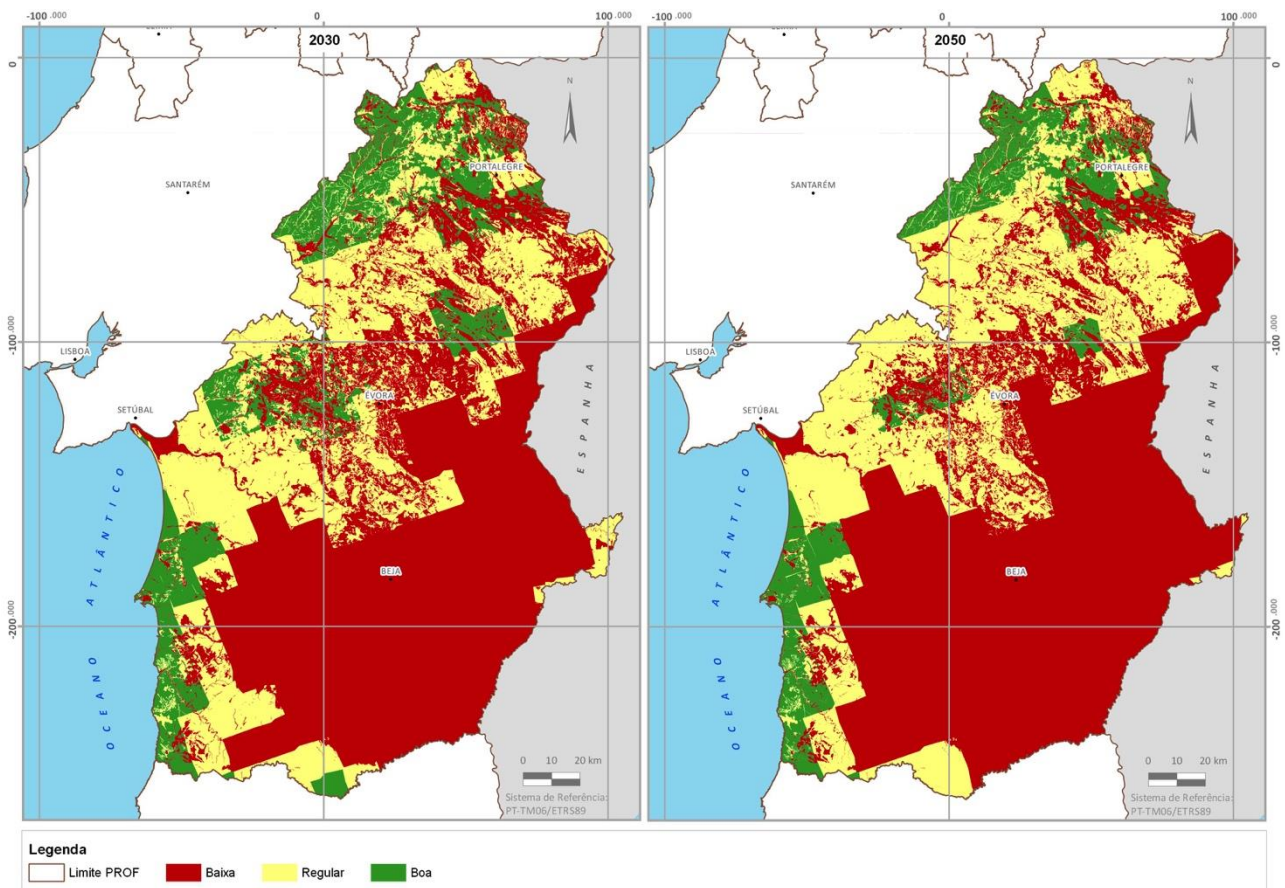


Figura 10. Aptidão potencial para o Pinheiro-manso (*Pinus pinaster*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

Fonte: APA, 2016; DGT, 2015; Ferreira et al., 2001; ICNF, 2016; IPMA, 2016.

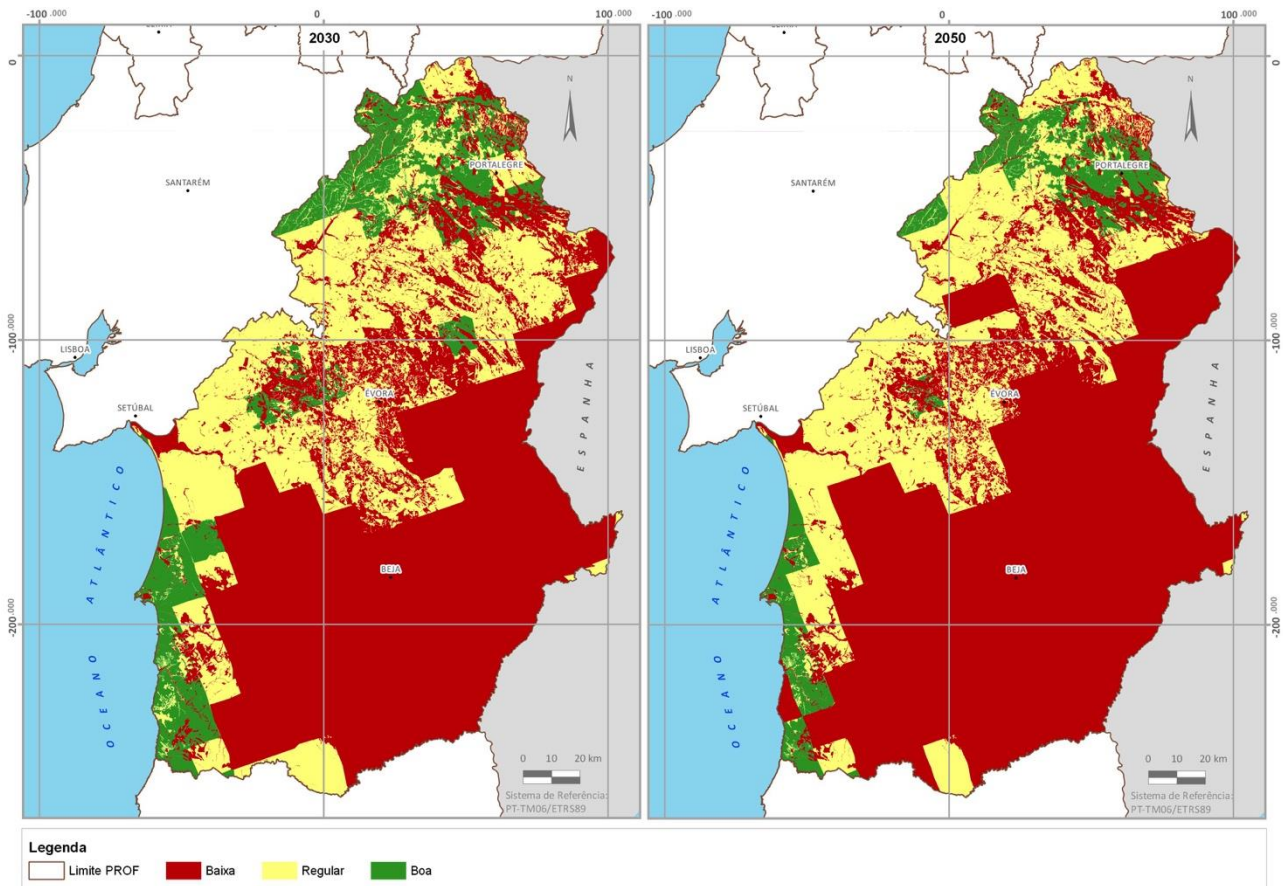


Figura 11. Aptidão potencial para o Pinheiro-manso (*Pinus pinea*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGT, 2015; Ferreira et al., 2001; ICNF, 2016; IPMA, 2016.

Os resultados obtidos a partir da metodologia desenvolvida pela Universidade de Évora (Ferreira et al., 2006) indicam que a aptidão potencial para esta espécie em 2030 é melhor no Cenário A com 59% da área da região PROF-ALT contendo áreas de Aptidão “Boa” e “Regular”. Para os cenários B e C, embora apresentando valores inferiores ao cenário A, a situação é muito semelhante entre eles com áreas de Aptidão “Boa” e “Regular” de 45% e 41% na região PROF-ALT.

Em 2050, a diferença entre o cenário A e os restantes é mais acentuada, sendo que 59% da área da região PROF-ALT continua a conter áreas de Aptidão “Boa” e “Regular”, enquanto nos cenários B e C as áreas de Aptidão “Boa” e “Regular” são 40% e 34%, respetivamente.

Na Figura 12 representa-se a distribuição percentual potencial estimada para 2030 e 2050 com os cenários A, B e C para o Pinheiro-manso.

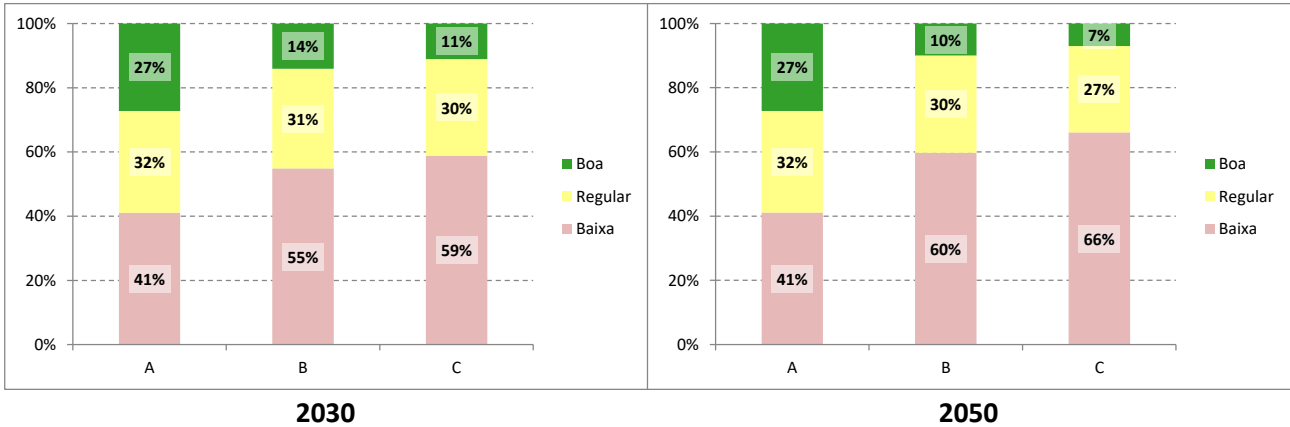


Figura 12. Aptidão potencial para o Pinheiro-manso (*Pinus pinea*) em 2030 e 2050 (Cenários A, B e C)

Azinheira

Na Figura 13 e na Figura 14 representa-se a distribuição potencial de Azinheira estimada para 2030 e 2050 com os cenários B e C, respetivamente.

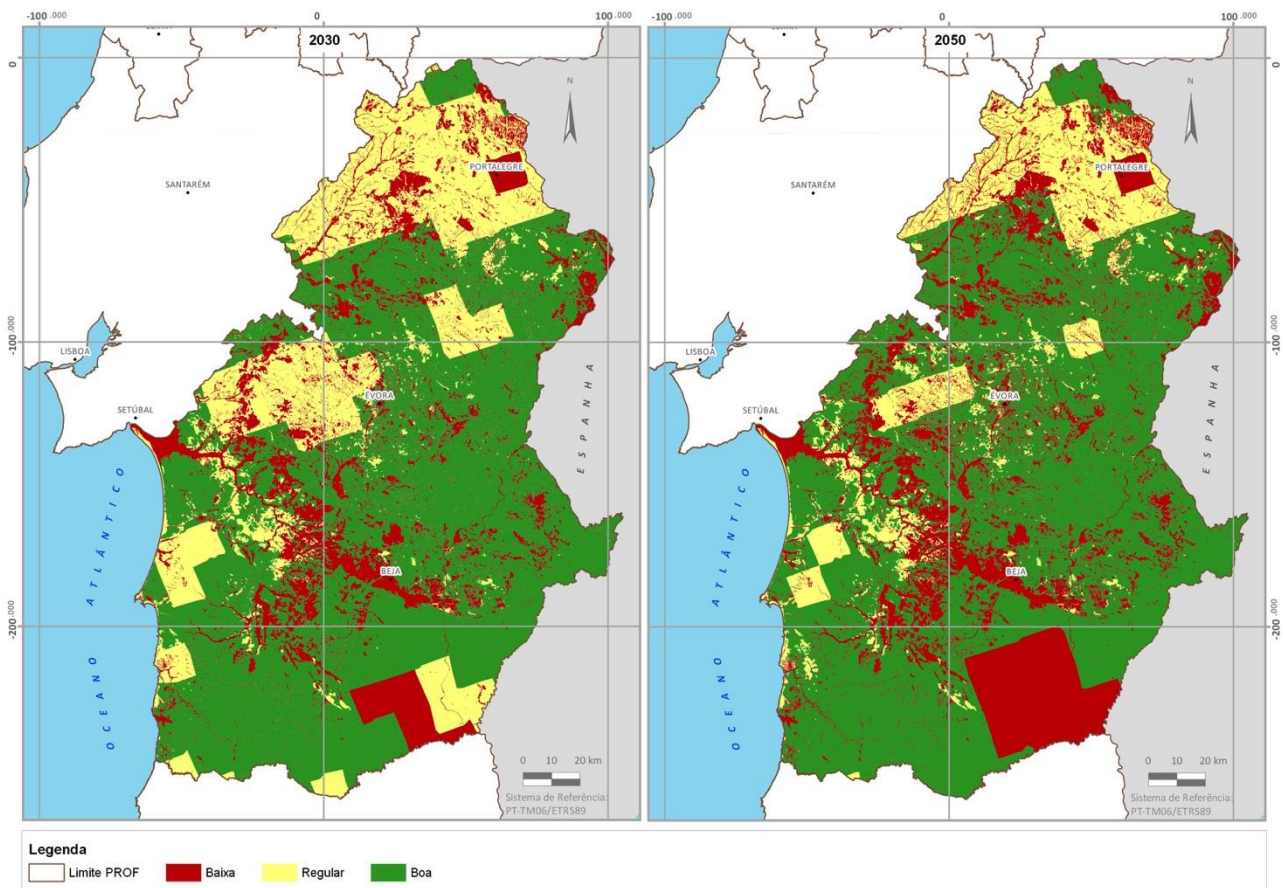


Figura 13. Aptidão potencial para a Azinheira (*Quercus rotundifolia*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

Fonte: APA, 2016; DGT, 2015; Ferreira et al., 2001; ICNF, 2016; IPMA, 2016.

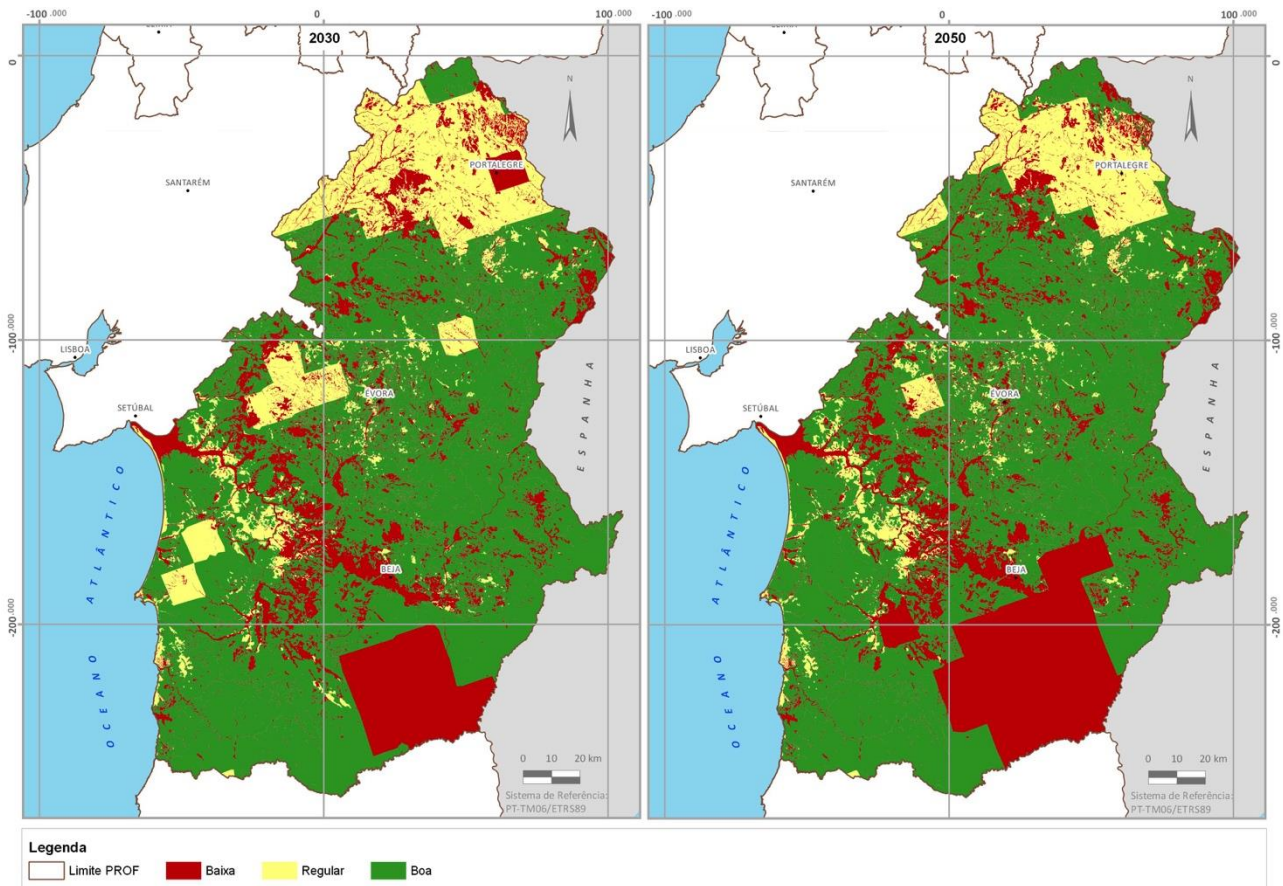


Figura 14. Aptidão potencial para a Azinheira (*Quercus rotundifolia*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGT, 2015; Ferreira et al., 2001; ICNF, 2016; IPMA, 2016.

Os resultados obtidos a partir da metodologia desenvolvida pela Universidade de Évora (Ferreira et al., 2006) indicam que a aptidão potencial para esta espécie em 2030 é inferior no Cenário A com 71% da área da região PROF-ALT contendo áreas de Aptidão “Boa” e “Regular”. Para os cenários B e C a situação melhora pois as áreas com Aptidão “Boa” e “Regular” sobem para 80%, no cenário B e 77%, no cenário C.

Em 2050, a diferença entre o cenário A e os restantes é mais acentuada, sendo que 71% da área da região PROF-ALT continua a conter áreas de Aptidão “Boa” e “Regular”, enquanto nos Cenários B e C as áreas com Aptidão “Boa” e “Regular” sobem para 77% e 72%, respetivamente.

Na Figura 15 representa-se a distribuição percentual potencial estimada para 2030 e 2050 com os cenários A, B e C para a azinheira.

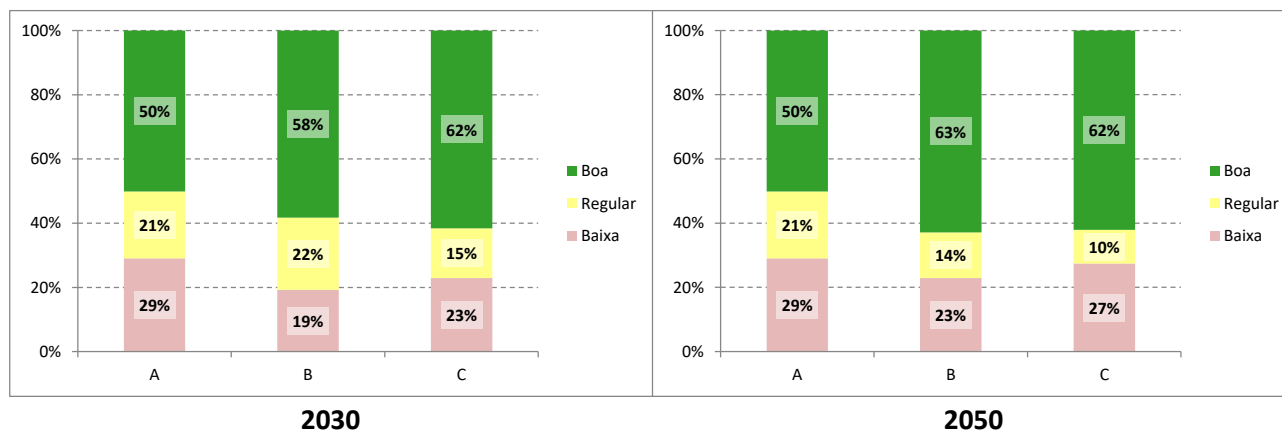


Figura 15. Aptidão potencial para a Azinheira (*Quercus rotundifolia*) em 2030 e 2050 (Cenários A, B e C)

d. Aptidão produtiva da região para as restantes espécies florestais

Os cenários de aptidão produtiva da região relativos às restantes espécies florestais analisadas no PROF-ALT encontra-se no Anexo I. Da análise efetuada, importa referir que o potencial de uso da alfarrobeira é crescente nos cenários B e C, comparativamente ao cenário A.

e. Funções

As alterações de aptidão previstas poderão pressupor a alteração da função de Produção, na medida em que a mesma foi definida em ordem à aptidão produtiva das 5 espécies principais. No caso do Pinheiro-bravo e do Eucalipto, na região PROF-ALT, é notório que as áreas com aptidão “Baixa” quase duplicam em 2030 e 2050 no caso dos Cenários B e C.

1.3.5.2. Incêndios florestais

Eventos climáticos extremos podem transformar-se em desastres naturais quando atingem comunidades vulneráveis que são incapazes de gerir o risco e não estão preparadas para lidar com o perigo.

O índice meteorológico de risco de incêndio florestal do sistema canadiano (Fire Weather Index - FWI) consiste em seis componentes que explicam os efeitos da humidade do combustível e do vento no comportamento do fogo (Figura 16).

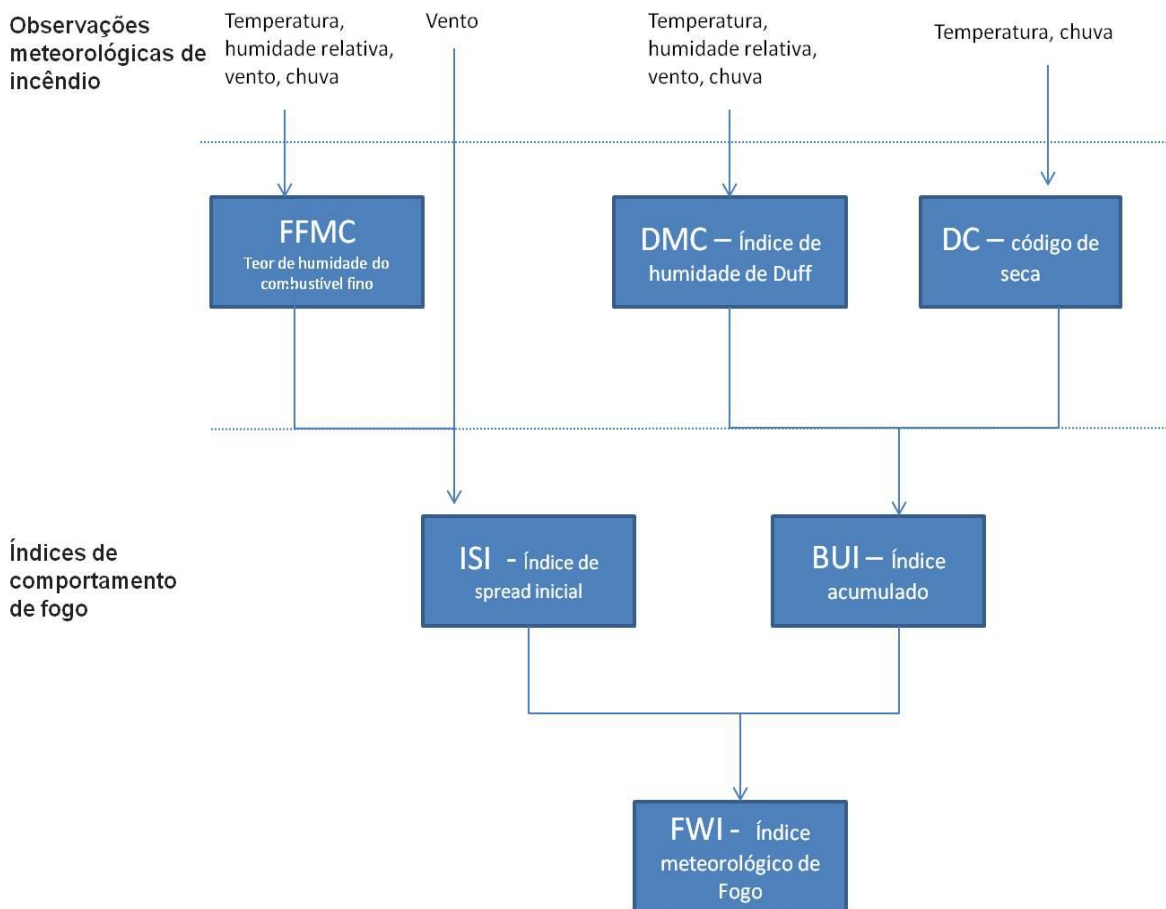


Figura 16. Índice meteorológico de risco de incêndio florestal do sistema canadense (Fire Weather Index)

Fonte: Adaptado de Rego, 2016.

A Classificação de Gravidade Diária (Daily Severity Rating - DSR) é uma classificação numérica da dificuldade de controlar incêndios. Baseia-se no Índice de Climático de Fogo (FWI), e reflete com maior precisão os esforços esperados necessários para a supressão de incêndio.

$$DSR = 0,0272 \text{ FWI}^{1,77}$$

Rego (2016) no projeto ENHANCE para o Distrito de Santarém conclui que a média diária da área ardida e a área ardida, por classe de DSR, são maiores quando o DSR é mais elevada. Assim, pode inferir-se que o aumento das temperaturas, a diminuição da precipitação e o decréscimo da humidade relativa farão com que os esforços para a supressão dos incêndios que se desencadeiem venham a ter que ser aumentados.

A Figura 17 apresenta os efeitos das alterações climáticas sobre os principais elementos do regime de fogo em sistemas dominados por ignição antropogénica. As inter-relações são modificadas e expandidas de Fox e Fox (1987) citado por Fernandes (2013). As setas negras permitem denotar processos que levam a aumentos na frequência, extensão ou gravidade do fogo. As setas cinzentas são atribuídas a processos que podem aumentar ou diminuir a frequência, extensão ou gravidade do incêndio.



Figura 17. Efeitos das alterações climáticas sobre os principais elementos do regime de fogo em sistemas dominados por ignição antropogénica.

Fonte: Adaptado de Fernandes, 2013

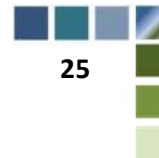
1.3.5.1. Serviços ambientais

As florestas desempenham uma importante função protetora do solo e da água, que poderá ser afetada com as alterações climáticas. De facto, alguns dos impactos potenciais sobre as florestas, como a degradação do coberto arbóreo decorrente da ocorrência crescente de pragas e doenças ou da alteração do regime dos incêndios florestais, reduzem a sua função protetora, expondo os solos a um maior risco de erosão (ICNF, 2013).

Para além dos impactes potenciais sobre o coberto arbóreo são de considerar os impactes diretos das alterações climáticas sobre os solos em particular sobre a matéria orgânica, componente particularmente importante para o desempenho de funções ambientais e ecológica dos solos, como a fertilidade, sequestro do carbono e regulação hidrológica.

O risco de erosão potencial de um solo depende de diversos fatores, incluindo o tipo de coberto e as práticas culturais pelo que, com as alterações climáticas, a gestão do território e adoção de boas práticas que permitam a manutenção e mesmo a melhoria das condições do solo, ganha uma importância acrescida. A diminuição do teor em matéria orgânica, associada às condições atrás descritas, afetará a capacidade de retenção de água dos solos, dada a estreita e direta relação entre os dois fatores (ICNF, 2013).

O aumento do risco de incêndio meteorológico associado aos cenários climáticos futuros, caso se concretize o aumento da área ardida, acarreta impactos potenciais sobre o solo. A ação direta do fogo sobre o solo resulta na rápida mineralização da matéria orgânica do solo e subsequente perda de nutrientes em solução por arrastamento, em profundidade e, eventualmente, por escorrência superficial. Este arrastamento de



nutrientes provoca, frequentemente, a degradação da qualidade da água em linhas de água e barragens a jusante das áreas aridas (ICNF, 2013).

Será de considerar o resultado obtido com os cenários nas espécies a privilegiar. As alterações climáticas podem levar a que uma espécie considerada atualmente como a privilegiar venha no futuro a ser severamente afetada pelas consequências das alterações climáticas, bem como à necessidade de introdução da cultura da azinheira e da alfarrobeira em detrimento de outras espécies cujas aptidões são, de momento, “Boa” e “Regular”.

1.3.5.2. Agentes bióticos nocivos

As alterações climáticas poderão promover novas oportunidades para o estabelecimento de agentes bióticos nocivos, não só por favorecerem o desenvolvimento das suas populações como por criarem, muitas vezes, pressões ambientais que tornam as árvores e ecossistemas mais vulneráveis a determinados organismos e, em especial, àqueles que se poderão classificar como espécies exóticas invasoras.

O aumento da temperatura no inverno e na primavera é favorável à reprodução das espécies de insetos, assim como à diminuição da sua mortalidade, potenciando a ocorrência de elevados níveis populacionais e o aumento do risco de ocorrência de pragas. Um dos impactes observados ao nível das comunidades de insetos florestais é a alteração da sua distribuição geográfica, sobretudo nas espécies limitadas pela temperatura, sendo que, tendencialmente, os limites da sua distribuição geográfica se deslocam em direção a latitudes superiores e a maiores altitudes (ICNF, 2013).

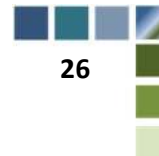
1.3.5.3. Socioeconomia

Ao nível da socioeconomia importa referir que a sociedade terá que ser mais resiliente relativamente às situações causadas por fenómenos climáticos extremos, tais como cheias e inundações e incêndios florestais, desenvolvendo a capacidade de aproveitamento de salvados, assim como de recurso a alternativas nos períodos de carência subsequentes. É de referir que o desenvolvimento de atividades económicas nas áreas de maior risco de impactes das alterações climáticas, principalmente em zonas costeiras, poderá requerer a introdução de medidas de adaptação, com consequências no aumento do investimento (por exemplo diques, no caso de áreas de risco de cheias ou de aumento do nível do mar e açudes nas áreas com maior risco de seca).

Na implantação/reabilitação de infraestruturas, é essencial ter em consideração a sua adaptação aos efeitos das alterações climáticas, em especial a cheias e secas, adotando medidas, em relação à gestão de recursos hídricos, à defesa da floresta contra incêndios e às pragas florestais.

1.3.5.4. Mitigação e Adaptação

As medidas de adaptação nas florestas têm potencial para mitigar de forma significativa a vulnerabilidade aos impactes das alterações climáticas sobre este setor.



2. OBJETIVOS, MEDIDAS E AÇÕES

A definição dos objetivos e medidas para dar resposta aos constrangimentos e às potencialidades da região identificados na análise estratégica, teve em conta a necessidade de gerir os espaços florestais de forma sustentável, recuperar áreas afetadas por agentes bióticos e abióticos e áreas críticas do ponto de vista da conservação do solo, melhorar a produtividade dos povoamentos e responder às orientações de gestão das áreas integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC).

2.1. Visão

A gestão sustentável das florestas tem subjacente a necessidade de um modelo de desenvolvimento para os territórios florestais nacionais que aborda as suas funções e vocações visando o crescimento sustentável e a competitividade económica, metas sociais como a inclusão e o emprego, assim como o aumento da sua contribuição para as metas ambientais (ENF, 2015).

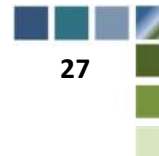
Neste sentido, a visão para a floresta nacional considera um futuro onde as florestas sejam vitais, produtivas e multifuncionais. Onde as florestas contribuam efetivamente para o desenvolvimento sustentável, por via da promoção e incremento dos bens e serviços providos pelos ecossistemas, assegurando bem-estar humano, um ambiente saudável e o desenvolvimento económico. Onde o potencial único das florestas para apoiar uma economia verde, providenciar meios de subsistência, mitigação das alterações climáticas, conservação da biodiversidade, melhorando a qualidade da água e combate à desertificação, é realizado em benefício da sociedade.

2.2. Objetivos Estratégicos da Estratégia Nacional para as Florestas

A ENF define um conjunto alargado de linhas de ação de âmbito nacional, nas quais se enquadram objetivos e medidas, preconizadas para o desenvolvimento da floresta portuguesa:

- A. Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;
- B. Especialização do território;
- C. Melhoria gestão florestal e da produtividade dos povoamentos;
- D. Internacionalização e aumento do valor dos produtos;
- E. Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor;
- F. Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.

São estes que definem o quadro de referência dos objetivos para a região PROF e subsequentemente para os objetivos a prosseguir em cada Sub-Região Homogénea (SRH). Os objetivos estratégicos da ENF (de A a F) e as suas subdivisões em objetivos específicos (e.g. A1, C2, F2, etc.) são usadas no estabelecimento da relação com os objetivos do PROF e das SRH.



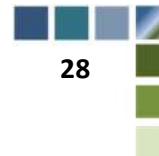
2.3. Objetivos transversais do PROF-ALT

Os objetivos transversais dizem respeito às questões que pela sua importância estratégica para os espaços florestais devem ter um tratamento comum na região. Assim, os objetivos transversais para a região, comuns a todas as SRH, são os seguintes:

- Aumentar a resiliência dos espaços florestais aos incêndios - DFCI (A);
- Aumentar a resiliência dos espaços florestais relativa a riscos bióticos (A);
- Assegurar o papel dos espaços florestais na disponibilização de serviços do ecossistema (B);
- Promover a conservação do solo e da água em áreas suscetíveis a processos de desertificação (B);
- Controlar e mitigar os processos associados à desertificação (B);
- Promover a conservação do regime hídrico (B);
- Promover a melhoria da gestão florestal (C e D);
- Reconverter povoamentos mal adaptados e/ou com produtividade abaixo do potencial (A e B);
- Revitalizar a atividade apícola (C);
- Potenciar o valor acrescentado para os bens e serviços da floresta (C e D);
- Aperfeiçoar a transferência do conhecimento técnico e científico mais relevante para as entidades gestoras de espaços florestais (C);
- Promover a conservação e valorização dos valores naturais e paisagísticos (C);
- Promover a Certificação da Gestão florestal Sustentável (D);
- Promover a melhoria contínua do conhecimento e das práticas (E);
- Monitorizar o desenvolvimento dos espaços florestais (E);
- Aumentar a qualificação técnica dos prestadores de serviços silvícolas e de exploração florestal (E).

2.4. Objetivos específicos por SRH

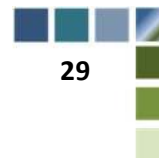
No Capítulo C do Documento Estratégico do PROF-ALT (ponto 2.2.1 - “Funções das Sub-Regiões Homogéneas”) definiu-se o conjunto de funções principais a desempenhar pelos espaços florestais em cada uma das SRH do território do PROF-ALT. As funções principais permitem, em conjunto com todos os fatores analisados e referidos no documento, proceder à identificação de sistemas, espécies, normas e objetivos específicos a privilegiar por SRH.



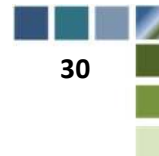
Para o cenário considerado mais favorável (Cenário A – BAU), procedeu-se à análise dos pontos fortes e fracos de cada SRH, tendo em consideração as respetivas funções principais, sendo os mesmos apresentados no Quadro 5.

Quadro 5. Pontos Fortes e Fracos por SRH da região PROF-ALT

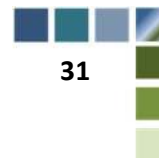
Nº	NOME DA SRH	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
1	Almodôvar e Serra do Algarve (c-pd-pt)	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado potencial produtivo lenhoso, sobretudo de eucalipto e pinheiro-bravo. • Potencial para a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente mel, medronho e plantas aromáticas. • Atividade silvopastoril - existência de extensas áreas de matos e incultos e uma utilização tradicional desses espaços para pecuária. • Elevado potencial para a atividade cinegética – resultante da grande disponibilidade de caça e a existência de uma boa cobertura do espaço sob o regime ordenado. • Elevado potencial para a atividade piscatória – a Barragem de Sta. Clara constitui um excelente pólo de exploração da atividade piscatória. 	<ul style="list-style-type: none"> • Risco de erosão médio e em alguns locais elevado - áreas com declives acentuados e com baixa cobertura vegetal. O regime torrencial de chuvas agrava a situação. • Existência de extensas manchas florestais contínuas constituindo áreas de elevado risco de incêndios. • Reduzida densidade populacional e população envelhecida.
2	Alqueva e envolventes (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Potencial para o desenvolvimento de atividades de recreio e lazer nos espaços florestais, quer pelo valor paisagístico da região, quer pela existência de locais vocacionados para o desenvolvimento destas atividades (albufeira do Alqueva e sua área envolvente). • Elevado potencial para o desenvolvimento da atividade cinegética, resultante de uma grande abundância de caça, existência de áreas concessionadas (ZCA e ZCT), bem como de um potencial aproveitamento da caça às aves aquáticas. • Potencial para a atividade piscatória nas águas interiores, decorrente da existência da albufeira de elevado valor estratégico e com potencial para a pesca, nomeadamente o achigã. • Existência de atividade silvopastoril – associada ao gado ovino, caprino, suíno (porco preto) e bovino, com produtos com nome protegido (carne alentejana-DOP, carne mertolenga-DOP, carne de porco alentejano-DO, queijo de Évora-DOP). • Existência de áreas com bom potencial para a produção de produtos não lenhosos – Mel com denominação de origem protegida (Mel do Alentejo-DOP), cogumelos silvestres, ervas aromáticas. • Área com aptidão potencial elevada para a azinheira. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzida densidade populacional e população envelhecida. • Baixa diversidade potencial de espécies para florestação – Reduzidas opções na escolha de espécies florestais que apresentem bom potencial produtivo. • Extensos troços de linhas de água degradados e sujeitos a forte erosão – Existência de galeria ripícolas incipientes ou ausentes. • Povoamentos florestais existentes com fraco potencial produtivo. • Baixo nível de incorporação de conhecimentos técnicos e de gestão, que origina uma gestão incipiente, não direcionada para a valorização dos produtos finais.



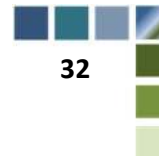
Nº	NOME DA SRH	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
3	Campo Branco (c-pd-pt)	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado potencial para o desenvolvimento da atividade cinegética, • resultante de uma grande abundância de caça, bem como da existência de uma vasta área de zonas de caça (elevada percentagem de ZCA e ZCT). • Existência de importantes sistemas agrosilvopastoris associados a objetivos de conservação (Plano Zonal de Castro Verde). • Existência de atividades silvopastoris associadas a gado ovino, caprino, bovino e suíno. • Existência de produtos com nome protegido como as carnes Alentejana, Mertolenga, ambas DOP, bem como o Borrego do Baixo Alentejo - IGP, queijo Serpa-DOP, entre outros. • Potencial para a atividade piscatória nas águas interiores, decorrente da existência da Ribeira de Terres (curso de água classificado como piscícola) com potencial para a pesca. • Existência de áreas significativas com valor para a conservação, que constituem o suporte de habitats para um número considerável de espécies protegidas da fauna e flora (ZPE de Castro Verde). Área abrangida pelo Cordão Verde para o Sul de Portugal. • Potencial para o desenvolvimento de atividades de recreio e lazer nos espaços florestais, pelo valor paisagístico e de conservação de habitats, fauna e flora da região. 	<ul style="list-style-type: none"> • Solos com suscetibilidade à desertificação muito elevada. • Áreas florestais degradadas, pouco produtivas, com especial destaque para o montado de azinheira. • Reduzida densidade populacional e população envelhecida. • Baixo nível de incorporação de conhecimentos técnicos e de gestão, que origina uma silvicultura incipiente, não direcionada para a valorização dos produtos finais.
4	Campos de Beja (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de atividades silvopastoris associadas a gado ovino, caprino, bovino e suíno. • Existência de produtos com nome protegido nomeadamente carnes, enchidos, mel e queijo Serpa. • Elevado potencial para o desenvolvimento da atividade cinegética, resultante de uma grande abundância de caça, bem como da existência de uma vasta área de zonas de caça. • Potencial para a atividade piscatória nas águas interiores, decorrente da existência de diversos cursos de água classificados como piscícolas e albufeiras de elevado valor estratégico e com potencial para a pesca (albufeiras de Odivelas, Roxo e Alvito). • Bom potencial para a produção de cortiça. • Potencial para o desenvolvimento de atividades de recreio e lazer nos espaços florestais, quer pelo valor paisagístico da região, quer pela proximidade do centro urbano de Beja (destacando-se a zona envolvente das albufeiras de Odivelas, Roxo e Alvito). • Existência do perímetro florestal da Cabeça Gorda e Salvada. • Elevado potencial para a produção de produtos não-lenhosos, em particular, ervas aromáticas, pinhão, condimentares e medicinais e mel. 	<ul style="list-style-type: none"> • Suscetibilidade à desertificação elevada. • Áreas florestais com fraca produtividade, destacando-se as áreas do montado de sobreiro e azinheira. • Grande número de zonas de caça municipais. • Reduzida densidade populacional • População envelhecida. • Baixo nível de incorporação de conhecimentos técnicos e de gestão, que origina uma silvicultura incipiente, não direcionada para a valorização dos produtos finais.



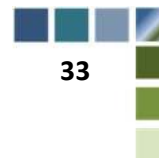
Nº	NOME DA SRH	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
5	Campos de Évora e Reguengos (c-pd-pt)	<ul style="list-style-type: none"> • Aptidão para a azinheira. • Elevado potencial para a atividade silvopastoril - associada ao gado ovino e bovino, com produtos com nome protegido (carne alentejana -DOP, carne mertolenga -DOP, bovino tradicional do montado – ETG, carne de porco alentejano- DO, borrego do Nordeste Alentejano- IG, queijo de Évora-DOP). • Elevado potencial para o desenvolvimento da atividade cinegética, resultante de uma grande abundância de caça, existência de áreas concessionadas (ZCA e ZCT). • Disponibilidade para aumento de área florestal – Existência significativa de áreas abandonadas pela atividade agrícola. • Existência de galerias ripícolas bem desenvolvidas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzido potencial produtivo para as principais espécies florestais. • Montado de azinho envelhecido e com fraca regeneração natural – Consequência de desequilíbrios na gestão destes ecossistemas a favor de uma maximização dos rendimentos provenientes da atividade silvopastoril. (A prazo pode conduzir a um colapso deste sistema). • Montado envelhecido e com fraca regeneração natural – Consequência de desequilíbrios na gestão destes ecossistemas a favor de uma maximização dos rendimentos provenientes da atividade silvopastoril. A prazo pode conduzir a um colapso deste sistema.
6	Charneca do Alto Alentejo (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado potencial produtivo lenhoso – Pinheiro-bravo, Pinheiro-manso, Eucalipto. • Bom potencial para a produção de cortiça. • Existência de áreas com bom potencial para a produção de produtos não lenhosos. • Potencial para o desenvolvimento da atividade cinegética, resultante de uma grande abundância de caça em especial os columbídeos cinegéticos, notando-se a existência de áreas concessionadas (ZCA e ZCT). • Potencial para a atividade piscatória nas águas interiores, decorrente da existência de albufeiras com potencial para a pesca; • Região com interesse paisagístico - paisagem com valor estético centrado no mosaico onde alternam manchas agrícolas e florestais de montado ou pinhais e com impacto na paisagem. • Existência de áreas significativas com valor para a conservação, 	<ul style="list-style-type: none"> • Solos com suscetibilidade à desertificação, nas linhas de água e locais de declive acentuado • Montado envelhecido e com fraca regeneração natural – Consequência de desequilíbrios na gestão destes ecossistemas a favor de uma maximização dos rendimentos provenientes da atividade silvopastoril. A prazo pode conduzir a um colapso deste sistema.



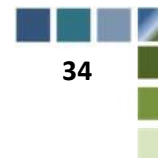
Nº	NOME DA SRH	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
7	Charneca do Tejo e do Sado (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado potencial produtivo lenhoso – Pinheiro-bravo, Pinheiro-manso, Eucalipto. • Bom potencial para a produção de cortiça. • Existência de áreas com bom potencial para a produção de produtos não lenhosos (ervas aromáticas, cogumelos e pinhao). • Potencial para o desenvolvimento da atividade cinegética, resultante de uma grande abundância de caça em especial os columbídeos cinegéticos, notando-se a existência de áreas concessionadas (ZCA e ZCT). • Potencial para a atividade piscatória nas águas interiores, decorrente da existência de albufeiras com potencial para a pesca; • Região com interesse paisagístico - paisagem com valor estético centrado no mosaico onde alternam manchas agrícolas e florestais de montado ou pinhais e com impacto na paisagem. • Existência de áreas significativas com valor para a conservação, 	<ul style="list-style-type: none"> • Solos com suscetibilidade à desertificação, nas linhas de água e locais de declive acentuado
8	Cintura de Ourique (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado potencial para o desenvolvimento da atividade cinegética, resultante de uma grande abundância de caça, bem como da existência de área de zonas de caça, predominantemente ZCA e ZCT. • Potencial para a atividade piscatória nas águas interiores, decorrente da existência de diversos cursos de água (Ribeiras de Terge e Oeiras, rios Mira e Sado) e a albufeira do Monte da Rocha de elevado valor estratégico e com potencial para a pesca. • Existência de atividades silvopastoris associadas a gado ovino, caprino, bovino e suíno. • Existência de produtos com nome protegido como as carnes Alentejana, Mertolenga, ambas DOP, bem como o Borrego do Baixo Alentejo - IGP, mel-DOP, queijo Serpa-DOP, entre outros. • Potencial para a produção de material lenhoso • Potencial para a produção de produtos não-lenhosos, em particular, pinhão, medronho, ervas aromáticas, condimentares e medicinais e mel. • Potencial para o desenvolvimento de atividades de recreio e lazer nos espaços florestais, pelo valor paisagístico da região. 	<ul style="list-style-type: none"> • Solos com suscetibilidade à desertificação • Áreas florestais com fraca produtividade, com especial destaque para o montado de azinheira e sobreiro. • Reduzida densidade populacional e população envelhecida. • Baixo nível de incorporação de conhecimentos técnicos e de gestão, que origina uma silvicultura incipiente, não direcionada para a valorização dos produtos finais
9	Estuário e Vale do Baixo Sado (c-pd-pt)	<ul style="list-style-type: none"> • Potenciais de recreio e lazer - caminhadas organizadas, percursos equestres existência de praias fluviais, entre outras potencialidades. • Elevado interesse paisagístico - paisagem de elevado valor estético, através da associação de unidades de paisagem como os montados, o sapal, o litoral e o estuário. • Potencial para a produção de produtos não lenhosos, nomeadamente o pinhão e os cogumelos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Espaços florestais arborizados com pouco significado na sub-região • Presença de pragas e Doenças florestais



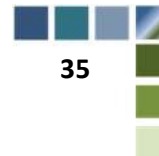
Nº	NOME DA SRH	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
10	Litoral Alentejano e Mira (c-pd-pt)	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de áreas classificadas –Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e Sítio Natura 2000. • Potenciais de recreio e lazer – a grande procura destas áreas de litoral permitem o aproveitamento para a exploração dos espaços rurais (onde se deverão incluir os florestais) potenciando usos alternativos. • Elevado interesse paisagístico - paisagem de elevado valor estético, onde se deve realçar a interface costa rochosa – serra interior. 	<ul style="list-style-type: none"> • Risco de erosão médio e em alguns locais elevado – área sob a influência marítima. O vale do rio Mira merece uma atenção especial na gestão da sua bacia; • Baixa taxa de cobertura florestal
11	Margem Esquerda (c-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Potencial para a atividade de caça resultante de uma grande abundância de caça, bem como da existência de zonas de caça. • Potencial para a atividade piscatória nas águas interiores, decorrente da existência de diversos cursos de água e albufeiras de elevado valor estratégico e com zonas de pesca profissional (rio Guadiana) e cursos de água classificados como piscícolas. • Existência de atividades silvopastoris associadas a gado ovino, caprino, bovino e suíno. • Existência de produtos com nome protegido como as carnes Alentejana, Mertolenga, ambas DOP, bem como o Borrego do Baixo Alentejo - IGP, mel-DOP, queijo Serpa-DOP, entre outros. • Existência de áreas significativas com valor para a conservação, que são o suporte de habitat para um número considerável de espécies protegidas da fauna e flora (sítios da Rede Natura, Directiva aves e Habitats e Parque Natural do Vale do Guadiana). Existência nesta região de ZIA e área parcialmente abrangida pelo Cordão Verde para o Sul de Portugal. • Potencial para o desenvolvimento de atividades de recreio e lazer nos espaços florestais, quer pelo valor paisagístico da região, quer pela existência de locais vocacionados para o desenvolvimento destas atividades (albufeiras, destacando-se a da Tapada Grande e a proximidade da albufeira de Alqueva e o vale do Guadiana). • Existência de espaços florestais sob gestão da administração pública (com especial relevância para o perímetro florestal da Contenda). • Aptidão potencial elevada para a azinheira, no sentido de produção de biomassa e fruto. • Elevado potencial para a produção de produtos não-lenhosos, em particular os cogumelos, plantas aromáticas, pinhão, condimentares e medicinais e mel. 	<ul style="list-style-type: none"> • Solos com suscetibilidade à desertificação muito elevada • Áreas florestais com fraca produtividade, com especial destaque para o montado de azinheira. • Reduzida densidade populacional e população envelhecida. • Baixo nível de incorporação de conhecimentos técnicos e de gestão, que origina uma silvicultura incipiente, não direcionada para a valorização dos produtos finais.



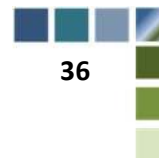
Nº	NOME DA SRH	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
12	Montados do Alentejo Central (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado potencial para a atividade silvopastoril - associada ao gado ovino e bovino, com produtos de nome protegido (carne alentejana-DOP, carne mertolenga-DOP , carne de porco alentejano-DOP). • Elevado potencial para o desenvolvimento da atividade cinegética, resultante de uma grande abundância de caça e existência de vastas áreas já concessionadas (ZCA e ZCT). • Boa aptidão para o sobreiro e azinheira. • Elevada ocupação florestal, centrada nos povoamentos e montados de sobre e azinho. • Elevada dimensão da propriedade • Existência de áreas com bom potencial para a produção de produtos não lenhosos – cogumelos silvestres e ervas aromáticas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzida densidade populacional e população envelhecida. • Falta de mão-de-obra qualificada – Relevo para os operários especializados como tiradores de cortiça. • Montado envelhecido e com fraca regeneração natural – Consequência de desequilíbrios na gestão destes ecossistemas a favor de uma maximização dos rendimentos provenientes da atividade silvopastoril. (A prazo pode conduzir a um colapso deste sistema.)
13	Montados do Sado, Viana e Portel (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado potencial para a atividade silvopastoril - associada ao gado ovino e bovino, com produtos com nome protegido (carne alentejana -DOP, carne mertolenga -DOP , bovino tradicional do montado – ETG, carne de porco alentejano- DO, borrego do Nordeste Alentejano- IG, queijo de Évora-DOP). • Elevado potencial para o desenvolvimento da atividade cinegética, resultante de uma grande abundância de caça, existência de áreas concessionadas (ZCA e ZCT). • Elevada dimensão da propriedade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Solos com suscetibilidade à desertificação, nas linhas de água e locais de declive acentuado • Reduzida densidade populacional e população envelhecida. • Falta de mão-de-obra qualificada – Relevo para os operários especializados como tiradores de cortiça. • Montado envelhecido e com fraca regeneração natural – Consequência de desequilíbrios na gestão destes ecossistemas a favor de uma maximização dos rendimentos provenientes da atividade silvopastoril. A prazo pode conduzir a um colapso deste sistema.
14	Penepianície do Alto Alentejo (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado potencial para a atividade silvopastoril • Elevado potencial para o desenvolvimento da atividade cinegética • Elevada dimensão da propriedade. • Elevada ocupação florestal, centrada nos montados de sobre e de azinho. • Existência de áreas com bom potencial para a produção de produtos não lenhosos – cogumelos silvestres e ervas aromáticas. • Interesse paisagístico - paisagem marcada pela ocupação florestal existente, centrada nos montados de sobre e azinho. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzida densidade populacional e população envelhecida. • Falta de mão-de-obra qualificada – Relevo para os operários especializados como tiradores de cortiça. • Montado envelhecido e com fraca regeneração natural – Consequência de desequilíbrios na gestão destes ecossistemas a favor de uma maximização dos rendimentos provenientes da atividade silvopastoril. A prazo pode conduzir a um colapso deste sistema.



Nº	NOME DA SRH	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
15	Pinhais do Alentejo Litoral (c-pd-pt)	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada proporção de área florestal. • Elevada aptidão para o sobreiro, pinheiro-bravo, pinheiro manso e eucalipto. • Existência de áreas com bom potencial para a produção de produtos não lenhosos – pinhão, cogumelos silvestres e ervas aromáticas. • Elevada diversidade potencial de espécies. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzida dimensão da propriedade. • Ocorrência de grandes manchas florestais monoespecíficas contínuas. • Elevada probabilidade de ocorrência de fogos florestais. • Presença de pragas e doenças florestais. • Ausência de gestão ou gestão incipiente dos espaços florestais numa proporção considerável dos espaços florestais. • Área significativa com risco médio de erosão.
16	Serra de Ossa e Terras do Alandroal (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado potencial para a atividade silvopastoril - associada ao gado ovino, caprino, suíno (porco preto) e bovino, com produtos com nome protegido (carne alentejana-DOP, carne mertolenga-DOP, bovino tradicional do montado-ETG, carne de porco alentejano-DO, queijo de Évora-DOP). • Elevado potencial para o desenvolvimento da atividade cinegética, resultante de uma grande abundância de caça, existência de áreas concessionadas (ZCA e ZCT). • Existência de áreas com bom potencial para a produção de produtos não lenhosos – Mel com denominação de origem protegida (Mel do Alentejo-DOP), cogumelos silvestres, ervas aromáticas e medronho. • Potencial para o desenvolvimento de atividades de recreio e lazer nos espaços florestais, quer pelo valor paisagístico intrínseco destas serras, quer pela existência de locais vocacionados para o desenvolvimento destas atividades na sua vizinhança (albufeira do Alqueva e sua área envolvente) • Elevada dimensão das propriedades. 	<ul style="list-style-type: none"> • Risco de erosão médio e em alguns locais elevado • Densidade de ocorrências e área queimada elevada, • Montado envelhecido, com fraca regeneração natural e com ocorrência de problemas fitossanitários – Consequência de desequilíbrios na gestão destes ecossistemas. A prazo pode conduzir a um colapso deste sistema. • Reduzida densidade populacional e população envelhecida. • Áreas florestais com fraca produtividade • Reduzida diversidade potencial de espécies para a florestação.
17	Serra de São Mamede (c-pd-pt)	<ul style="list-style-type: none"> • Potenciais de recreio e lazer elevados - caminhadas organizadas. • Elevado interesse paisagístico - paisagem de elevado valor estético como o Parque Natural da Serra de S. Mamede. • Elevado potencial produtivo lenhoso e bastante diversificado – carvalho-negral, castanheiro, madeiras nobres além do pinheiro-bravo e outras folhosas. • Região com potencial para a produção de produtos não lenhosos, nomeadamente cogumelos, mel e castanha. • Existência de habitats florestais do Sítio de S. Mamede (vegetação ripícola herbácea e arbórea de elevado valor, Carvalhais de <i>Quercus pyrenaica</i> entre outros). 	<ul style="list-style-type: none"> • Risco de erosão médio e em alguns locais elevado - áreas montanhosas com relevo acentuado, vales profundos e encaixados onde se registam valores de precipitação elevados. • Elevada probabilidade de ocorrência de fogos florestais. • Existência de grandes manchas contínuas de resinosas e eucaliptos. • Subaproveitamento do potencial cinegético– sub-exploração das potencialidades cinegéticas da região. • Pequena dimensão da propriedade florestal.



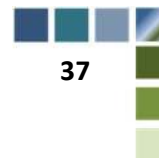
Nº	NOME DA SRH	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
18	Serra do Monfurado (c-pd-pt)	<ul style="list-style-type: none"> • Região em grande parte abrangida por zonas de elevado valor para a conservação de habitats e espécies da flora e fauna, classificadas como SIC (PTCON0031 - Monfurado e PTCON0033 – Cabrela). • Elevado potencial produtivo lenhoso – Pinheiro-bravo, Pinheiro-manso, eucalipto e folhosas produtoras de madeiras de qualidade como freixo e nogueira, nos vales férteis abandonados. • Bom potencial para a produção de cortiça. • Elevado potencial para a atividade silvopastoril - associada preferencialmente ao gado ovino e bovino, com produtos com nome protegido (carne alentejana -DOP, carne mertolenga -DOP , bovino tradicional do montado –ETG, carne de porco alentejano-DO, borrego do Nordeste Alentejano- IG, queijo de Évora-DOP). • Elevado potencial para o desenvolvimento da atividade cinegética, resultante de uma grande abundância de caça, existência de áreas concessionadas (ZCA e ZCT). • Interesse paisagístico - paisagem com valor estético centrado nos valores arqueológicos existentes, maciços florestais característicos e bem desenvolvidos e pelas características orográficas contrastantes. • Potenciais de recreio e lazer - caminhadas organizadas, turismo de natureza e cultural, entre outras potencialidades. • Região em grande parte abrangida por zonas de elevado valor para a conservação de habitats e espécies da flora e fauna, classificada como Sítio de Importância Comunitária PTCON0031 – Monfurado (Montados de sobro e azinho e núcleos de carvalho-português e carvalho-negral). 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa densidade de população rural. • Falta de mão-de-obra qualificada – Relevo para os operários especializados como tiradores de cortiça. • Elevada proporção de zonas ocultas – aumenta o risco de atraso e correta identificação dos pontos de ignição de incêndios florestais. • Montado envelhecido e com fraca regeneração natural – Consequência de desequilíbrios na gestão destes ecossistemas a favor de uma maximização dos rendimentos provenientes da atividade silvopastoril. A prazo pode conduzir a um colapso deste sistema
19	Serras do Litoral e Montados de Santiago (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado potencial produtivo suberícola • Elevado potencial para produção lenhosa • Região com potencial para a produção de produtos não lenhosos, nomeadamente plantas aromáticas, cogumelos e mel. • Boa implementação das associações de produtores florestais e propriedades de dimensões elevadas • Existência de atividade silvopastoril - longa tradição de uso das áreas de montado para a exploração pecuária com gado bovino e ovino. • Muito elevada utilização efetiva das zonas de caça. • Elevado potencial para a atividade piscatória – nas barragens do Pego do Altar e Vale de Gaio. • Existência de áreas significativas com valor para a conservação – Sítio da Cabrela, suporte de habitat para um número considerável de espécies protegidas da fauna e da flora. • Potenciais de recreio e lazer - caminhadas organizadas, ribeiras e barragens, entre outras potencialidades. 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de pragas e doenças florestais • Solos com suscetibilidade à desertificação, nas linhas de água e locais de declive acentuado. • Incidência de fogos florestais



Nº	NOME DA SRH	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
20	Tejo Superior (c-pd-pt)	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado potencial para a atividade piscatória – rio Tejo, curso de água classificado como piscícola; • Elevado potencial produtivo lenhoso; • Existência de <i>habitats</i> florestais do Sítio de S. Mamede e Nisa, Laje da Prata, (vegetação ripícola herbácea e arbórea de elevado valor); • Potencial para o desenvolvimento da atividade cinegética, 	<ul style="list-style-type: none"> • Risco de erosão médio e em alguns locais elevado - áreas montanhosas com relevo acentuado, vales profundos e encaixados onde se registam valores de precipitação elevados; • Densidade de ocorrências e área queimada elevadas; • Pequena dimensão da propriedade florestal; • Ocorrência de grandes manchas florestais monoespecíficas contínuas.
21	Terras de Mourão (c-pd-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado potencial para a atividade silvopastoril - associada ao gado ovino e bovino, com produtos com nome protegido (carne alentejana -DOP, carne mertolenga -DOP, bovino tradicional do montado – ETG, carne de porco alentejano-DO, borrego do Nordeste Alentejano- IG, queijo de Évora-DOP). • Elevado potencial para o desenvolvimento da atividade cinegética, resultante de uma grande abundância de caça, existência de áreas concessionadas (ZCA e ZCT). • Área significativa com povoamentos de azinheira. 	<ul style="list-style-type: none"> • Solos suscetibilidade à desertificação elevada • Reduzida diversidade potencial de espécies para a florestação. • Montado envelhecido e com fraca regeneração natural – Consequência de desequilíbrios na gestão destes ecossistemas a favor de uma maximização dos rendimentos provenientes da atividade silvopastoril. A prazo pode conduzir a um colapso deste sistema.

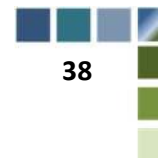
Legenda: Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos (c); Produção (pd); Proteção (pt); Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores (sp/c); Recreio e valorização da paisagem (re).

A análise dos pontos fortes e fracos das SRH permite proceder à definição dos objetivos específicos por SRH, elencados no Quadro 6, bem como estabelecer a sua relação com os objetivos definidos na ENF.

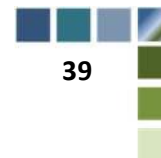


Quadro 6. Objetivos específicos por SRH da região PROF-ALT

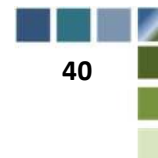
Nº	SRH (Funções)	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA ENF
1	Almodôvar e Serra do Algarve (c-pd-pt)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a produtividade por unidade de área • Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação. • Assegurar a gestão sustentável das áreas cinegéticas • Diminuir a erosão dos solos • Preservar os valores fundamentais do solo e da água • Recuperação do montado de sobro e azinho e promoção da regeneração natural 	<p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade</p> <p>B5. Conservar o regime hídrico</p> <p>B6. Adequar as espécies às características da estação</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p> <p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p>
2	Alqueva e envolventes (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a produtividade por unidade de área • Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação. • Assegurar a gestão sustentável das áreas cinegéticas • Melhorar a gestão dos terrenos silvopastoris, harmonizando-a com os outros usos do solo • Aumentar a atividade associada à pesca nas águas interiores. • Promover o aproveitamento de biomassa para energia 	<p>B6. Adequar as espécies às características da estação</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p> <p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p>
3	Campo Branco (c-pd-pt)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar o contributo da atividade cinegética para o rendimento global das explorações • Melhorar a estrutura produtiva dos espaços florestais existentes nas suas funções produtiva e silvopastoril • Melhorar o estado de conservação dos habitats florestais classificados • Preservar os valores fundamentais do solo e da água • Recuperação do montado de sobro e azinho e promoção da regeneração natural 	<p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade</p> <p>B5. Conservar o regime hídrico</p> <p>B6. Adequar as espécies às características da estação</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p> <p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p>



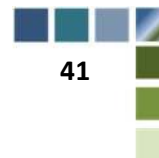
Nº	SRH (Funções)	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA ENF
4	Campos de Beja (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a produtividade por unidade de área • Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação. • Melhorar a gestão dos terrenos silvopastoris, harmonizando-a com os outros usos do solo • Preservar os valores fundamentais do solo e da água • Recuperação do montado de sobre e azinho e promoção da regeneração natural 	<p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade</p> <p>B5. Conservar o regime hídrico</p> <p>B6. Adequar as espécies às características da estação</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p> <p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p>
5	Campos de Évora e Reguengos (c-pd-pt)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a produtividade por unidade de área • Melhorar a gestão dos terrenos silvopastoris, harmonizando-a com os outros usos do solo • Preservar os valores fundamentais do solo e da água • Promover o enquadramento adequado de monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infraestruturas • Recuperação das galerias ripícolas 	<p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade</p> <p>B5. Conservar o regime hídrico</p> <p>B6. Adequar as espécies às características da estação</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p>B9. Desenvolver a importância da floresta enquanto componentes da Infraestrutura Verde</p> <p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p> <p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p>
6	Charneca do Alto Alentejo (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a produtividade por unidade de área • Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação. • Melhorar a estrutura produtiva dos espaços florestais existentes nas suas funções produtiva e silvopastoril • Conservação da biodiversidade e riqueza paisagística • Promover o aproveitamento de biomassa para energia • Recuperação das galerias ripícolas 	<p>A1. Reabilitar áreas ardidas</p> <p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade</p> <p>B6. Adequar as espécies às características da estação</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p> <p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p>



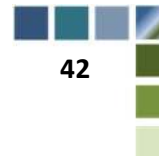
Nº	SRH (Funções)	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA ENF
7	Charneca do Tejo e do Sado (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a produtividade por unidade de área • Aumentar a atividade associada à pesca nas águas interiores. • Melhorar a estrutura produtiva dos espaços florestais existentes nas suas funções produtiva e silvopastoril • Conservação da biodiversidade e riqueza paisagística • Promover o aproveitamento de biomassa para energia • Recuperação do montado de sobro e azinho e promoção da regeneração natural 	<p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade</p> <p>B6. Adequar as espécies às características da estação</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p> <p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p>
8	Cintura de Ourique (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a gestão sustentável das áreas cinegéticas • Melhorar a gestão dos terrenos silvopastoris, harmonizando-a com os outros usos do solo • Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação. • Conservação da biodiversidade e riqueza paisagística • Diminuir a erosão dos solos • Preservar os valores fundamentais do solo e da água • Recuperação do montado de sobro e azinho e promoção da regeneração natural 	<p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade</p> <p>B5. Conservar o regime hídrico</p> <p>B6. Adequar as espécies às características da estação</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p> <p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p>
9	Estuário e Vale do Baixo Sado (c-pd-pt)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar e beneficiar os espaços florestais de enquadramento das atividades de recreio • Conservação da biodiversidade e riqueza paisagística • Melhorar o estado de conservação dos habitats florestais classificados • Ordenamento dos espaços florestais de Conservação de modo a assegurar o seu usufruto regulado • Promover o enquadramento adequado de monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infraestruturas 	<p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p>B9. Desenvolver a importância da floresta enquanto componentes da Infraestrutura Verde</p>
10	Litoral Alentejano e Mira (c-pd-pt)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar e beneficiar os espaços florestais de enquadramento das atividades de recreio • Conservação da biodiversidade e riqueza paisagística • Melhorar o estado de conservação dos habitats florestais classificados • Ordenamento dos espaços florestais de Conservação de modo a assegurar o seu usufruto regulado • Recuperação das galerias ripícolas 	<p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p>B9. Desenvolver a importância da floresta enquanto componentes da Infraestrutura Verde</p>



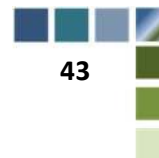
Nº	SRH (Funções)	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA ENF
11	Margem Esquerda (c-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a gestão sustentável das áreas cinegéticas • Aumentar a atividade associada à pesca nas águas interiores. • Melhorar a gestão dos terrenos silvopastoris, harmonizando-a com os outros usos do solo • Melhorar o estado de conservação dos habitats florestais classificados • Preservar os valores fundamentais do solo e da água • Recuperação do montado de sobro e azinho e promoção da regeneração natural 	<p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade</p> <p>B5. Conservar o regime hídrico</p> <p>B6. Adequar as espécies às características da estação</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p> <p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p>
12	Montados do Alentejo Central (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a atividade associada à pesca nas águas interiores. • Aumentar a produtividade por unidade de área • Melhorar a estrutura produtiva dos espaços florestais existentes nas suas funções produtiva e silvopastoril • Conservação da biodiversidade e riqueza paisagística • Promover o aproveitamento de biomassa para energia • Recuperação do montado de sobro e azinho e promoção da regeneração natural 	<p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade</p> <p>B6. Adequar as espécies às características da estação</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p> <p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p>
13	Montados do Sado, Viana e Portel (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a atividade associada à pesca nas águas interiores. • Aumentar a produtividade por unidade de área • Melhorar a estrutura produtiva dos espaços florestais existentes nas suas funções produtiva e silvopastoril • Conservação da biodiversidade e riqueza paisagística • Promover o aproveitamento de biomassa para energia • Recuperação do montado de sobro e azinho e promoção da regeneração natural 	<p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade</p> <p>B6. Adequar as espécies às características da estação</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p> <p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p>



Nº	SRH (Funções)	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA ENF
14	Peneplanície do Alto Alentejo (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a produtividade por unidade de área • Aumentar o contributo da atividade cinegética para o rendimento global das explorações • Melhorar a estrutura produtiva dos espaços florestais existentes nas suas funções produtiva e silvopastoril • Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação. • Promover o aproveitamento de produtos não lenhosos • Preservar os valores fundamentais do solo e da água • Promover o aproveitamento de biomassa para energia • Recuperação do montado de sobro e azinho e promoção da regeneração natural 	<p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade</p> <p>B5. Conservar o regime hídrico</p> <p>B6. Adequar as espécies às características da estação</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p> <p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p>
15	Pinhais do Alentejo Litoral (c-pd-pt)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a produtividade por unidade de área • Diversificação da composição das áreas florestais contribuindo para a compartimentação • Ordenamento dos espaços florestais de Conservação de modo a assegurar o seu usufruto regulado • Promover o aproveitamento de biomassa para energia 	<p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade</p> <p>B6. Adequar as espécies às características da estação</p> <p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p> <p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p>
16	Serra de Ossa e Terras do Alandroal (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a produtividade por unidade de área • Aumentar o contributo da atividade cinegética para o rendimento global das explorações • Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação. • Promover o aproveitamento de produtos não lenhosos • Melhorar o estado de conservação dos habitats florestais classificados • Preservar os valores fundamentais do solo e da água • Promover o aproveitamento de biomassa para energia 	<p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade</p> <p>B5. Conservar o regime hídrico</p> <p>B6. Adequar as espécies às características da estação</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p> <p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p>



Nº	SRH (Funções)	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA ENF
17	Serra de São Mamede (c-pd-pt)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a produtividade por unidade de área • Promover o aproveitamento de produtos não lenhosos • Aumentar e beneficiar os espaços florestais de enquadramento das atividades de recreio • Melhorar o estado de conservação dos habitats florestais classificados • Promover o enquadramento adequado de monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infraestruturas • Recuperação das galerias ripícolas 	<p>A1. Reabilitar áreas ardidas</p> <p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade</p> <p>B6. Adequar as espécies às características da estação</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p>B9. Desenvolver a importância da floresta enquanto componentes da Infraestrutura Verde</p> <p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p> <p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p>
18	Serra do Monfurado (c-pd-pt)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a produtividade por unidade de área • Melhorar a gestão dos terrenos silvopastoris, harmonizando-a com os outros usos do solo • Conservação da biodiversidade e riqueza paisagística • Melhorar o estado de conservação dos habitats florestais classificados • Promover o aproveitamento de biomassa para energia • Recuperação do montado de sobro e azinho e promoção da regeneração natural 	<p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade</p> <p>B6. Adequar as espécies às características da estação</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p> <p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p>
19	Serras do Litoral e Montados de Santiago (pd-pt-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a produtividade por unidade de área • Promover o aproveitamento de produtos não lenhosos • Preservar os valores fundamentais do solo e da água • Recuperação das galerias ripícolas • Recuperação do montado de sobro e azinho e promoção da regeneração natural 	<p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade</p> <p>B6. Adequar as espécies às características da estação</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p> <p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p>



Nº	SRH (Funções)	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA ENF
20	Tejo Superior (c-pd-pt)	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a produtividade por unidade de área • Melhorar a estrutura produtiva dos espaços florestais existentes nas suas funções produtiva e silvopastoril • Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação • Diminuir a erosão dos solos • Promover o aproveitamento de biomassa para energia • Recuperação das galerias ripícolas 	<p>A1. Reabilitar áreas ardidas</p> <p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade</p> <p>B5. Conservar o regime hídrico</p> <p>B6. Adequar as espécies às características da estação</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p> <p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p>
21	Terras de Mourão (c-pd-sp/c)	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a gestão sustentável das áreas cinegéticas • Melhorar a estrutura produtiva dos espaços florestais existentes nas suas funções produtiva e silvopastoril • Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação. • Diminuir a erosão dos solos • Preservar os valores fundamentais do solo e da água • Melhorar o estado de conservação dos habitats florestais classificados • Recuperação do montado de sobro e azinho e promoção da regeneração natural 	<p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade</p> <p>B5. Conservar o regime hídrico</p> <p>B6. Adequar as espécies às características da estação</p> <p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos</p> <p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p> <p>C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional</p>

Legenda: Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos (c); Produção (pd); Proteção (pt); Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores (sp/c); Recreio e valorização da paisagem (re).

A síntese dos objetivos específicos por SRH da região PROF-ALT é apresentada no Quadro 6. A relação entre os objetivos específicos da ENF e os objetivos por SRH definidos neste ponto permite proceder à definição do Capítulo G – “Programa de Execução”. A abordagem considerada consiste na “regionalização” da ENF, à região PROF e às SRH, tendo em atenção os objetivos estratégicos (da ENF) exequíveis ao nível regional, mas também a Visão para a floresta nacional (ver ponto 2.1).

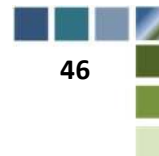
Quadro 7. Síntese dos objetivos específicos por SRH

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	SUB-REGIÕES HOMOGÉNEAS																				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
Assegurar a gestão sustentável das áreas cinegéticas		✓					✓			✓	✓										✓
Aumentar a atividade associada à pesca nas águas interiores.		✓					✓			✓		✓									
Aumentar a produtividade por unidade de área	✓	✓		✓	✓	✓	✓					✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Aumentar e beneficiar os espaços florestais de enquadramento das atividades de recreio									✓	✓							✓				
Aumentar o contributo da atividade cinegética para o rendimento global das explorações			✓											✓		✓					
Conservação da biodiversidade e riqueza paisagística						✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓					✓			
Diminuir a erosão dos solos	✓						✓													✓	✓
Diversificação da composição das áreas florestais contribuindo para a compartimentação															✓						
Melhorar a estrutura produtiva dos espaços florestais existentes nas suas funções produtiva e silvopastoril			✓			✓	✓					✓	✓	✓						✓	✓
Melhorar a gestão dos terrenos silvopastoris, harmonizando-a com os outros usos do solo		✓		✓	✓		✓			✓								✓			
Melhorar o estado de conservação dos habitats florestais classificados			✓						✓	✓						✓	✓	✓			✓
Ordenamento dos espaços florestais de Conservação de modo a assegurar o seu usufruto regulado									✓	✓					✓						
Preservar os valores fundamentais do solo e da água	✓		✓	✓	✓						✓		✓		✓			✓			✓

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	SUB-REGIÕES HOMOGÉNEAS																				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
Promover o aproveitamento de biomassa para energia		√				√	√					√	√	√	√	√		√		√	
Promover o enquadramento adequado de monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infraestruturas					√				√								√				
Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação.	√	√		√		√		√						√		√				√	√
Recuperação das galerias ripícolas					√	√				√							√		√	√	
Recuperação do montado de sobre e azinho e promoção da regeneração natural	√		√	√			√	√			√	√	√	√				√	√		√
Promover o aproveitamento de produtos não lenhosos							√	√			√			√	√	√	√		√		

Legenda:

	c-pd-pt
	c-pd-sp/c
	c-pt-sp/c
	pd-pt-sp/c



2.5. Análise SWOT

O resultado da análise dos Pontos Fracos, Pontos Fortes, Oportunidades e Ameaças encontra-se sintetizado no Quadro 8 sendo que são estudados os Problemas, Constrangimentos, Fragilidades e Potencialidades associados a uma determinada situação, de modo a que a cada par de fatores (interno/externo) equivalha uma diferente estratégia e por conseguinte objetivos estratégicos distintos. No Quadro 9 são sintetizadas as diferentes estratégias possíveis.

Quadro 8. Matriz SWOT

	AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
PONTOS FRACOS	Problemas	Fragilidades
PONTOS FORTES	Constrangimentos	Potencialidades

Quadro 9. Matriz SWOT / Estratégias

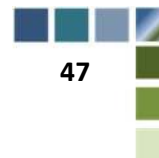
	AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
PONTOS FRACOS	Estratégias defensivas para minimizar os pontos fracos e evitar as ameaças	Procurar através das oportunidades mitigar os efeitos dos pontos fracos
PONTOS FORTES	Procurar os usar os pontos fortes para evitar as ameaças	Estratégia em que se procura usar os pontos fortes para desenvolver e potenciar as oportunidades

2.5.1. Pressões e concorrências de uso

Na região PROF-ALT há porções do território onde o potencial de conflito é elevado, quer pela presença em simultâneo de diferentes setores de atividade, quer pela sensibilidade ambiental dos ecossistemas e dos recursos naturais existentes, quer ainda pela eventual ocorrência de riscos naturais a prevenir/ mitigar. O Quadro 10 apresenta a relação entre as eventuais pressões de concorrências de uso. O critério priorizado neste PROF foi sempre o do desenvolvimento florestal.

Quadro 10. Pressões e concorrências de uso

PRESSÕES E CONCORRÊNCIAS DE USO	QUESTÕES QUE SE COLOCAM
Agricultura - Floresta	Zonas com elevada atividade agropecuária
População - Floresta	Desflorestação acentuada Zonas urbanas com forte pressão expansionista Zonas ribeirinhas potencialmente afetadas
Floresta - Mineração (Pedreiras)	Uso do solo e a movimentação de máquinas pesadas Recuperação do coberto vegetal em espaços sujeitos a mineração



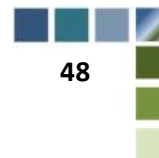
PRESSÕES E CONCORRÊNCIAS DE USO	QUESTÕES QUE SE COLOCAM
Floresta - Turismo	Condições favoráveis para a prática de turismo ecológico e cinegético e de turismo relacionado com a pesca recreativa A floresta é prejudicada pela prática de desportos com elevada intensidade de carga humana e motorizada.
Floresta - Proteção	Conservação do coberto vegetal das bacias hidrográficas e respetivas práticas de gestão na quantidade e qualidade da água da rede pública
Floresta - Conservação	Dimensão das áreas a gerir face à monocultura/áreas extensas
Agricultura/População/Turismo - Conservação	Ação prejudicial sobre a floresta dos desportos motorizados de todo-o-terreno Concorrência de uso do solo
Caça - Floresta	Compatibilização das atividades cinegéticas com os demais usos Danos provocados por espécies cinegéticas

2.5.2. Análise SWOT dos Cenários

A identificação dos Pontos Fortes e os Pontos Fracos da região PROF-ALT permite reconhecer as Ameaças e as Oportunidades que contribuirão para a melhor definição dos objetivos a estabelecer.

Quadro 11. Pontos fortes e fracos do Cenário A

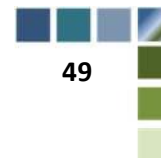
	AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
PONTOS FRACOS	<ul style="list-style-type: none"> • Setor com excessiva dependência de subsídição pública • Falta de informação rigorosa sobre os espaços florestais • Redução progressiva da área florestal • Envelhecimento populacional • Desertificação 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de mecanismos de valoração económica ambiental que remunerem os serviços dos ecossistemas e consequentemente salvaguardem a biodiversidade dos sistemas. • Valorização crescente da Floresta como sumidouro de carbono providenciadora de serviços ecossistémicos de regulação e mitigação de riscos e reserva de capital natural • Pressão de procura de produtos florestais provenientes de florestas sob gestão florestal sustentável • Crescente procura de produtos florestais no mercado internacional • Procura de fontes de energia renovável, nomeadamente através da biomassa • Reconhecimento crescente da importância dos serviços do ecossistema, como a paisagem e os espaços de lazer e recreio.



	AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
PONTOS FORTES	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado potencial turístico (paisagem, lazer, turismo, etc.). • Pragas e doenças • Competição ao nível dos mercados dos produtos florestais, concorrência de produtos alternativos. • Modificações no clima resultantes das alterações climáticas e seus impactes nos ecossistemas florestais. • Degradação dos ecossistemas florestais, em termos de biodiversidade e serviços de regulação, com o respetivo aumento de riscos bióticos e de perda de rendimentos associados 	<ul style="list-style-type: none"> • Área significativa de “Matos e Pastagens” – Existe uma área significativa (768.989 ha) de “Matos e Pastagens” que poderão ser, em parte, arborizados. • Localização privilegiada. Existência de importantes centros de saber e de decisão florestais.

Quadro 12. Pontos fortes e fracos do Cenário B

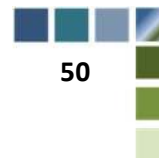
	AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
PONTOS FRACOS	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de informação rigorosa sobre os espaços florestais • Redução progressiva da área florestal • Envelhecimento populacional • Desertificação acentuada 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de mecanismos de valoração económica ambiental que remunerem os serviços dos ecossistemas e consequentemente salvaguardem a biodiversidade dos sistemas. • Valorização crescente da Floresta como sumidouro de carbono providenciadora de serviços ecossistémicos de regulação e mitigação de riscos e reserva de capital natural • Pressão de procura de produtos florestais provenientes de florestas sob gestão florestal sustentável • Crescente procura de produtos florestais no mercado internacional • Procura de fontes de energia renovável, nomeadamente através da biomassa • Reconhecimento crescente da importância dos serviços do ecossistema, como a paisagem e os espaços de lazer e recreio.
PONTOS FORTES	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado potencial turístico (paisagem, lazer, turismo, etc.). • Pragas e doenças • Competição ao nível dos mercados dos produtos florestais, concorrência de produtos alternativos. • Modificações acentuadas no clima resultantes das alterações climáticas e seus impactes nos ecossistemas florestais. • Degradação dos ecossistemas florestais, em termos de biodiversidade e serviços de regulação, com o respetivo aumento de riscos bióticos e de perda de rendimentos associados 	<ul style="list-style-type: none"> • Área significativa de “Matos e Pastagens” – Existe uma área significativa (768.989 ha) de “Matos e Pastagens” que poderão ser, em parte, arborizados. • Localização privilegiada. Existência de importantes centros de saber e de decisão florestais.

**Quadro 13. Pontos fortes e fracos do Cenário C**

	AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
PONTOS FRACOS	<ul style="list-style-type: none"> • Setor com excessiva dependência de subsídio pública • Falta de informação rigorosa sobre os espaços florestais • Redução progressiva da área florestal • Envelhecimento populacional • Desertificação muito acentuada 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de mecanismos de valoração económica ambiental que remunerem os serviços dos ecossistemas e consequentemente salvaguardem a biodiversidade dos sistemas. • Valorização crescente da Floresta como sumidouro de carbono providenciadora de serviços ecossistémicos de regulação e mitigação de riscos e reserva de capital natural • Pressão de procura de produtos florestais provenientes de florestas sob gestão florestal sustentável • Crescente procura de produtos florestais no mercado internacional • Procura de fontes de energia renovável, nomeadamente através da biomassa • Reconhecimento crescente da importância dos serviços do ecossistema, como a paisagem e os espaços de lazer e recreio.
PONTOS FORTES	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado potencial turístico (paisagem, lazer, turismo, etc.). • Pragas e doenças • Competição ao nível dos mercados dos produtos florestais, concorrência de produtos alternativos. • Modificações no clima resultantes das alterações climáticas e seus impactes nos ecossistemas florestais. • Degradação dos ecossistemas florestais, em termos de biodiversidade e serviços de regulação, com o respetivo aumento de riscos bióticos e de perda de rendimentos associados 	<ul style="list-style-type: none"> • Área significativa de “Matos e Pastagens” – Existe uma área significativa (768.989 ha) de “Matos e Pastagens” que poderão ser, em parte, arborizados. • Localização privilegiada. Existência de importantes centros de saber e de decisão florestais, bem como das principais indústrias florestais.

A análise dos resultados obtidos permite dizer que o futuro da floresta do território PROF-ALT é importante para o desenvolvimento económico, para a sustentabilidade ambiental e para a coesão social. Prevê-se que o futuro deste setor seja fortemente influenciado pelas alterações climáticas, quer pela responsabilidade de mitigação, quer pela necessidade de se adaptar aos padrões climáticos futuros, uma vez que os Pontos Fortes, Pontos Fracos, Ameaças e Oportunidades se mantêm em todos os cenários, com a variante de as “Ameaças” (Incêndios Florestais, Pragas e Doenças e Alterações Climáticas) serem mais intensas do cenário B em relação ao Cenário A e do Cenário C em relação ao Cenário B.

Na região PROF-ALT terá que ser dedicada uma maior atenção à mitigação dos efeitos das alterações climáticas, porquanto as mesmas significam secas periódicas mais prolongadas e frequentes, menor precipitação, temperaturas máximas mais elevadas, maiores ondas de calor e maior imprevisibilidade. Tornar-se-á necessário investir em medidas de adaptação que promovam a mitigação e o sequestro de carbono.



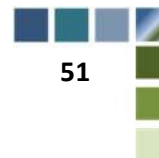
Sousa *et al.* (2011) citado em AIFF (2013) refere que noutros países em que o Nemátodo-da-Madeira-do-Pinheiro (NMP) foi detetado há mais tempo, exemplo do Japão ou da Coreia do Sul, e apesar dos elevados prejuízos provocados, as florestas nativas têm conseguido manter-se, reforçando que é possível coexistir com o agente. Em Portugal, fruto da experiência acumulada ao longo dos anos, tem-se verificado que, em locais severamente afetados (ex.: Península de Tróia), a aplicação conjunta de estratégias de luta cultural e de luta biotécnica têm diminuído drasticamente a mortalidade causada pelo NMP num intervalo de poucos anos e, simultaneamente, tem sido possível controlar os efeitos mais nefastos provocados por agentes secundários, nomeadamente os escolítideos, que em consequência do declínio do pinhal têm vindo a aumentar as suas populações provocando elevada mortalidade.

2.6. Medidas

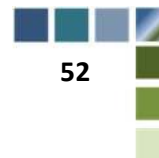
No Quadro 14 apresentam-se as medidas propostas por objetivos transversais para a região e que são comuns a todas as SRH.

Quadro 14. Medidas relativas à prossecução dos objetivos transversais

OBJETIVOS TRANSVERSAIS	MEDIDAS
Aumentar a resiliência dos espaços florestais aos incêndios (DFCI)	<i>Promover a implementação e manutenção da rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI)</i>
Aumentar a resiliência dos espaços florestais relativa a riscos bióticos	<i>Promover o controlo de espécies invasoras</i>
	<i>Fomentar a diversidade da composição dos povoamentos florestais</i>
	<i>Promover a implementação de ações de monitorização e controlo de pragas florestais</i>
Assegurar o papel dos espaços florestais na disponibilização de serviços do ecossistema	<i>Fomentar a gestão ativa dos espaços florestais que constituem habitat de espécies protegidas</i>
	<i>Apoiar financeiramente ações de gestão sustentável nos espaços florestais localizados nas cabeceiras das bacias hidrográficas</i>
	<i>Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas.</i>
	<i>Promover a criação de um sistema de compensação financeira para os espaços florestais dotados de PGF que proporcionem serviços de ecossistemas não remunerados pelo mercado.</i>
Promover a conservação do solo e da água em áreas suscetíveis a processos de desertificação	<i>Condicionar ações que potenciem a erosão dos solos</i>
	<i>Promover boas práticas silvícolas e silvopastoris que visem os valores fundamentais do solo e da água</i>
	<i>Promover a reabilitação de áreas aridas</i>



OBJETIVOS TRANSVERSAIS	MEDIDAS
Controlar e mitigar os processos associados à desertificação	<i>Apoiar preferencialmente formas de utilização dos espaços florestais que promovam a conservação do solo e da água.</i>
	<i>Apoiar a recuperação das áreas degradadas através de ações de arborização e beneficiação do coberto vegetal</i>
Promover a conservação do regime hídrico	<i>Discriminar positivamente o apoio financeiro para ações de restauro e consolidação de galerias ripícolas</i>
	<i>Promover a conservação e a recuperação das galerias ripícolas</i>
Promover a melhoria da gestão florestal	<i>Promover a área florestal com planos de gestão florestal elaborados e implementados</i>
	<i>Promover a constituição de zonas florestais de dimensão suficiente que permitam uma gestão florestal eficiente</i>
	<i>Fomentar o aumento de áreas florestais com gestão florestal sustentável certificada</i>
	<i>Promover a resiliência dos povoamentos florestais</i>
	<i>Promover a diminuição de áreas florestais sem gestão silvícola mínima</i>
Reconverter povoamentos mal adaptados e/ou com produtividade abaixo do potencial	<i>Fomentar a reconversão de povoamentos instalados em condições ecológicas desajustadas</i>
	<i>Proceder a operações de rejuvenescimento e melhoria do montado de sobro e azinho</i>
Revitalizar a atividade apícola	<i>Implementar programas de erradicação da Vespa Asiática</i>
	<i>Promover o associativismo específico para a atividade apícola</i>
	<i>Divulgar informação técnico-científica atualizada relativa à atividade apícola</i>
Potenciar o valor acrescentado para os bens e serviços da floresta	<i>Fomentar o emparcelamento funcional e o aproveitamento da multifuncionalidade dos espaços florestais</i>
	<i>Promover a gestão dos terrenos silvopastoris e os outros usos do solo, compatibilizando-os com a salvaguarda do uso florestal</i>
Aperfeiçoar a transferência do conhecimento técnico e científico mais relevante para as entidades gestoras de espaços florestais	<i>Divulgar normas e modelos de silvicultura</i>
	<i>Divulgar os modelos de gestão das Matas Modelo</i>
	<i>Intercâmbio de informação e troca de conhecimento</i>
Promover a conservação e valorização dos valores naturais e paisagísticos	<i>Fomentar a compatibilização entre a floresta e as atividades de recreio e lazer</i>
	<i>Reforçar a implementação do controlo da deposição de resíduos em áreas florestais</i>



OBJETIVOS TRANSVERSAIS	MEDIDAS
Promover a Certificação da Gestão Florestal Sustentável	<i>Fomentar o aumento de áreas florestais com gestão florestal sustentável certificada</i>
	<i>Promover a valorização dos produtos certificados para gestão florestal sustentável</i>
Promover a melhoria contínua do conhecimento e das práticas	<i>Promover o aumento do nível de qualificação técnica dos agentes da fileira florestal</i>
	<i>Promover a credenciação e responsabilização de técnicos habilitados para elaboração e execução de projetos florestais</i>
Monitorizar o desenvolvimento dos espaços florestais	<i>Promover a avaliação dos resultados do Inventário Florestal Nacional</i>
	<i>Garantir a elaboração de relatórios bienais da monitorização do PROF-ALT</i>
Aumentar a qualificação técnica dos prestadores de serviços silvícolas e de exploração florestal	<i>Desenvolver um programa de formação dirigido aos vários agentes do setor produtivo e às necessidades de formação mais prementes</i>

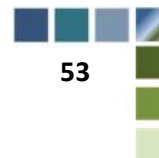
2.7. Ações

Os Quadro 15 a

Quadro 26 contém a síntese dos objetivos específicos das SRH referidos no Quadro 6, bem como as ações necessárias para que os mesmos sejam alcançados. Uma vez que há objetivos que dizem respeito a mais do que uma SRH, agruparam-se as ações por objetivos específicos das SRH.

Quadro 15. Objetivos e ações relativos à atividade cinegética

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DAS SRH	AÇÕES
Assegurar a gestão sustentável das áreas cinegéticas	Promover modelos de gestão cinegética sustentável que sejam compatíveis com outras funções dos espaços florestais
	Promover modelos de gestão cinegética que visem a obtenção de resultados económicos para as explorações
Aumentar o contributo da atividade cinegética para o rendimento global das explorações	Divulgar informação técnico-científica atualizada relativa à gestão de espécies cinegéticas
	Proceder ao ordenamento dos terrenos com potencial cinegético
	Divulgar as boas práticas da gestão cinegética sustentável

**Quadro 16. Objetivos e ações relativos à pesca nas águas interiores**

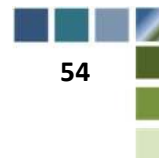
OBJETIVOS ESPECÍFICOS DAS SRH	AÇÕES
Aumentar a atividade associada à pesca nas águas interiores	Promover a gestão e melhoria das condições para desenvolvimento da fauna piscícola
	Proceder à avaliação do potencial das águas interiores, naturais e artificiais
	Promover o desenvolvimento da prática da pesca desportiva
	Proceder ao ordenamento dos recursos piscícolas das águas interiores
	Incentivar a implementação de infraestruturas de apoio
	Divulgar informação técnico-científica atualizada relativa à preservação dos recursos piscícolas

Quadro 17. Objetivos e ações relativos à Conservação

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DAS SRH	AÇÕES
Conservação da biodiversidade e riqueza paisagística	Promover a gestão dos valores ambientais e cénicos dos habitats
	Promover a requalificação dos espaços florestais classificados
Melhorar o estado de conservação dos habitats florestais classificados	Promover a gestão e o ordenamento das matas de folhosas autóctones
Ordenamento dos espaços florestais de Conservação de modo a assegurar a perpetuidade dos valores em presença	Promover a visitação regulada de áreas florestas de conservação e seu enquadramento económico

Quadro 18. Objetivos e ações relativos ao controlo da erosão e à preservação dos valores do solo e da água

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DAS SRH	AÇÕES
Diminuir a erosão dos solos	Promover a gestão do coberto com vista a assegurar a qualidade da água
	Divulgar informação relativa às boas práticas de proteção do solo contra a erosão
	Divulgar informação relativa às boas práticas de proteção contra cheias e melhoria das condições de drenagem dos solos
Preservar os valores fundamentais do solo e da água	Contribuir para a promoção da fertilidade dos solos e para a regularização dos recursos hidrológicos
Reabilitar áreas áridas	Proceder ao levantamento e monitorização das áreas mais suscetíveis de ocorrência de fenómenos erosivos e torrenciais
	Promover a reabilitação de terrenos degradados, contribuindo para a diminuição dos efeitos da desertificação

**Quadro 19. Objetivos e ações relativos à diversificação da composição das áreas florestais**

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DAS SRH	AÇÕES
Diversificação da composição das áreas florestais contribuindo para a compartimentação	Promover a diversificação economicamente viável das espécies, no âmbito dos projetos de arborização
	Promover o emparcelamento funcional e a multifuncionalidade dos espaços florestais
	Promover a constituição de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF)

Quadro 20. Objetivos e ações relativos à silvopastorícia

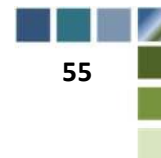
OBJETIVOS ESPECÍFICOS DAS SRH	AÇÕES
Melhorar a estrutura produtiva dos espaços florestais existentes nas suas funções produtiva e silvopastoril Melhorar a gestão dos terrenos silvopastoris, harmonizando-a com os outros usos do solo	Divulgar informação técnico-científica atualizada relativa à gestão e melhoramento de pastagens
	Apoiar o estabelecimento de pastagens experimentais
	Promover o aproveitamento do potencial silvopastoril dos espaços florestais
	Promover o contributo da silvopastorícia para a diversificação do rendimento dos espaços florestais

Quadro 21. Objetivos e ações relativos ao aproveitamento de biomassa para energia

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DAS SRH	AÇÕES
Promover o aproveitamento de biomassa para energia	Discriminar positivamente o aproveitamento de biomassa para energia
	Promover modelos de gestão florestal vocacionados para integrar a produção de biomassa para energia

Quadro 22. Objetivos e ações relativos à produção silvícola

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DAS SRH	AÇÕES
Aumentar a produtividade por unidade de área Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação.	Promover o aumento de densidade dos povoamentos sublotados
	Promover a arborização com material genético de melhor qualidade e adaptação à estação
	Promover a aplicação das melhores técnicas silvícolas disponíveis
	Promover a constituição de ZIF
	Promover o aumento da área certificada



	Divulgar informação técnico-científica atualizada relativa à produção silvícola
--	---

Quadro 23. Objetivos e ações relativos à recuperação das galerias ripícolas

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DAS SRH	AÇÕES
Recuperação das galerias ripícolas	Discriminar positivamente o apoio financeiro para ações de restauro e consolidação de galerias ripícolas
	Promover a conservação e a recuperação das galerias ripícolas

Quadro 24. Objetivos e ações relativos à recuperação do montado de sobro e azinho

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DAS SRH	AÇÕES
Recuperação do montado de sobro e azinho e promoção da regeneração natural	Proceder ao levantamento periódico e regular do estado de vitalidade do montado
	Promover a melhoria da gestão das áreas de montado
	Promover o aumento de densidade do montado de sobro e azinho
	Promover a expansão das áreas de montado de sobro e azinho

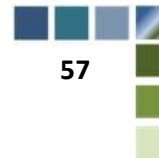
Quadro 25. Objetivos e ações relativos à promoção do enquadramento adequado de monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infraestruturas

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DAS SRH	AÇÕES
Promoção do enquadramento adequado de monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infraestruturas	Adequar a gestão dos espaços florestais às necessidades de conservação dos habitats, de fauna e da flora classificados;
	Adequar os espaços florestais à crescente procura de atividades de recreio e de espaços com interesse paisagístico
	Definir as zonas com bom potencial para o desenvolvimento de atividades de recreio e com interesse paisagístico e elaborar planos de adequação destes espaços ao uso para recreio nas zonas identificadas
	Dotar as zonas prioritárias para recreio e com interesse paisagístico com infraestruturas de apoio

Quadro 26. Objetivos e ações relativos à promoção do aproveitamento de produtos não lenhosos

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DAS SRH	AÇÕES
	Inventariar os locais com interesse para a produção de produtos não-lenhosos

Promoção do aproveitamento de produtos não lenhosos	Adequar os modelos de silvicultura multifuncionais de utilização dos espaços florestais que integrem a produção de produtos não lenhosos, otimizando a rentabilidade florestal
	Regular a produção, colheita e a comercialização dos produtos florestais não-lenhosos



2.8. Fomento da gestão florestal – Planos de Gestão Florestal

Considerando a necessidade de gerir os espaços florestais de forma sustentável assume-se de especial relevância o facto de se contrariar situações de abandono. A definição da área das explorações florestais e agroflorestais acima da qual é obrigatória a elaboração de Plano de Gestão Florestal (PGF), assim como a indicação de outras circunstâncias em que a elaboração do PGF seja obrigatória é apresentada neste ponto.

Tal como referido no Capítulo B do Documento Estratégico do PROF-ALT (ponto 3.5.1 “Espaços florestais sujeitos a planos de gestão florestal”), os PGF são instrumentos de ordenamento florestal destinados a explorações agrícolas ou florestais, nos quais são planeadas, no tempo e no espaço, as intervenções de natureza cultural e/ou de exploração. Encontram-se regulamentados pelo DL n.º 16/2009, de 14 de janeiro, com as alterações conferidas pelos DL n.º 114/2010, de 22 de outubro, DL n.º 27/2014 de 18 de fevereiro e DL n.º 65/2017, de 12 de junho. O conteúdo deste instrumento de planeamento está definido nas “Normas Técnicas de Elaboração dos PGF”, homologadas pelo Despacho n.º 15183/2009 de 6 de julho.

Os objetivos de gestão dos proprietários ficam expressos nesses planos, no respeito pelas normas orientadoras dos PROF e tendo presentes os modelos de silvicultura mais adequados para as funções que os espaços florestais desempenham em cada local (ENF, 2015).

A determinação de uma área mínima das explorações florestais acima da qual existe uma obrigatoriedade de realização de PGF encontra-se regulamentada na Lei de Bases da Política Florestal (Artigo 6.º ponto 2), que atribui ao PROF a função de fixar este valor.

Conforme foi referido anteriormente no ponto 3.2 - “Regime de propriedade, estrutura fundiária e cadastro” do Capítulo B, a área abrangida pelo PROF-ALT corresponde à região do País onde a propriedade apresenta em média maiores dimensões. Em 2009, cerca de 73% da área de matas e florestas da região PROF-ALT encontrava-se inserida em explorações com área superior a 50 ha (INE, 2011). Por outro lado, esta região, onde predomina a propriedade privada de grande dimensão e os povoamentos de sobreiro e de azinheira, caracteriza-se, de acordo com um estudo efetuado por Baptista e Santos (2005), pela presença de investimento na floresta, por proprietários que acompanham a mata e pelo rendimento proveniente da propriedade ter expressão na economia do proprietário. Este estudo evidência desta forma o tipo de gestor (ativo) que caracteriza esta região.

Neste contexto, a decisão relativa à dimensão das explorações florestais e agroflorestais privadas sujeitas à obrigatoriedade de elaboração de um PGF foi tomada tendo por base a dimensão média das propriedades por concelho e por SRH no Recenseamento Agrícola de 2009 (ver Anexo II).

As áreas mínimas decorrem da definição de exploração florestal e agro-florestal estabelecida na alínea c) do artigo 2.º da regulamentação acima referida, como o prédio ou conjunto de prédios ocupados, total ou parcialmente, por espaços florestais, pertencentes a um ou mais proprietários e que estão submetidos a uma gestão única. Assim, os prédios que não contenham total ou parcialmente espaços florestais não são considerados para efeito da determinação da dimensão dessa área mínima.

De acordo com o referido, a obrigatoriedade de elaboração de um PGF ocorre em 4 situações:

- Explorações florestais e agroflorestais públicas e comunitárias;
- Explorações florestais e agroflorestais objeto de candidatura a fundos nacionais ou comunitários quando exigido pelo próprio programa/ação;
- Zonas de Intervenção Florestal;
- Explorações florestais e agroflorestais privadas de dimensão igual ou superior a 100 ha para todos os concelhos da região.

2.9. Rede de matas modelo

No âmbito dos PROF em vigor foi criada uma rede de Florestas Modelo (Matas Modelo), constituídas por Matas Nacionais, Perímetros Florestais e áreas florestais privadas, representativas de uma gestão florestal sustentável.

Assim, para além das Matas Modelo identificadas nos PROF de 1ª geração, considerou-se a inclusão de novas áreas na constituição da rede de Matas Modelo da região PROF-ALT, quer pela sua relevância em termos de gestão florestal, como pela sua importância em termos de impactos na gestão da biodiversidade e dos valores ambientais e culturais.

As Matas Modelo consideradas na região PROF-ALT são apresentadas no Quadro 27 e na Figura 18.

Quadro 27. Matas Modelo na região PROF-ALT.

REGIÃO NUT III	MATA MODELO	CONCELHO	ÁREA (ha)
Alto Alentejo	Perímetro Florestal da Serra de S. Mamede	Portalegre	367,11
Alentejo Central	Mata Nacional do Cabeção	Mora	290,45
	Herdade da Mitra	Évora	286,34
Alentejo Litoral	Herdade do Monte Novo	Alcácer do Sal	2.145,15
	Mata Nacional de Valverde*	Alcácer do Sal	941,87
Baixo Alentejo	Perímetro Florestal da Contenda	Moura	5.261,12
	Herdade da Coitadinha*	Barrancos	994,5
TOTAL			10.286,54

* Mata Modelo incluída na revisão do PROF-ALT.

As áreas identificadas como Matas Modelo representam 0,9% da área de floresta da região PROF-ALT.

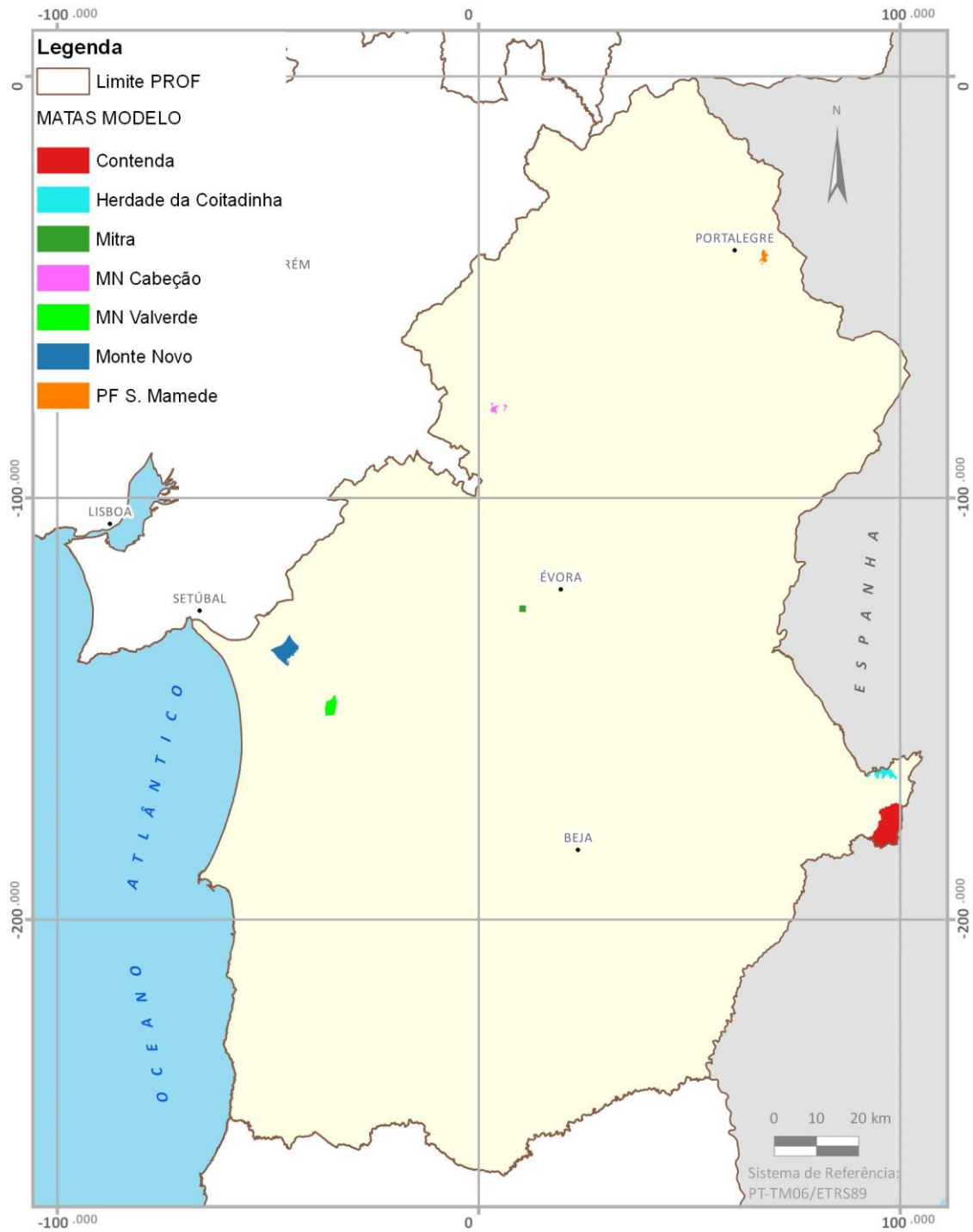
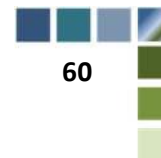


Figura 18. Matas Modelo na região PROF-ALT

Fonte: DGT, 2015 e ICNF, 2016.



3. ESPÉCIES A PRIVILEGIAR

De acordo com o Artigo 15.º da Portaria n.º 364/2013 de 20 de dezembro, “o PROF integra as orientações e normas de gestão dos espaços florestais essenciais para alcançar os respetivos objetivos” e do seu conteúdo deverá constar “o elenco de espécies e sistemas a privilegiar na expansão e reconversão de povoamentos florestais”.

Consequentemente, com vista à obtenção de um ordenamento florestal que vise o equilíbrio económico, ambiental, e social dos espaços florestais, e permita prosseguir os objetivos da Estratégia Nacional para as Florestas, os PROF definem as espécies florestais a privilegiar. A sua identificação visa ainda orientar a escolha das espécies que mais se adequam ao território quando se pretenda instalar, expandir ou reconverter povoamentos florestais.

Para a identificação das espécies a privilegiar, foi considerada a aptidão das sub-regiões homogéneas para as várias espécies (propostas e analisadas no Capítulo B), as funções a privilegiar nas sub-regiões homogéneas e a necessidade de diversificação da composição da floresta.

A metodologia definida para todos os Programas Regionais de Ordenamento Florestal, neste processo de revisão, teve por base critérios técnico-científicos de identificação das espécies e outras orientações complementares.

1. Espécies a privilegiar em cada Sub-Região Homogénea (SRH)

- GRUPO I
Espécies com aptidão Boa e Regular numa área $\geq 50\%$ da área da SRH e espécies que tecnicamente se considerem dever ser especialmente fomentadas na SRH, nomeadamente por critérios ambientais.
- GRUPO II
Das espécies que não fazem parte do Grupo I são selecionadas aquelas cuja aptidão é Boa e Regular numa área $> 0\%$ da área da SRH.

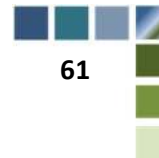
A aplicação da metodologia supra foi complementada com a avaliação das espécies preconizadas nos PROF de 1ª geração, com vista a avaliar se as alterações se justificam tecnicamente e reintroduzir ou eliminar aquelas que se considerarem adequadas.

Atendendo à grande diversidade de estações ecológicas específicas existentes nas SRH, a aplicação destes critérios contempla a utilização de outras espécies não identificadas, com base em análises casuísticas desde que devidamente fundamentadas em termos técnicos e em cumprimento do restante normativo legal aplicável, mediante autorização da autoridade florestal nacional.

Eventuais reconversões¹ de áreas da SRH ocupadas com espécies do Grupo I só podem ser feitas com espécies do mesmo Grupo e desde que o regime legal geral o admita. Esta restrição não se aplica ao azevinho, azinheira e sobreiro².

¹ Rearborização de uma área de povoamento com uma espécie diferente daquela que o constitui.

² Espécies protegidas por regimes legais específicos, que determinam a proteção e fomento das mesmas.



2. Funções gerais dos espaços florestais (FGEF) em cada Sub-Região Homogénea (SRH)

A determinação das funções prioritárias dos espaços florestais para cada SRH, resultou da identificação das 3 principais FGEF para cada SRH, conforme descrito no Capítulo C. As FGEF prioritárias foram usadas na contextualização das espécies à SRH, permitindo uma melhor adequação destas às funções com maior potencial e enquadramento nos objetivos estratégicos subjacentes.

A definição das espécies a privilegiar, não é influenciada diretamente pela análise de tendências das alterações climáticas, apesar das mesmas serem intrinsecamente consideradas nas variáveis climáticas usadas na elaboração dos índices que permitiram a determinação da aptidão das espécies. Em processos futuros de revisão do PROF deverá ser feita a aferição das espécies, em função da expressão efetiva das tendências que se vierem a verificar.

Considerou-se que a proximidade às indústrias do setor florestal, atendendo à dimensão das SRH e à mobilidade dos fluxos de matéria-prima que caracteriza a prática do setor e a própria dinâmica das empresas, sem prejuízo de algumas pequenas unidades fabris poderem ter uma atuação localizada, não era suscetível de afetar as espécies e funções a privilegiar, ao nível do presente programa de ordenamento, uma vez que a oferta de matéria-prima que provirá dos povoamentos instalados na vigência do programa só se virá a refletir no mercado a médio-longo prazo.

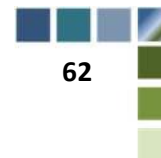
3.1. Identificação de sistemas e espécies a privilegiar em cada SRH

A identificação do conjunto de espécies a privilegiar por SRH nas ações de expansão, reconversão ou reflorestação com base na sua aptidão produtiva, foi realizada para as espécies, de acordo com os critérios referidos no ponto anterior.

Os resultados obtidos para as 5 principais espécies e por SRH são apresentados da Figura 19 à Figura 39. Nas situações em que a Aptidão das 5 principais espécies não é “Boa” (ou devido aos objetivos preconizados para a SRH e suas funções principais), são também apresentadas as aptidões obtidas para as restantes espécies.

Contudo, é muito importante proceder à avaliação das espécies que melhor se adaptam do ponto de vista ecológico a cada região e escolher, entre estas, aquelas que, dadas as condições de mercado presentes e previsíveis, garantam a maior rendibilidade económica. No entanto, por precaução e dado que os estudos de que se dispõe relativamente ao género *Cupressus* (espécies não indígenas introduzidas, consideradas como espécies indígenas) não nos permitem com segurança considerar este género no Grupo I, quando a sua aptidão tal determinar nos termos do preconizado pela metodologia seguida neste PROF, serão consideradas apenas no Grupo II. Importa esclarecer que não há espécies prioritárias mas sim espécies a privilegiar. Esclarecer que quando se trate de reconversões em povoamentos mistos, a espécie dominante deverá ser do Grupo I.

Refira-se, também, que o ICNF tem definidos, no âmbito do Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de dezembro, os conjuntos de espécies arbóreas considerados indígenas (Quadro III-1 e Quadro III-2 do Anexo III) e as espécies



não indígenas introduzidas que podem ser consideradas como espécies indígenas (Quadro III-3 e Quadro III-4 do Anexo III).

Deste modo, para que o PROF-ALT não se torne redutor em termos de biodiversidade, pretende-se deixar expressa a possibilidade de recurso a outras espécies arbóreas de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de dezembro, que regula a introdução na natureza de espécies não indígenas da flora e fauna.

De igual forma, considera-se que o recurso a vegetação ripícola não poderá, nem deverá ser restrito a um pequeno subconjunto de espécies cuja aptidão tenha sido estudada, pelo que se propõe o uso genérico das “espécies ripícolas” que constam no Anexo IV.

O conjunto de espécies a privilegiar resulta da metodologia adotada. Existe a possibilidade de arborização com outras espécies desde que autorizada. Sem prejuízo do disposto nos Quadros relativos aos Grupos I e II de espécies a privilegiar que constam nos pontos seguintes e de espécies florestais constantes em legislação específica, podem ainda ser privilegiadas outras espécies de árvores florestais quando as características edafoclimáticas locais assim o justificarem.

Apesar de se reconhecer a necessidade da existência de critérios para a seleção das espécies a privilegiar em cada SRH no Grupo I ("Espécies com aptidão Boa e Regular numa área \geq 50% da área da SRH e espécies que tecnicamente se considerem dever ser especialmente fomentadas na SRH, nomeadamente por critérios ambientais") considera-se também que o resultado da sua aplicação deve ser ponderada relativamente à ocupação florestal atual, sob pena de prejudicar as opções de gestão.

3.2. Espécies a privilegiar na SRH Almodôvar e Serra do Algarve

Na SRH Almodôvar e Serra do Algarve as espécies para as quais a aptidão “Boa” é maior são o sobreiro (*Quercus suber*) com 94% e o Pinheiro-manso (*Pinus pinea*) com 93%, entre as 5 espécies principais. As outras espécies para a qual a aptidão “Boa” é maior são o medronheiro (87%), o cipreste-comum (85%) e a alfarrobeira (56%).

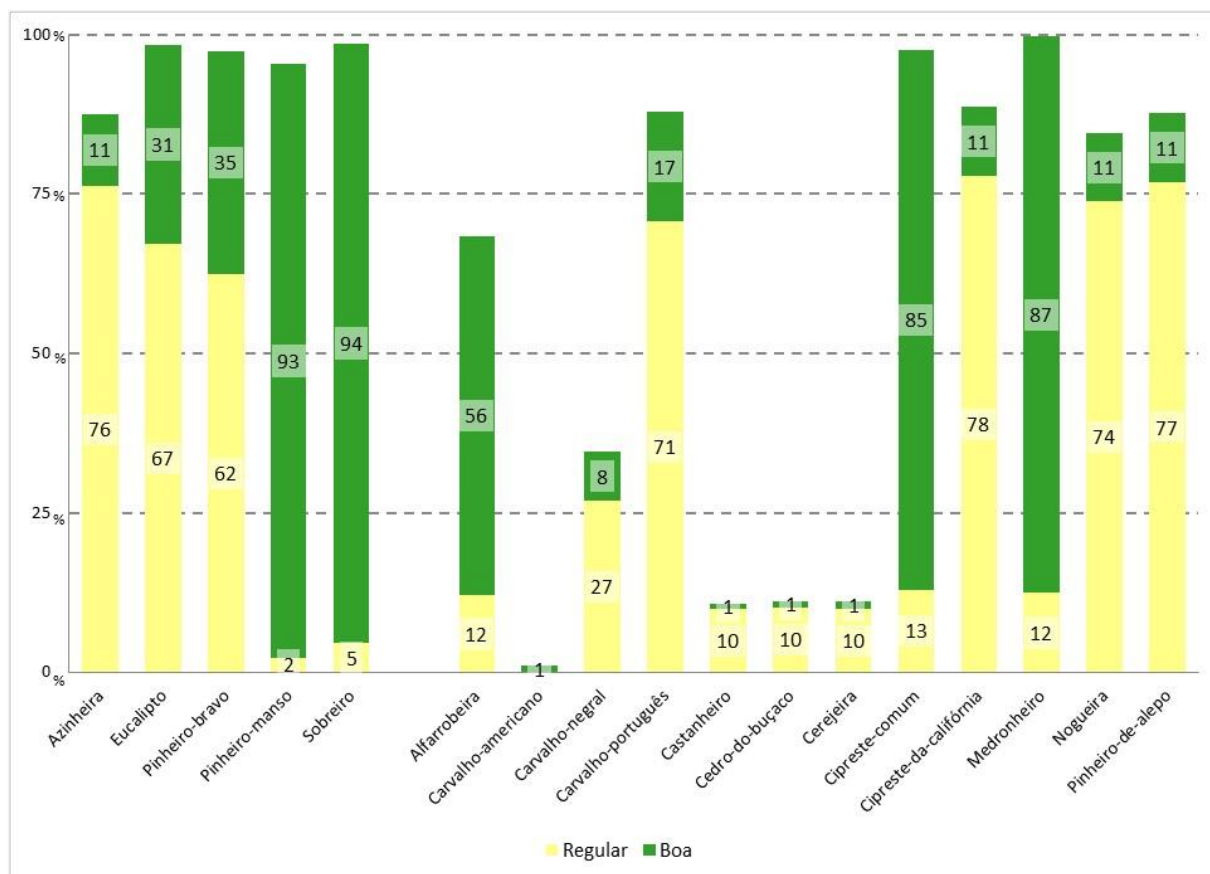


Figura 19. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Almodôvar e Serra do Algarve

O Quadro 28 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar na SRH Almodôvar e Serra do Algarve para os Grupos I e II.

Quadro 28. Espécies a privilegiar na SRH Almodôvar e Serra do Algarve

GRUPO I	GRUPO II
alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)	carvalho-americano (<i>Quercus rubra</i>)
azinhreira (<i>Quercus rotundifolia</i>)	carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)
carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)	castanheiro (<i>Castanea sativa</i>)
eucalipto (<i>Eucalyptus</i> spp.)	cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	cerejeira (<i>Prunus avium</i>)
nogueira (<i>Juglans</i> , ssp.)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)	cipreste-da-califórnia (<i>Cupressus macrocarpa</i>)
pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)	
pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)	
sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	
ripícolas*	

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.3. Espécies a privilegiar na SRH Alqueva e envolventes

Na SRH Alqueva e envolventes a espécie para a qual a aptidão “Boa” é maior corresponde à azinheira (*Quercus rotundifolia*) com 84%, entre as 5 espécies principais. As outras espécies para a qual a aptidão “Boa” é maior são o Pinheiro-de-alepo (64%), o cipreste-comum (52%) e o cipreste-da-califórnia (52%).

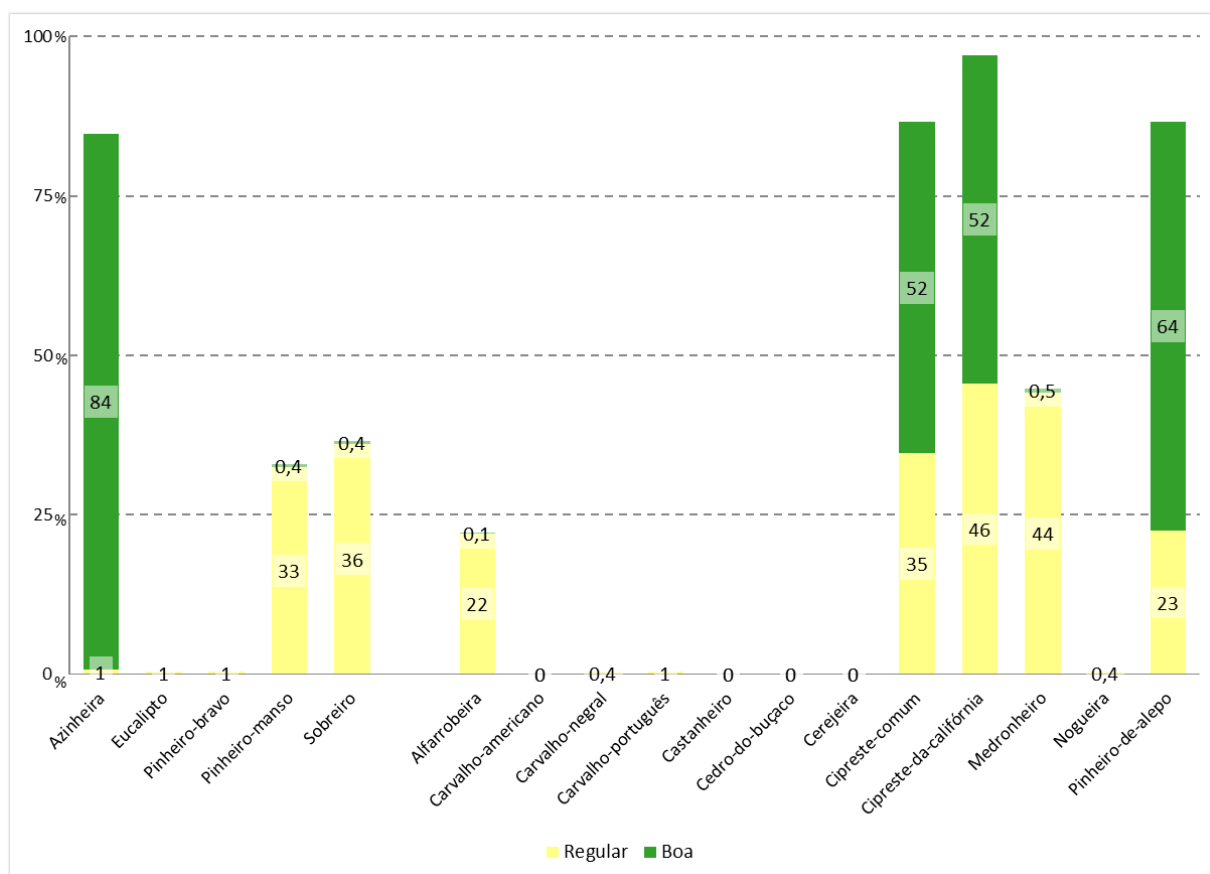


Figura 20. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Alqueva e envolventes

O Quadro 29 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar na SRH Alqueva e envolventes para os Grupos I e II.

Quadro 29. Espécies a privilegiar na SRH Alqueva e envolventes

GRUPO I	GRUPO II
azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)	alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)
pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)	carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)
ripícolas*	carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)
	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
	cipreste-da-califórnia (<i>Cupressus macrocarpa</i>)
	eucalipto (<i>Eucalyptus</i> spp.)

GRUPO I	GRUPO II
	medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)
	nogueira (<i>Juglans, ssp.</i>)
	pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)
	pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)
	sobreiro (<i>Quercus suber</i>)

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.4. Espécies a privilegiar na SRH Campo Branco

Na SRH Campo Branco a espécie para a qual a aptidão “Boa” é maior corresponde à azinheira (*Quercus rotundifolia*) com 88%, entre as 5 espécies principais. As outras espécies para a qual a aptidão “Boa” é maior são o Pinheiro-de-alepo, o cipreste-comum e o cipreste-da-califórnia com 54%.

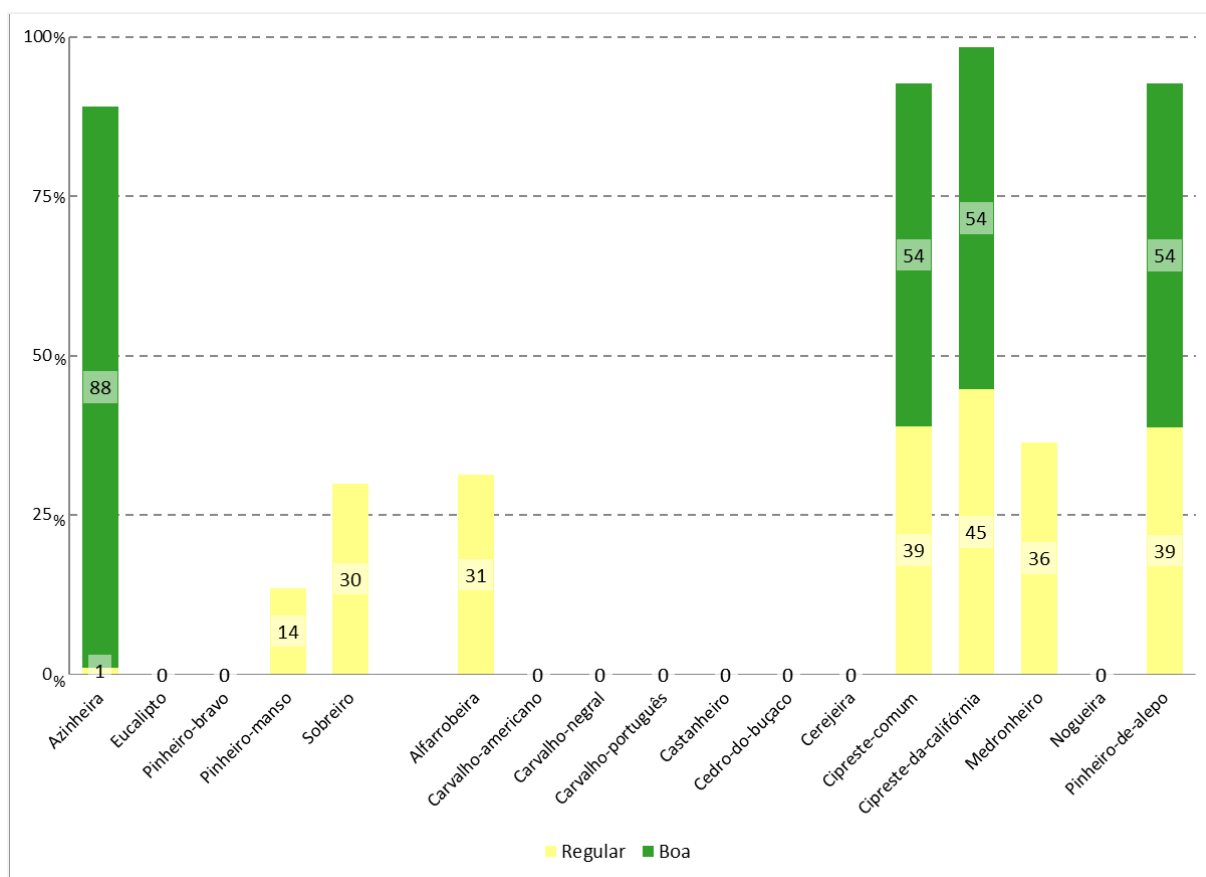


Figura 21. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Campo Branco

O Quadro 30 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar na SRH Alqueva e envolventes para os Grupos I e II.

Quadro 30. Espécies a privilegiar na SRH Campo Branco

GRUPO I	GRUPO II
azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)	alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)
pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
ripícolas*	cipreste-da-califórnia (<i>Cupressus macrocarpa</i>)
	medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)
	pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)
	sobreiro (<i>Quercus suber</i>)

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.5. Espécies a privilegiar na SRH Campos de Beja

Na SRH Campos de Beja a espécie para a qual a aptidão “Boa” é maior corresponde à azinheira (*Quercus rotundifolia*) com 64%.

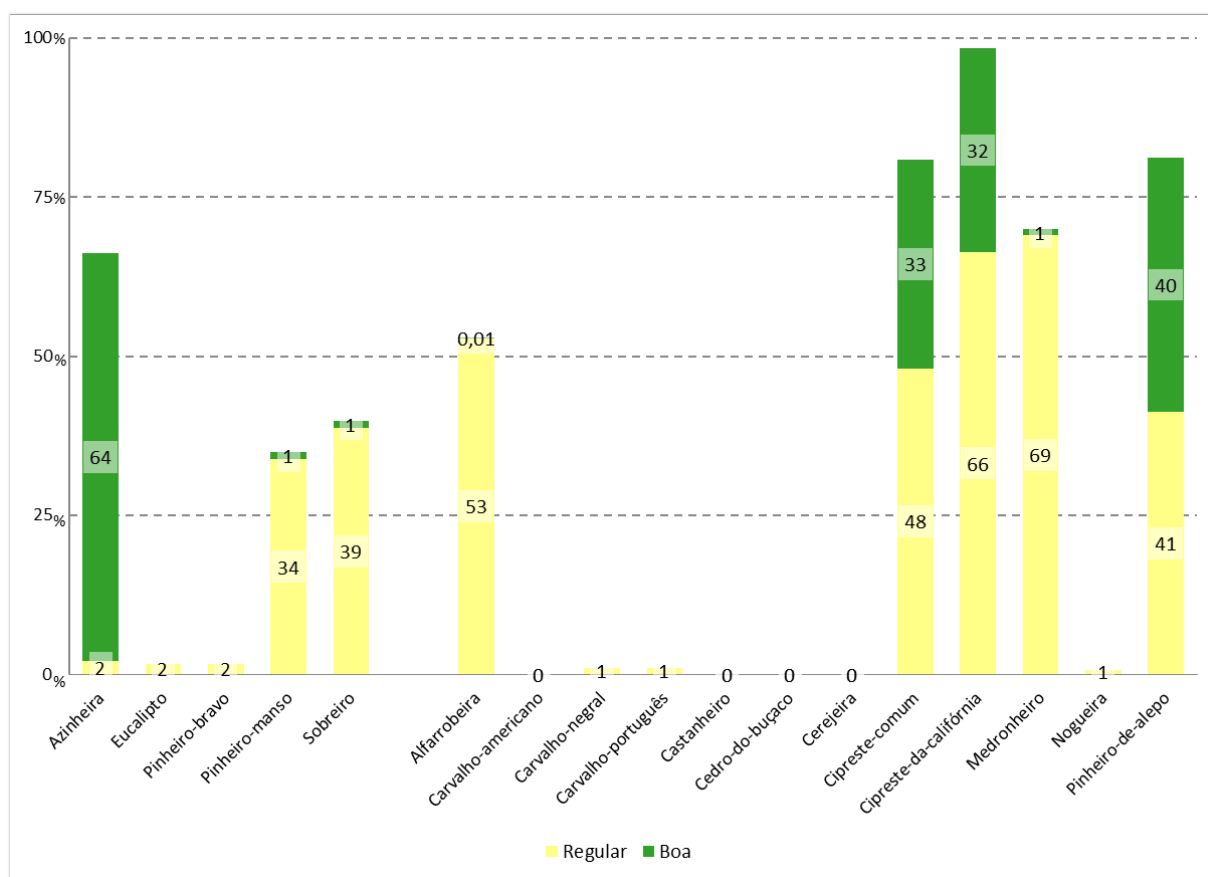


Figura 22. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Campos de Beja

O Quadro 31 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar na SRH Campos de Beja para os Grupos I e II.

Quadro 31. Espécies a privilegiar na SRH Campos de Beja

GRUPO I	GRUPO II
alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)	carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)
azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)	carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)	cipreste-da-califórnia (<i>Cupressus macrocarpa</i>)
ripícolas*	eucalipto (<i>Eucalyptus</i> spp.)
	nogueira (<i>Juglans</i> , ssp.)
	pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)
	pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)
	sobreiro (<i>Quercus suber</i>)

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.6. Espécies a privilegiar na SRH Campos de Évora e Reguengos

Na SRH Campos de Évora e Reguengos a espécie para a qual a aptidão “Boa” é maior corresponde à azinheira (*Quercus rotundifolia*) com 74%.

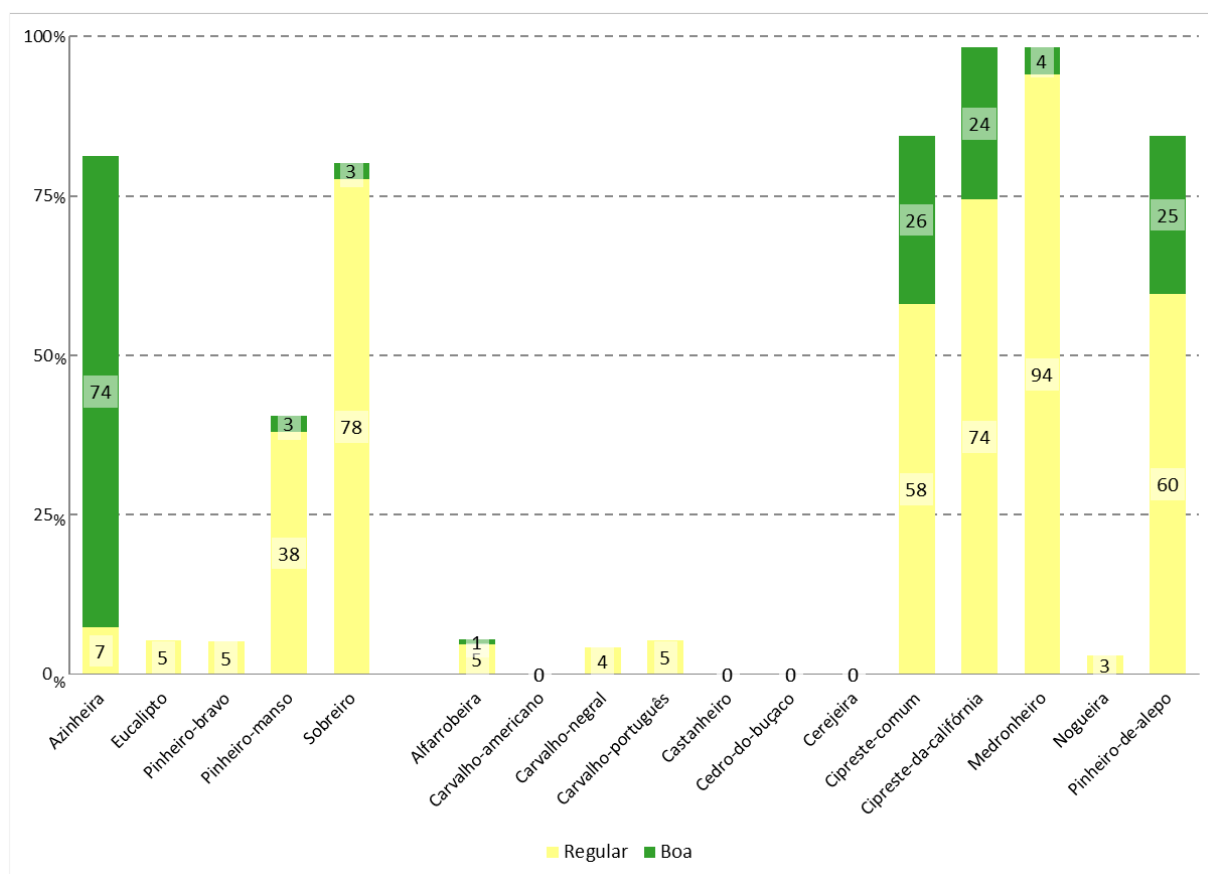


Figura 23. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Campos de Évora e Reguengos

O Quadro 32 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar na SRH Campos de Évora e Reguengos para os Grupos I e II.

Quadro 32. Espécies a privilegiar na SRH Campos de Évora e Reguengos

GRUPO I	GRUPO II
azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)	alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)
pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)	carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)
sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
ripícolas*	cipreste-da-califórnia (<i>Cupressus macrocarpa</i>)
	eucalipto (<i>Eucalyptus</i> spp.)
	nogueira (<i>Juglans</i> , ssp.)
	pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)
	pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.7. Espécies a privilegiar na SRH Charneca do Alto Alentejo

Na SRH Charneca do Alto Alentejo as espécies para as quais a aptidão “Boa” é maior são o pinheiro-manso (*Pinus pinea*) (55%) e o sobreiro (*Quercus suber*) (54%), entre as 5 espécies principais.

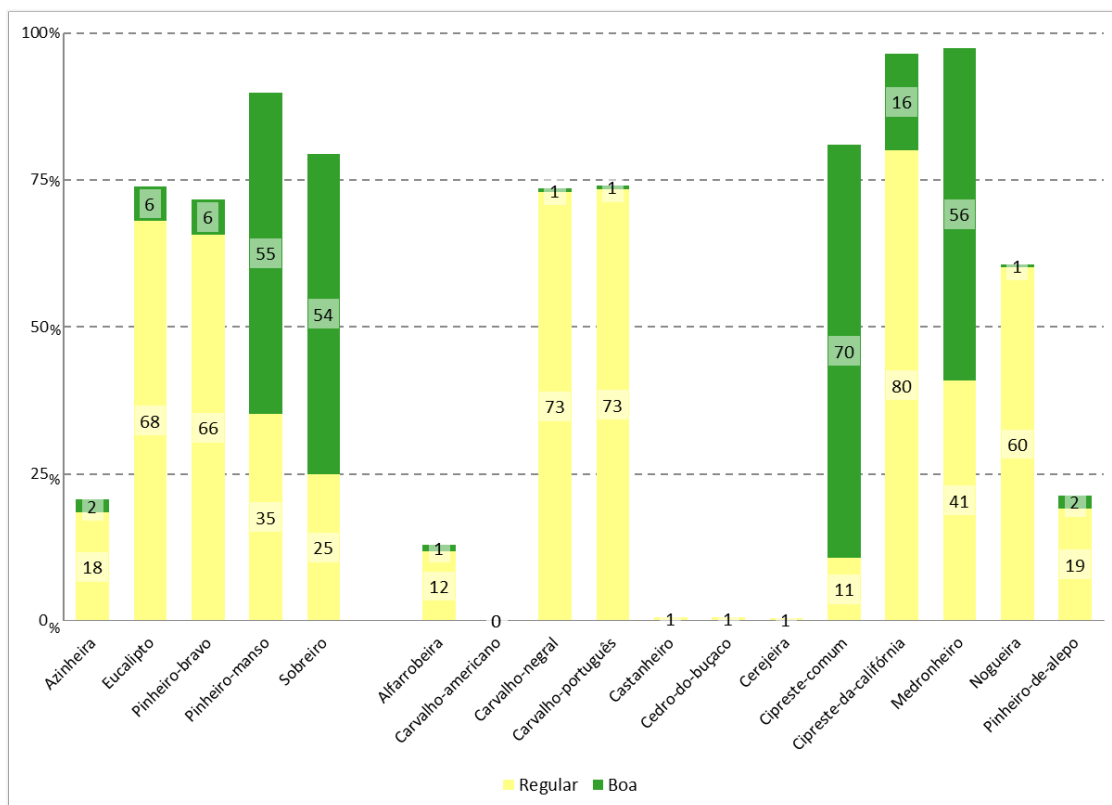
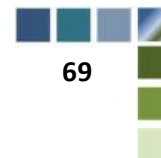


Figura 24. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Charneca do Alto Alentejo



O Quadro 33 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar na SRH Charneca do Alto Alentejo para os Grupos I e II.

Quadro 33. Espécies a privilegiar na SRH Charneca do Alto Alentejo

GRUPO I	GRUPO II
carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)	alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)
carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)	azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)
eucalipto (<i>Eucalyptus</i> spp.)	castanheiro (<i>Castanea sativa</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>)
nogueira (<i>Juglans</i> , ssp.)	cerejeira (<i>Prunus avium</i>)
pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)	cipreste-da-califórnia (<i>Cupressus macrocarpa</i>)
sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)
ripícolas*	

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.8. Espécies a privilegiar na SRH Charneca do Tejo e do Sado

Na SRH Charneca do Tejo e do Sado as espécies para as quais a aptidão “Boa” é maior são o pinheiro-manso (*Pinus pinea*) e o sobreiro (*Quercus suber*) com 56% e 47%, entre as 5 espécies principais.

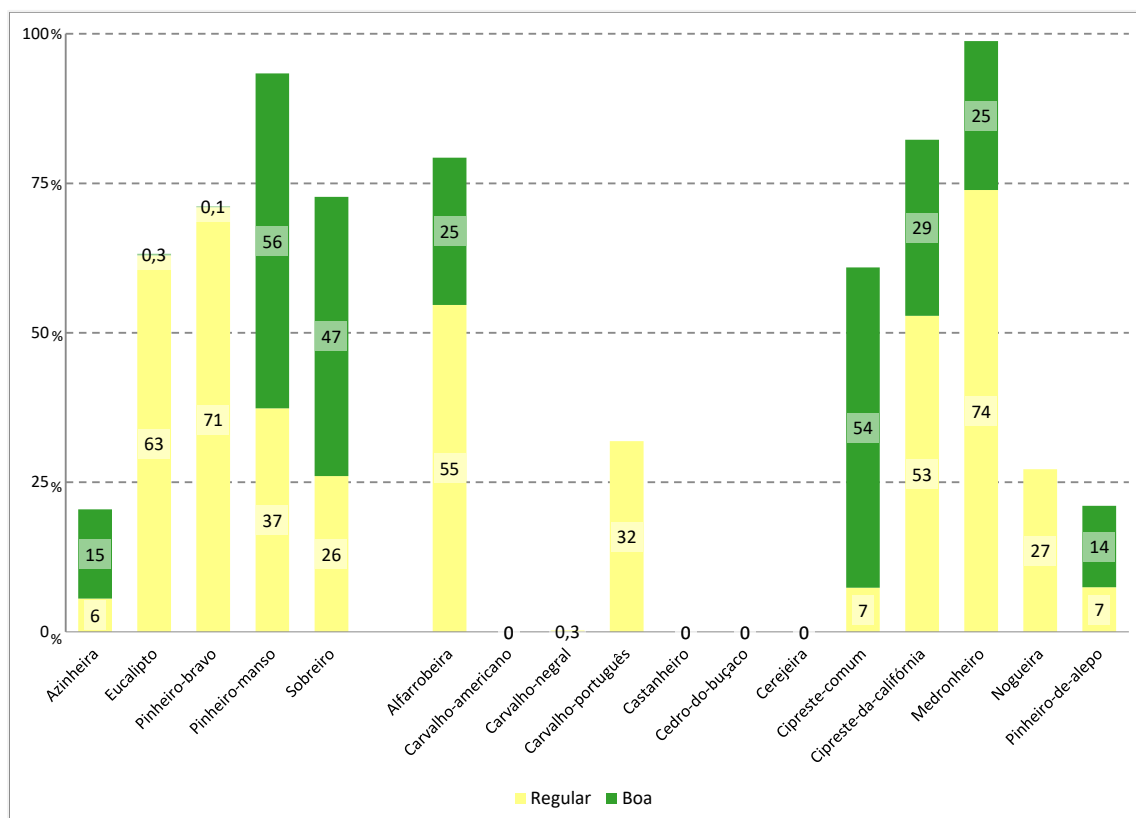


Figura 25. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Charneca do Tejo e do Sado

O Quadro 34 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar na SRH Charneca do Tejo e do Sado para os Grupos I e II.

Quadro 34. Espécies a privilegiar na SRH Charneca do Tejo e Sado

GRUPO I	GRUPO II
alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)	azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)
eucalipto (<i>Eucalyptus</i> spp.)	carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)
pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)	cipreste-da-califórnia (<i>Cupressus macrocarpa</i>)
sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	nogueira (<i>Juglans</i> , ssp.)
ripícolas*	pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.9. Espécies a privilegiar na SRH Cintura de Ourique

Na SRH Cintura de Ourique a espécie para a qual a aptidão “Boa” é maior corresponde à azinheira (*Quercus rotundifolia*) com 88%, entre as 5 espécies principais.

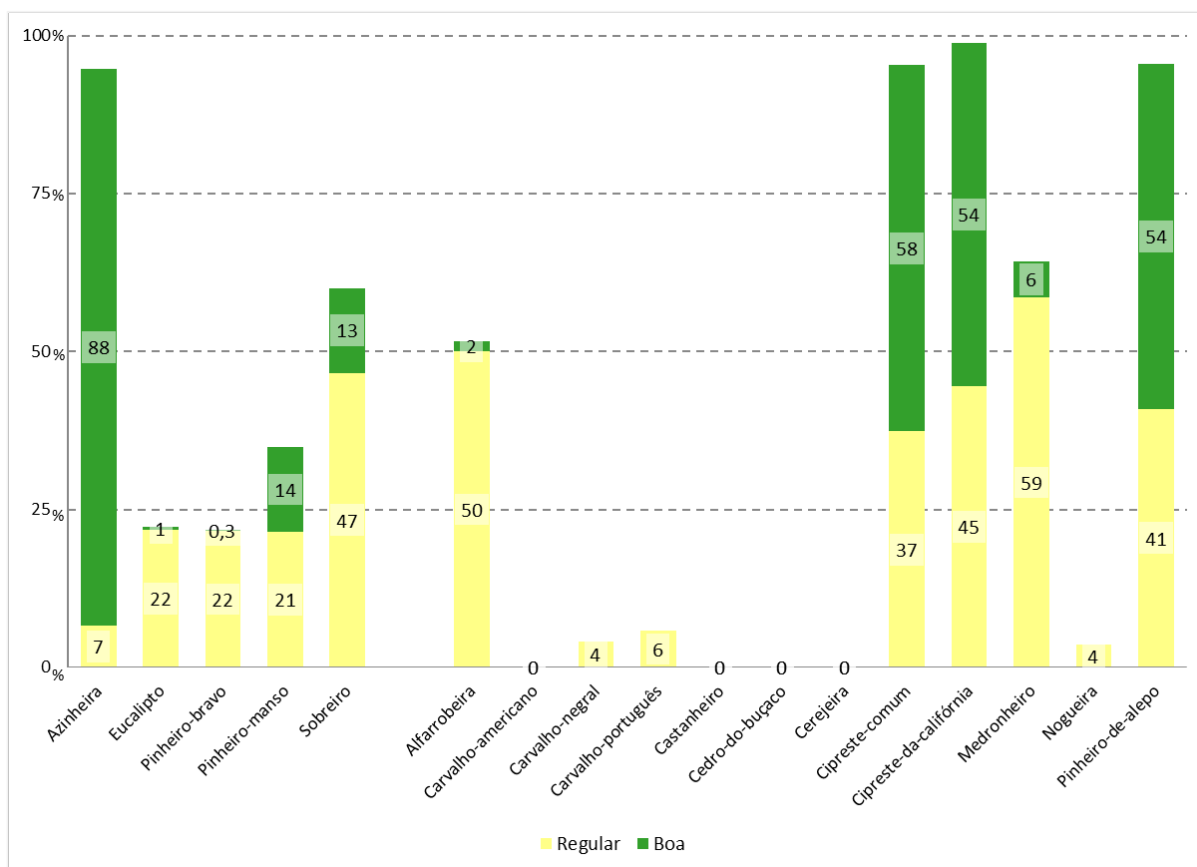


Figura 26. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Cintura de Ourique

O Quadro 35 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar na SRH Cintura de Ourique para os Grupos I e II.

Quadro 35. Espécies a privilegiar na SRH Cintura de Ourique

GRUPO I	GRUPO II
alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)	carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)
azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)	carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)	cipreste-da-califórnia (<i>Cupressus macrocarpa</i>)
sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	eucalipto (<i>Eucalyptus</i> spp.)
ripícolas*	nogueira (<i>Juglans</i> , ssp.)
	pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)
	pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.10. Espécies a privilegiar na SRH Estuário e Vale do Baixo Sado

Na SRH Estuário e Vale do Baixo Sado a espécie para a qual a aptidão “Boa” é maior corresponde ao pinheiro-manso (*Pinus pinea*) com 68%, entre as 5 espécies principais.

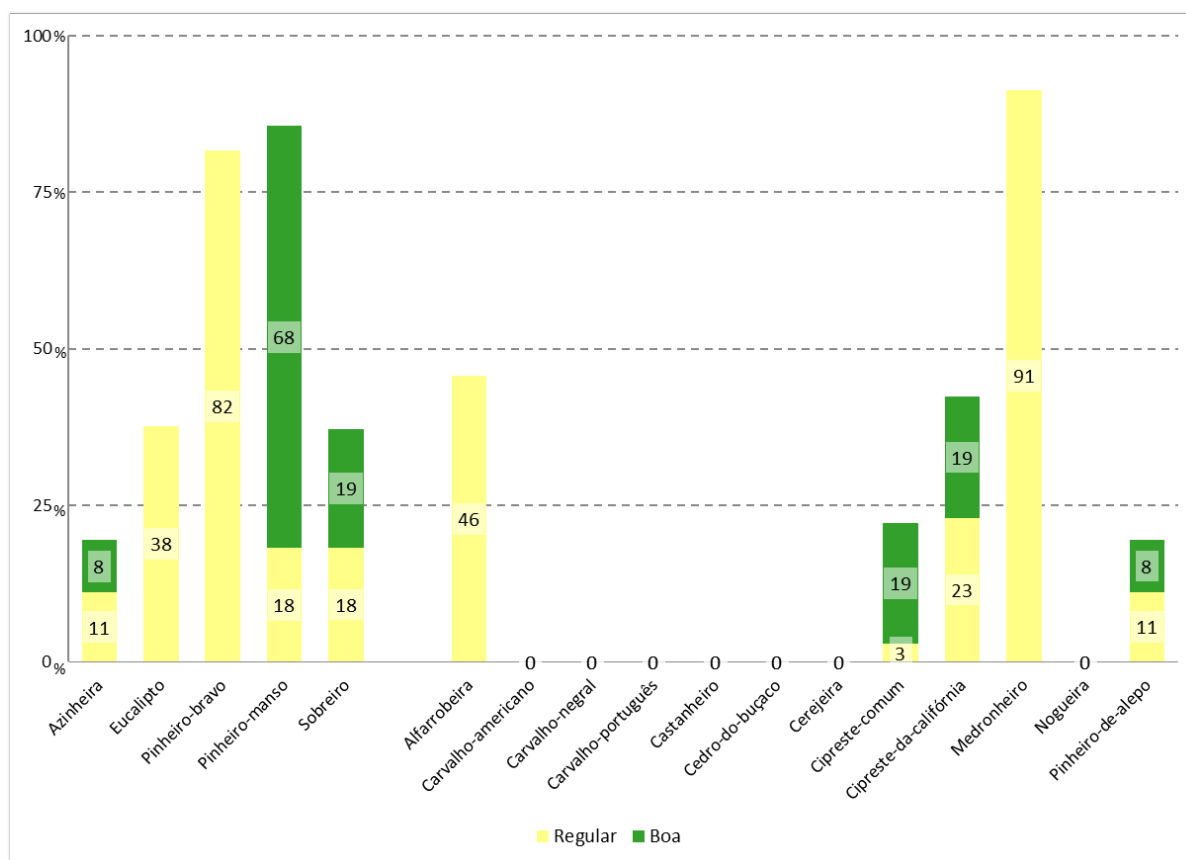


Figura 27. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Estuário e Vale do Baixo Sado

O Quadro 36 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar na SRH Estuário e Vale do Baixo Sado para os Grupos I e II.

Quadro 36. Espécies a privilegiar na SRH Estuário e Vale do Baixo Sado

GRUPO I	GRUPO II
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)
pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)	azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)
pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
ripícolas*	cipreste-da-califórnia (<i>Cupressus macrocarpa</i>)
	eucalipto (<i>Eucalyptus spp.</i>)
	pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)
	sobreiro (<i>Quercus suber</i>)

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.11. Espécies a privilegiar na SRH Litoral Alentejano e Mira

Na SRH Litoral Alentejano e Mira as espécies para as quais a aptidão “Boa” é maior são o pinheiro-manso (*Pinus pinea*) (77%) e o sobreiro (*Quercus suber*) (66%), entre as 5 espécies principais.

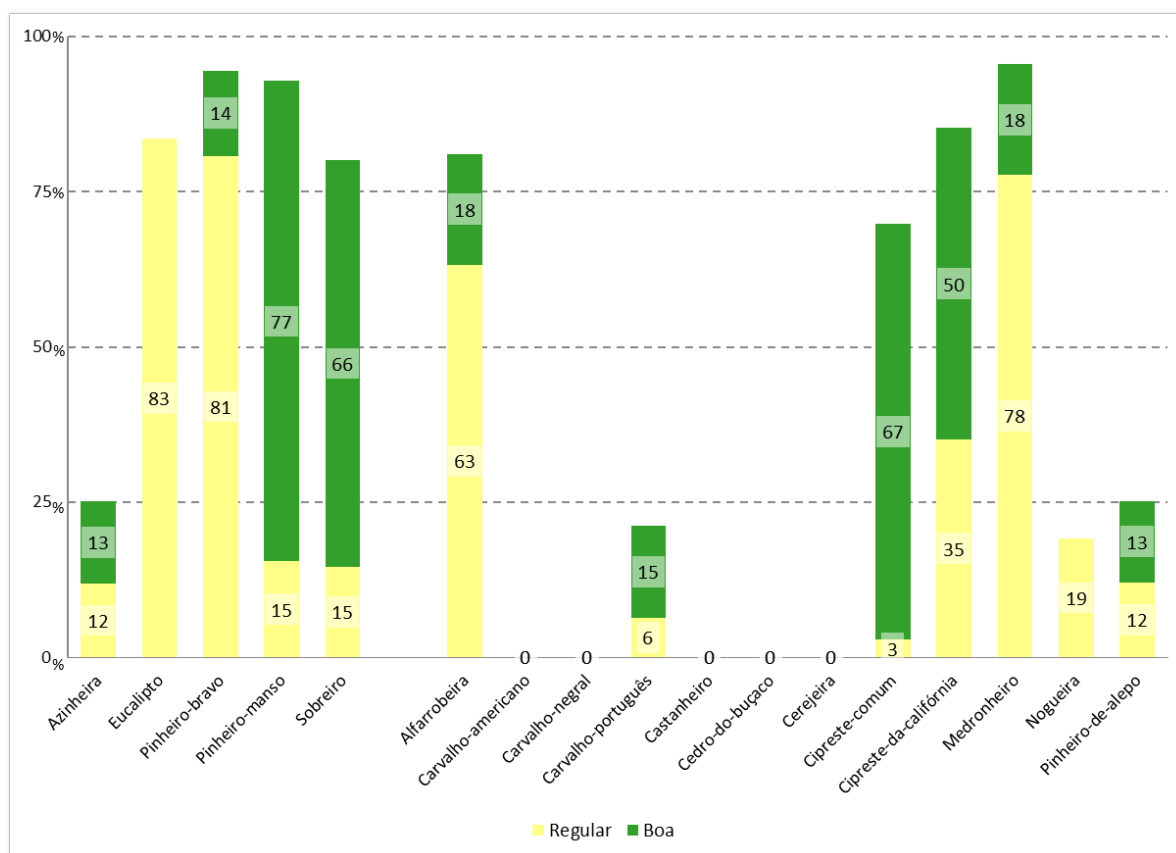


Figura 28. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Litoral Alentejano e Mira

O Quadro 37 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar na SRH Litoral Alentejano e Mira para os Grupos I e II.

Quadro 37. Espécies a privilegiar na SRH Litoral Alentejano e Mira

GRUPO I	GRUPO II
alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)	azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)
eucalipto (<i>Eucalyptus</i> spp.)	carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)	cipreste-da-califórnia (<i>Cupressus macrocarpa</i>)
pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)	nogueira (<i>Juglans</i> , ssp.)
sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)
ripícolas*	

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.12. Espécies a privilegiar na SRH Margem Esquerda

Na SRH Margem Esquerda a espécie para a qual a aptidão “Boa” é maior corresponde à azinheira (*Quercus rotundifolia*) com 90%, entre as 5 espécies principais.

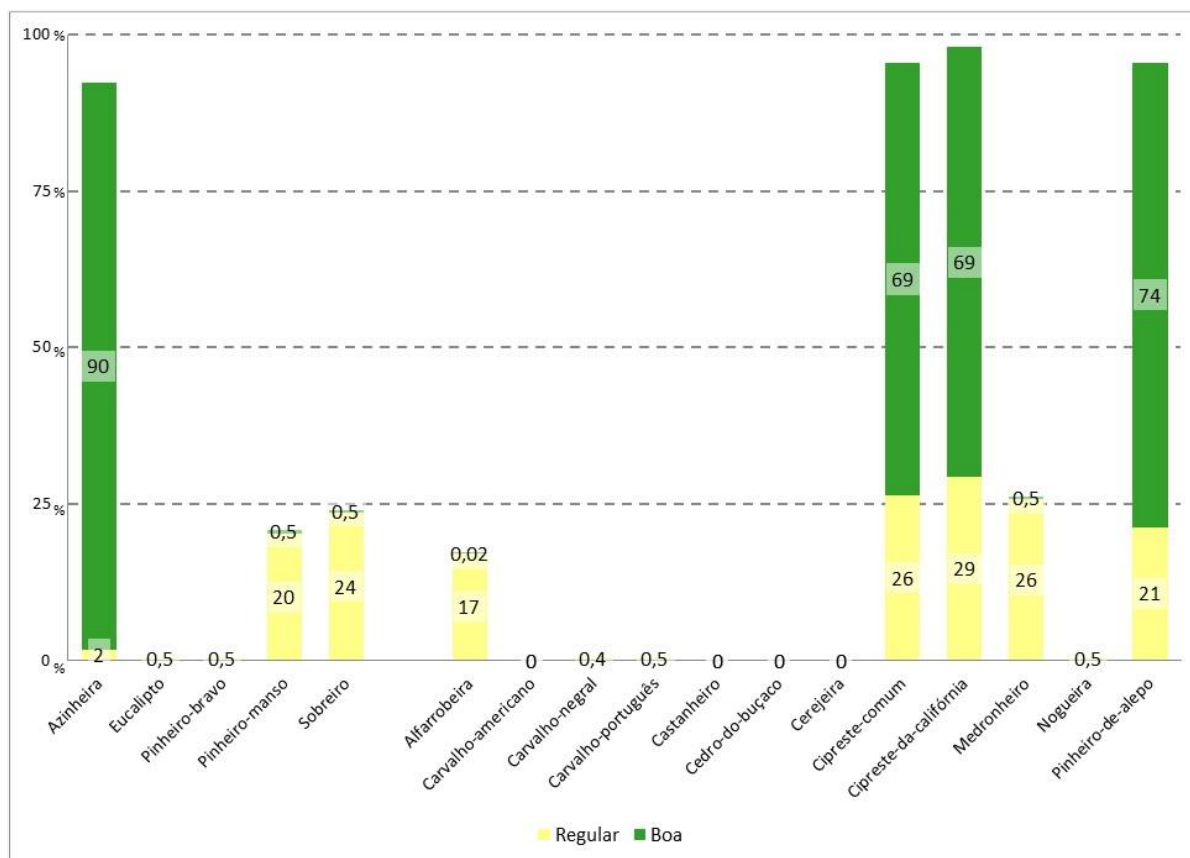


Figura 29. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Margem Esquerda

O Quadro 38 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar na SRH Margem Esquerda para os Grupos I e II.

Quadro 38. Espécies a privilegiar na SRH Margem Esquerda

GRUPO I	GRUPO II
azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)	alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)
pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)	carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)
ripícolas*	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
	cipreste-da-califórnia (<i>Cupressus macrocarpa</i>)
	eucalipto (<i>Eucalyptus</i> spp.)
	medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)
	nogueira (<i>Juglans</i> , ssp.)
	pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)
	pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)
	sobreiro (<i>Quercus suber</i>)

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.13. Espécies a privilegiar na SRH Montados do Alentejo Central

Na SRH Montados do Alentejo Central a espécie para a qual a aptidão “Boa” é maior corresponde à azinheira (*Quercus rotundifolia*) com 51%, entre as 5 espécies principais.

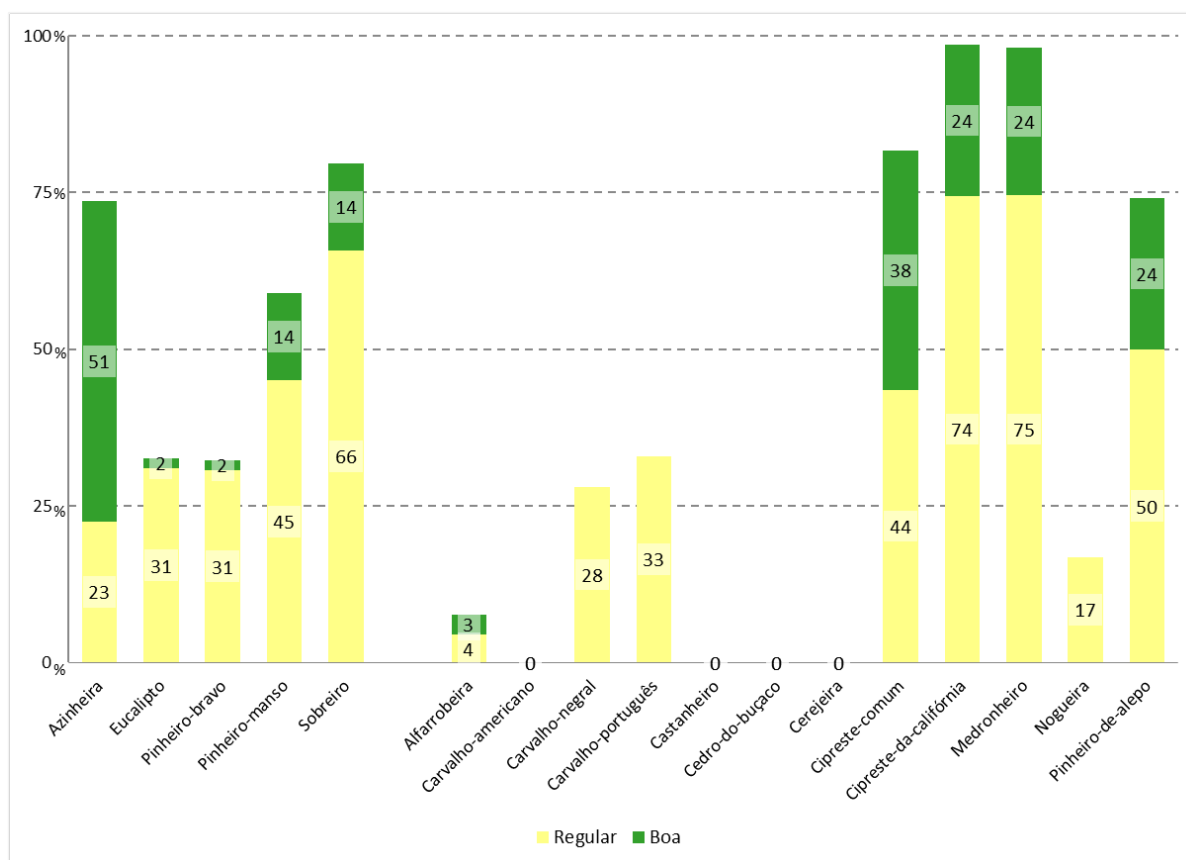


Figura 30. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Montados do Alentejo Central

O Quadro 39 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar na SRH Montados do Alentejo Central para os Grupos I e II.

Quadro 39. Espécies a privilegiar na SRH Montados do Alentejo Central

GRUPO I	GRUPO II
azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)	alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)
pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)	carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)
pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	cipreste-da-califórnia (<i>Cupressus macrocarpa</i>)
ripícolas*	eucalipto (<i>Eucalyptus</i> spp.)
	nogueira (<i>Juglans</i> , ssp.)
	pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.14. Espécies a privilegiar na SRH Montados do Sado, Viana e Portel

Na SRH Montados do Sado, Viana e Portel a espécie para a qual a aptidão “Boa” é maior corresponde à azinheira (*Quercus rotundifolia*) com 42%, entre as 5 espécies principais.

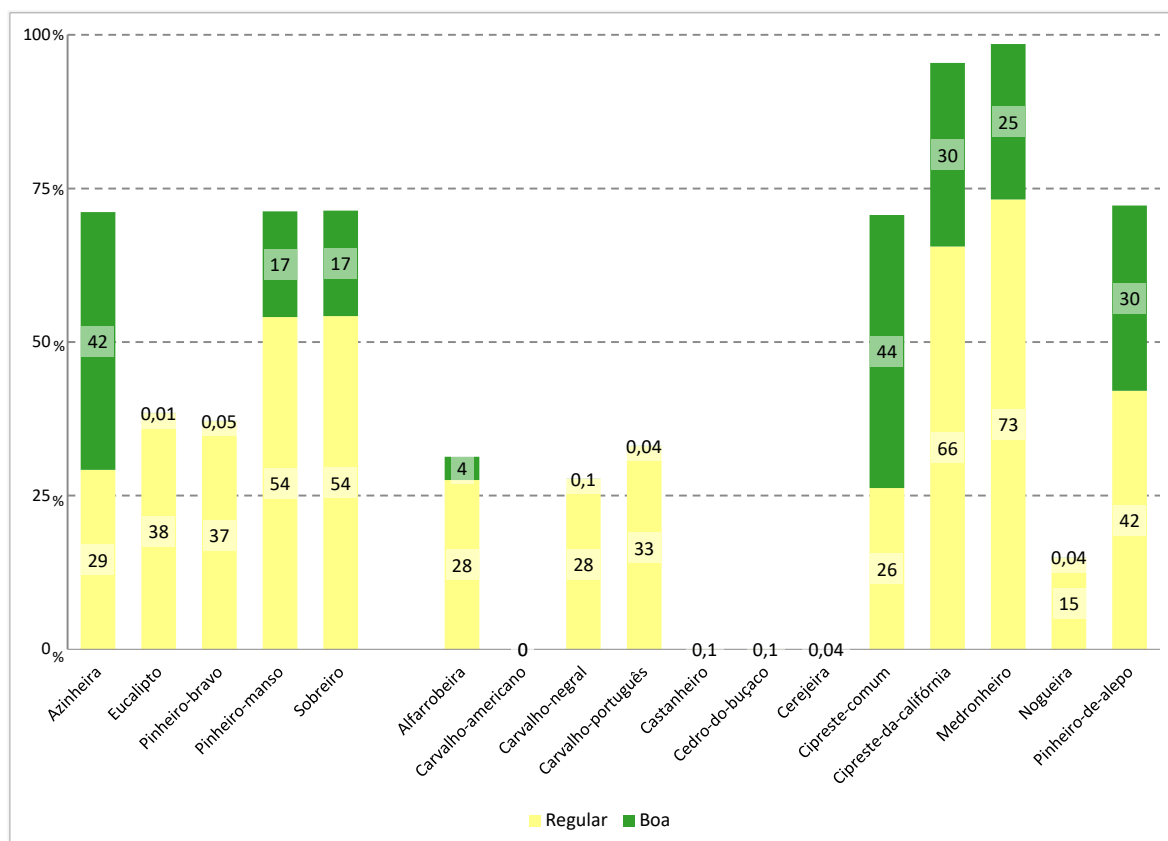
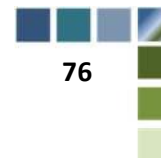


Figura 31. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Montados do Sado, Viana e Portel



O Quadro 40 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar na SRH Montados do Sado, Viana e Portel para os Grupos I e II.

Quadro 40. Espécies a privilegiar na SRH Montados do Sado, Viana e Portel

GRUPO I	GRUPO II
azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)	alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)
pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)	carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)
pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)	castanheiro (<i>Castanea sativa</i>)
sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>)
ripícolas*	cerejeira (<i>Prunus avium</i>)
	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
	cipreste-da-califórnia (<i>Cupressus macrocarpa</i>)
	eucalipto (<i>Eucalyptus</i> spp.)
	nogueira (<i>Juglans</i> , ssp.)
	pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.15. Espécies a privilegiar na SRH Peneplanície do Alto Alentejo

Na SRH Peneplanície do Alto Alentejo a espécie para a qual a aptidão “Boa” é maior corresponde à azinheira (*Quercus rotundifolia*) com 63%, entre as 5 espécies principais.

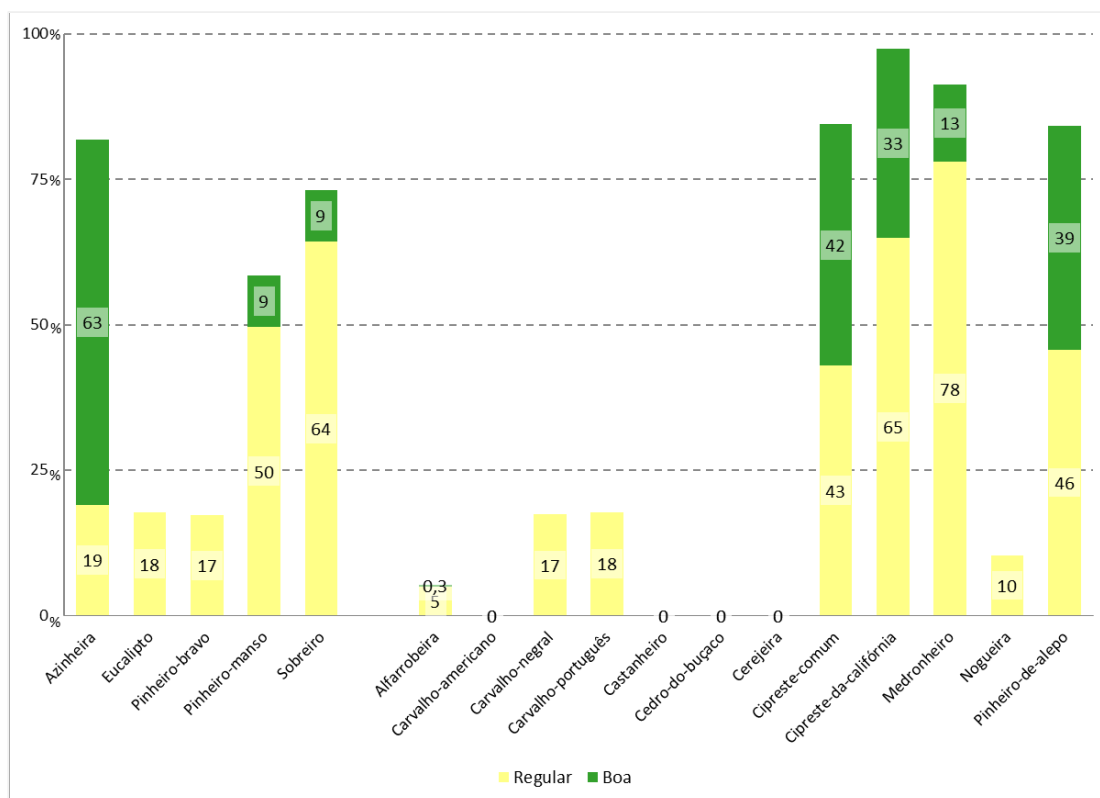
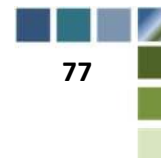


Figura 32. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Peneplanície do Alto Alentejo



O Quadro 41 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar na SRH Peneplanície do Alto Alentejo para os Grupos I e II.

Quadro 41. Espécies a privilegiar na SRH Peneplanície do Alto Alentejo

GRUPO I	GRUPO II
azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)	alfarrobeira (<i>Ceratonía siliqua</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)
pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)	carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)
pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	cipreste-da-califórnia (<i>Cupressus macrocarpa</i>)
ripícolas*	eucalipto (<i>Eucalyptus</i> spp.)
	nogueira (<i>Juglans</i> , ssp.)
	pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.16. Espécies a privilegiar na SRH Pinhais do Alentejo Litoral

Na SRH Pinhais do Alentejo Litoral as espécies para as quais a aptidão “Boa” é maior são o pinheiro-manso (*Pinus pinea*) com 85% e o sobreiro (*Quercus suber*) com 71%, entre as 5 espécies principais.

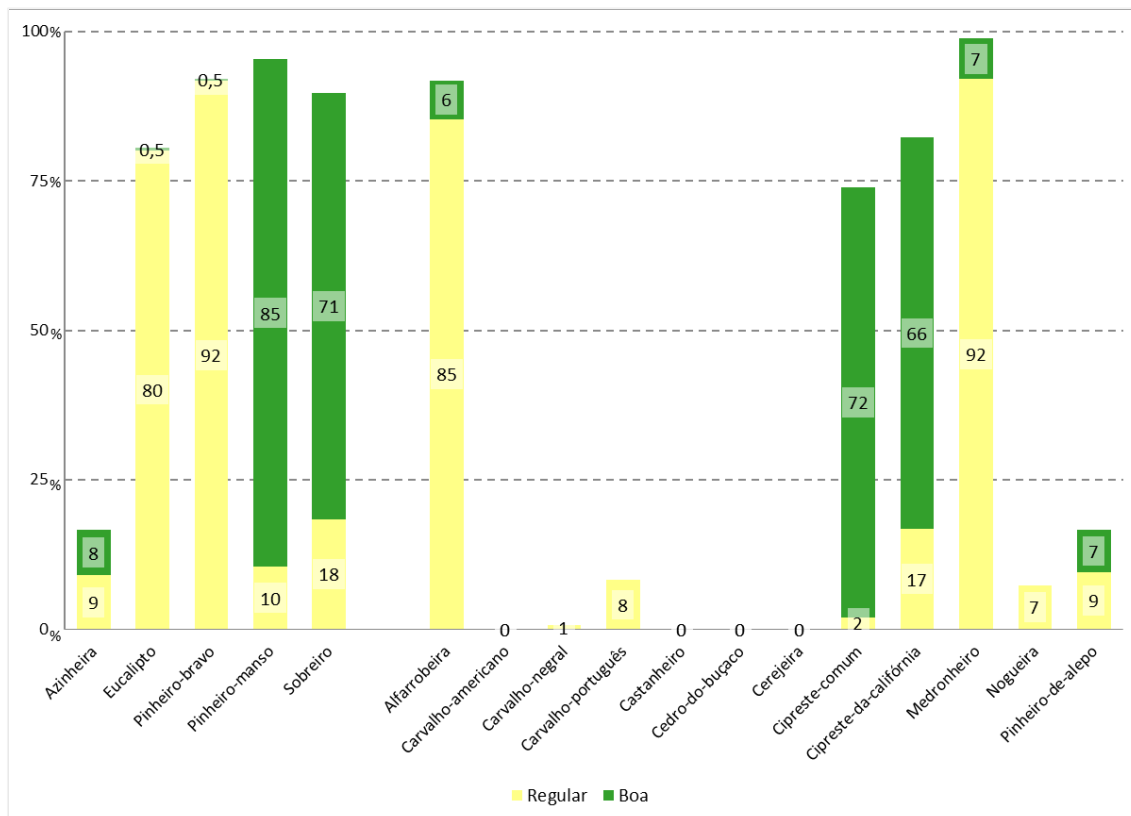
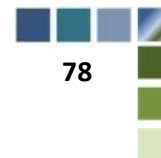


Figura 33. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Pinhais do Alentejo Litoral



O Quadro 42 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar na SRH Pinhais do Alentejo Litoral para os Grupos I e II.

Quadro 42. Espécies a privilegiar na SRH Pinhais do Alentejo Litoral

GRUPO I	GRUPO II
alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)	azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)
eucalipto (<i>Eucalyptus</i> spp.)	carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)
pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)	cipreste-da-califórnia (<i>Cupressus macrocarpa</i>)
sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	nogueira (<i>Juglans</i> , ssp.)
ripícolas*	pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.17. Espécies a privilegiar na SRH Serra de Ossa e Terras do Alandroal

Na SRH Serra de Ossa e Terras do Alandroal a espécie para a qual a aptidão “Boa” é maior corresponde à azinheira (*Quercus rotundifolia*) com 67% da área, entre as 5 espécies principais.

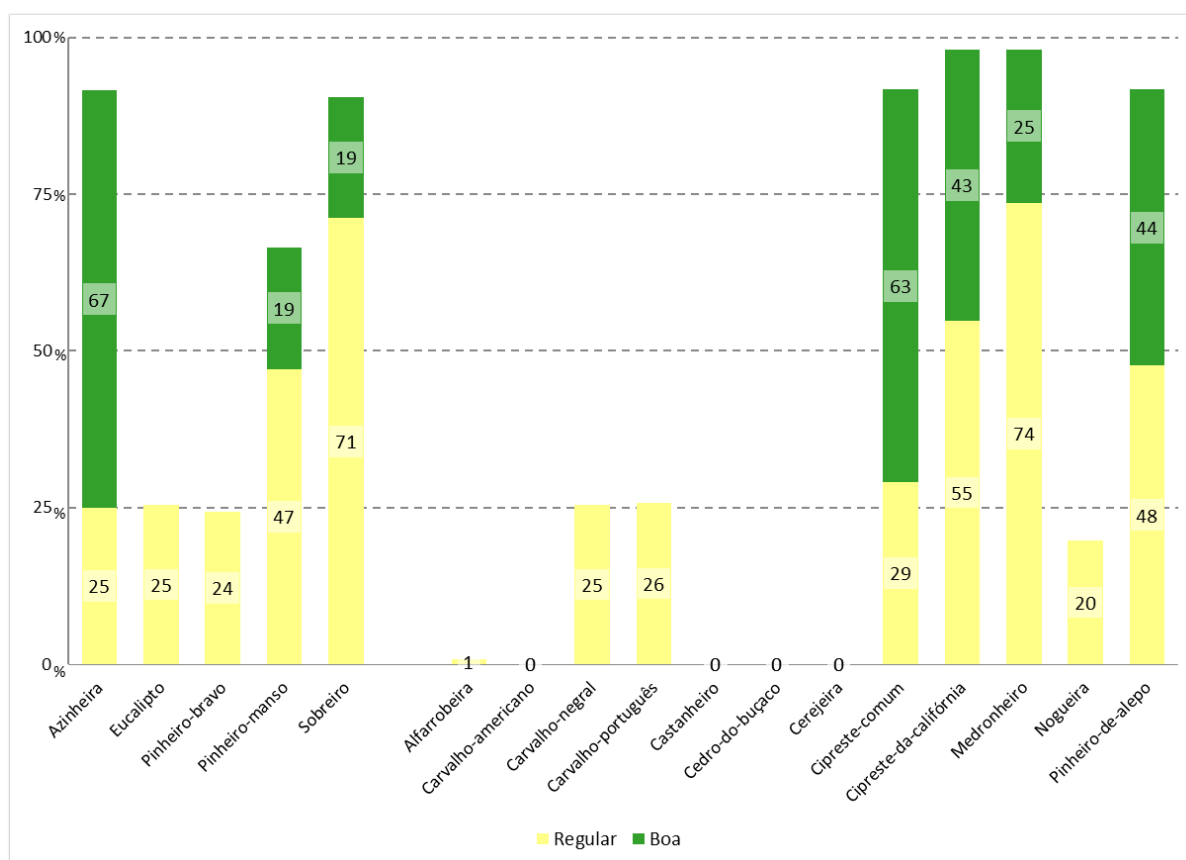


Figura 34. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Serra de Ossa e Terras do Alandroal

O Quadro 43 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar na SRH Serra de Ossa e Terras do Alandroal para os Grupos I e II.

Quadro 43. Espécies a privilegiar na SRH Serra de Ossa e Terras do Alandroal

GRUPO I	GRUPO II
azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)	alfarrobeira (<i>Ceratonía siliqua</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)
pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)	carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)
pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	cipreste-da-califórnia (<i>Cupressus macrocarpa</i>)
ripícolas*	eucalipto (<i>Eucalyptus</i> spp.)
	nogueira (<i>Juglans</i> , ssp.)
	pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.18. Espécies a privilegiar na SRH Serra de São Mamede

Na SRH Serra de São Mamede as espécies para as quais a aptidão “Boa” é maior são o pinheiro-manso (*Pinus pinea*) com 49% e o sobreiro (*Quercus suber*) com 50% da área, entre as 5 espécies principais.

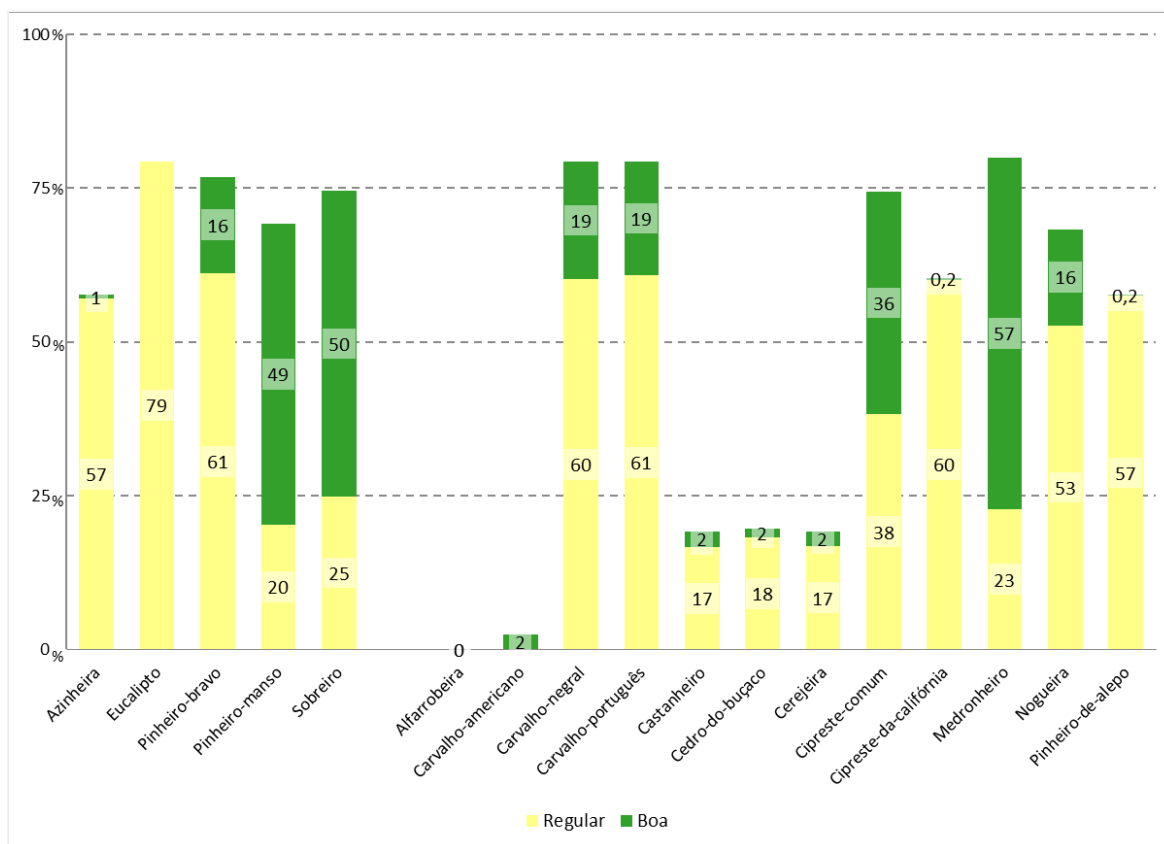
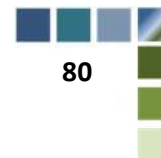


Figura 35. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Serra de São Mamede



O Quadro 44 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar na SRH Serra de São Mamede para os Grupos I e II.

Quadro 44. Espécies a privilegiar na SRH Serra de São Mamede

GRUPO I	GRUPO II
azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)	carvalho-americano (<i>Quercus rubra</i>)
carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)	castanheiro (<i>Castanea sativa</i>)
carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)	cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>)
eucalipto (<i>Eucalyptus</i> spp.)	cerejeira (<i>Prunus avium</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
nogueira (<i>Juglans</i> , ssp.)	cipreste-da-califórnia (<i>Cupressus macrocarpa</i>)
pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)	
pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)	
pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)	
sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	
ripícolas*	

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.19. Espécies a privilegiar na SRH Serra do Monfurado

Na SRH Serra do Monfurado as espécies para as quais a aptidão “Boa” é maior são o pinheiro-manso (*Pinus pinea*) e o sobreiro (*Quercus suber*), ambos com 42% da área, entre as 5 espécies principais.

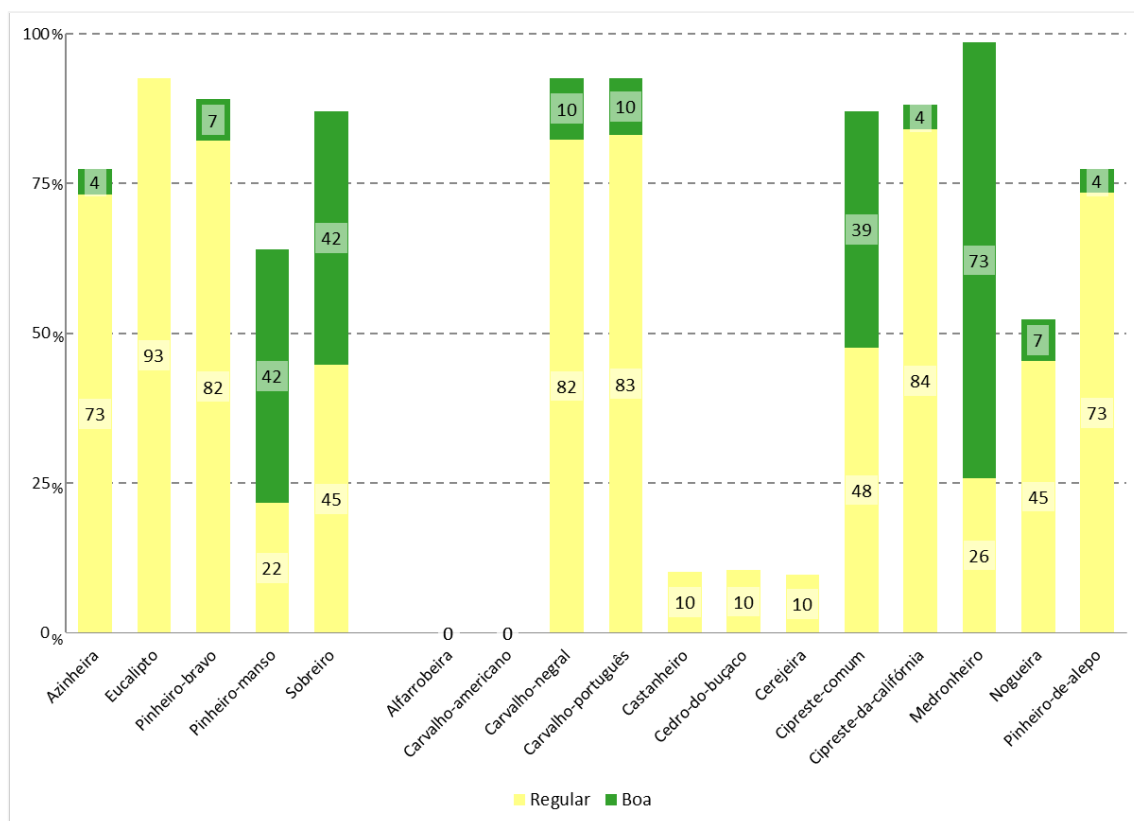


Figura 36. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Serra do Monfurado

O Quadro 45 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar na SRH Serra do Monfurado para os Grupos I e II.

Quadro 45. Espécies a privilegiar na SRH Serra do Monfurado

GRUPO I	GRUPO II
azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)	castanheiro (<i>Castanea sativa</i>)
carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)	cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>)
carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)	cerejeira (<i>Prunus avium</i>)
eucalipto (<i>Eucalyptus</i> spp.)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	cipreste-da-califórnia (<i>Cupressus macrocarpa</i>)
nogueira (<i>Juglans</i> , ssp.)	
pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)	
pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)	
pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)	
sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	
ripícolas*	

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.20. Espécies a privilegiar na SRH Serras do Litoral e Montados de Santiago

Na SRH Serras do Litoral e Montados de Santiago as espécies para as quais a aptidão “Boa” é maior são o pinheiro-manso (*Pinus pinea*) com 72% e o sobreiro (*Quercus suber*) com 70%, entre as 5 espécies principais.

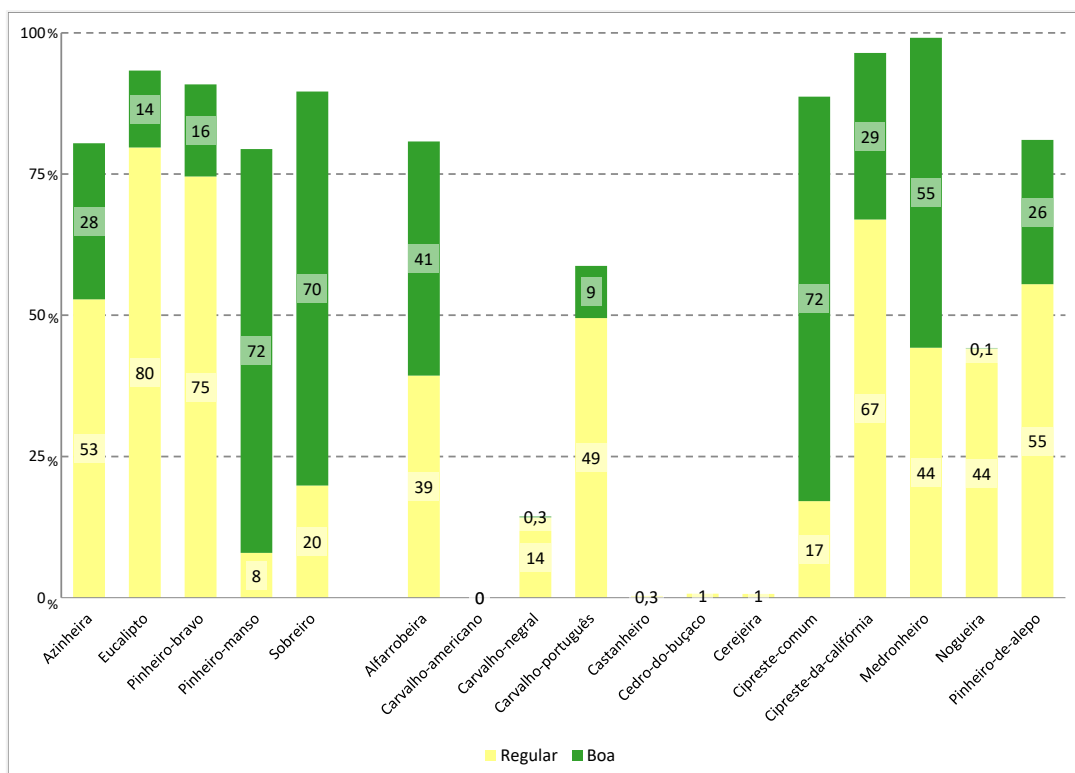


Figura 37. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Serras do Litoral e Montados de Santiago

O Quadro 46 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar na SRH Serras do Litoral e Montados de Santiago para os Grupos I e II.

Quadro 46. Espécies a privilegiar na SRH Serras do Litoral e Montados de Santiago

GRUPO I	GRUPO II
alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)	carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)
azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)	castanheiro (<i>Castanea sativa</i>)
carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)	cedro-do-buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>)
eucalipto (<i>Eucalyptus</i> spp.)	cerejeira (<i>Prunus avium</i>)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)	cipreste-da-califórnia (<i>Cupressus macrocarpa</i>)
pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)	nogueira (<i>Juglans</i> , ssp.)
pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)	
sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	
ripícolas*	

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.21. Espécies a privilegiar na SRH Tejo Superior

Na SRH Tejo Superior as espécies para as quais a aptidão “Boa” é maior são o pinheiro-manso (*Pinus pinea*) e o sobreiro (*Quercus suber*), ambos com 40% da área, entre as 5 espécies principais.

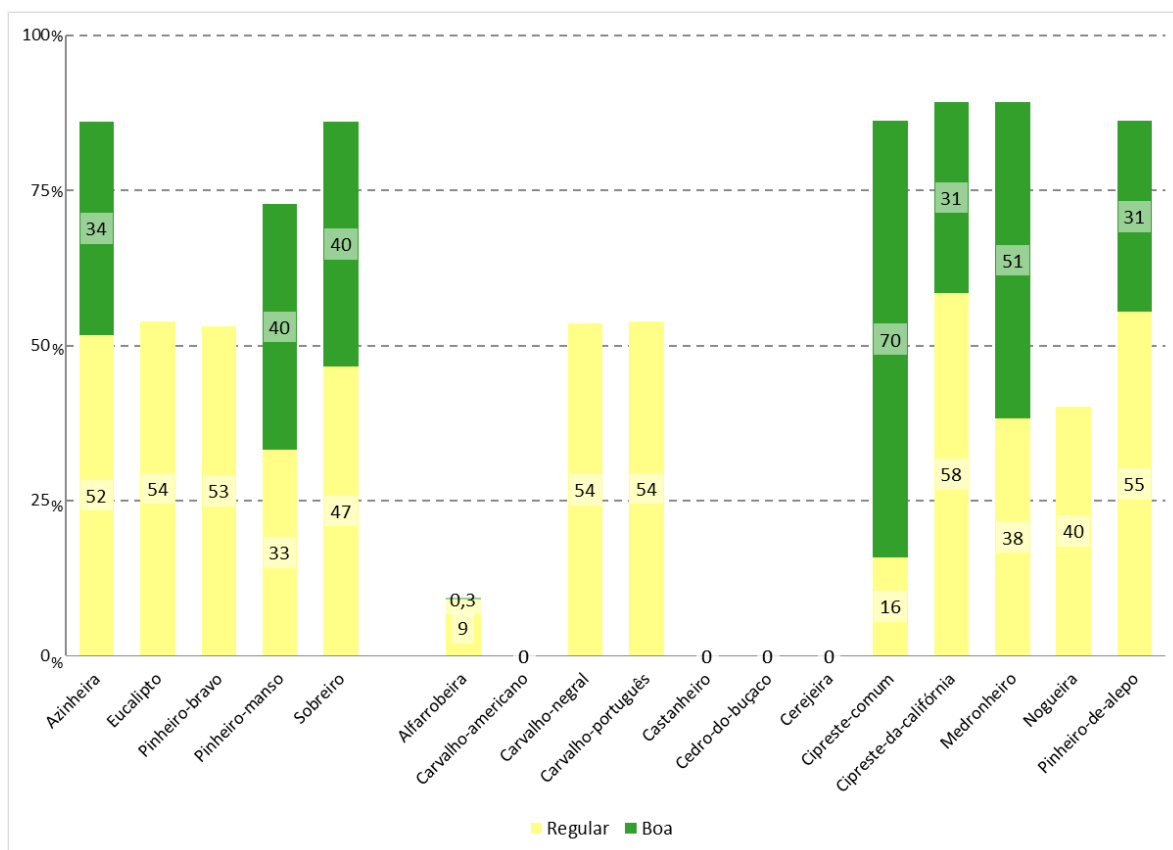


Figura 38. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Tejo Superior

O Quadro 47 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar na SRH Tejo Superior para os Grupos I e II.

Quadro 47. Espécies a privilegiar na SRH Tejo Superior

GRUPO I	GRUPO II
azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)	alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)
carvalho-português (<i>Quercus faginea</i> , preferencialmente <i>Q. faginea</i> subsp. <i>broteroi</i>)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)	cipreste-da-califórnia (<i>Cupressus macrocarpa</i>)
eucalipto (<i>Eucalyptus</i> spp.)	nogueira (<i>Juglans</i> , ssp.)
medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	
pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>)	
pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)	
pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)	
sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	
ripícolas*	

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

3.22. Espécies a privilegiar na SRH Terras de Mourão

Na SRH Terras de Mourão a espécie para a qual a aptidão “Boa” é maior corresponde à azinheira (*Quercus rotundifolia*) com 91% da área, entre as 5 espécies principais.

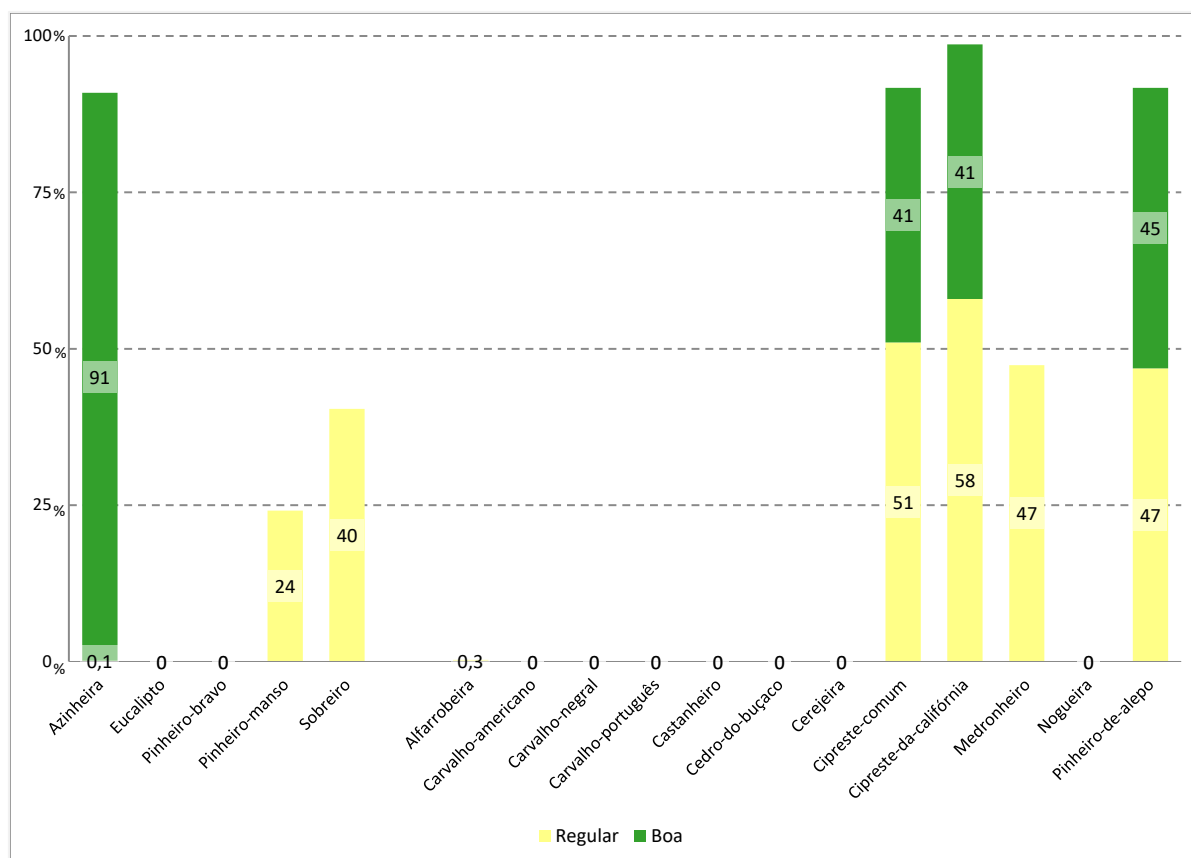
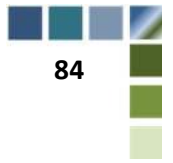


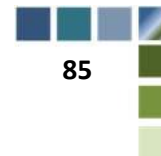
Figura 39. Aptidão potencial das espécies florestais na SRH Terras de Mourão

O Quadro 48 apresenta o conjunto de espécies a privilegiar na SRH Terras de Mourão para os Grupos I e II.

**Quadro 48. Espécies a privilegiar na SRH Terras de Mourão**

GRUPO I	GRUPO II
azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)	alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)
pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)	cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)
ripícolas*	cipreste-da-califórnia (<i>Cupressus macrocarpa</i>)
	medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)
	pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>)
	sobreiro (<i>Quercus suber</i>)

Nota: * Consultar lista de espécies ripícolas no Anexo IV

**BIBLIOGRAFIA**

AFN, 2009. *Normas Técnicas de Elaboração dos Planos e Gestão Florestal*. Lisboa: Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Autoridade Florestal Nacional.

AIFF, 2013. *Estudo prospetivo para o Setor Florestal. Relatório Final*. Santa Maria de Lamas: Associação para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal.

APA, 2013. *Relatório de Progresso da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas. Relatório Integrado*. Amadora: Agência Portuguesa do Ambiente.

APA, 2016. *SNIBAmb - Sistema Nacional de Informação de Ambiente. Atlas do Ambiente e Atlas da Água*. Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. Consulta realizada em: <http://sniamb.apambiente.pt/home/default.htm>

Baptista, F.O. e Santos, R.T., 2005. *Os Proprietários Florestais: Resultados de um Inquérito*. Celta Editora, 94 páginas. Oeiras, 2005.

Centro PINUS, 2016. *Revisão PROF - Informação relativa à Fileira do Pinho na Região PROF Alentejo*. Documento não publicado. Viana do Castelo: Centro PINUS.

Decreto Regulamentar n.º 18/2006, de 20 de outubro. D.R. n.º 203, Série I. *Aprova o PROF do Baixo Alentejo*. Lisboa: Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Decreto Regulamentar n.º 36/2007, de 2 de abril. D.R. n.º 65, Série I. *Aprova o PROF do Alentejo Central*. Lisboa: Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Decreto Regulamentar n.º 37/2007, de 3 de abril. D.R. n.º 66, Série I. *Aprova o PROF do Alto Alentejo*. Lisboa: Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Decreto Regulamentar n.º 39/2007, de 5 de abril. D.R. n.º 68, Série I. *Aprova o PROF do Alentejo Litoral*. Lisboa: Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro. D.R. n.º 9, Série I. *Aprova o Regime Jurídico dos Planos de Ordenamento, de Gestão e de Intervenção de Âmbito Florestal (PROF, PGF, PEIF)*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. (Alterado por Decreto-Lei n.º 114/2010, de 22 de outubro, D.R. n.º 206, Série I; Decreto-Lei n.º 27/2014, de 18 de fevereiro, D.R. n.º 34, Série I e Decreto-Lei n.º 65/2017, de 12 de junho, D.R. n.º 113, Série I).

Decreto-Lei n.º 565/99 de 21 de dezembro. D.R. n.º 295, Série I-A. *Regula a introdução na natureza de espécies não indígenas da flora e fauna. Publica, em Anexo, os quadros das espécies não indígenas e das espécies introduzidas em Portugal Continental.* Lisboa: Ministério do Ambiente. (O n.º 2 do Artigo 8.º foi parcialmente revogado pelo Decreto-Lei n.º 205/2003, de 12 de Setembro, D.R. n.º 211, Série I-A).

Despacho n.º 15183/2009, de 6 de julho. D.R. n.º 128, Série II. *Normas Técnicas para a elaboração dos Planos de Gestão Florestal (PGF).* Lisboa: Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

DGF, 2003. *Princípios de Boas Práticas Florestais.* Depósito legal: n.º 198440/03; ISBN: 972-8097-51-4. Lisboa: Direcção-Geral das Florestas.

DGT, 2015. *Carta Administrativa Oficial de Portugal – Versão 2015.* Lisboa: Direcção-Geral do Território, Ministério do Ambiente. Consulta realizada a 11 de abril de 2016 em:
http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/carta_administrativa_oficial_de_portugal_caop/caop_download/carta_administrativa_oficial_de_portugal__versao_2015/

Dias, S. S., Ferreira, A. G. e Gonçalves, A. C., 2008. *Definição de zonas de aptidão para espécies florestais com base em características edafo-climáticas.* Silva Lusitana, n.º especial, ano XVI, Junho 2008, pp. 17-37.

ENAAC, 2015. Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho. D. R. n.º 147/2015, Série I. *Anexo III – Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC).* Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. (Retificada pela Declaração de Retificação n.º 41/2015, de 17 de setembro)

ENF, 2015. Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro. D.R. n.º 24/2015, Série I, 1.º Suplemento. *Aprova a primeira atualização da Estratégia Nacional para as Florestas (ENF).* Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Fernandes, P. M., 2013. *Fire-smart management of forest landscapes in the Mediterranean basin under global change.* Elsevier: Landscape and Urban Planning, Volume 110, February 2013, Pages 175–182. <http://dx.doi.org/10.1016/j.landurbplan.2012.10.014>

Ferreira, A.G. e Gonçalves, A.C., 2006 (eds.). Bases de Ordenamento Florestal – Alentejo Litoral. Universidade de Évora.

Ferreira, A.G., Gonçalves, A.C., Pinheiro, A.C., Gomes, C.P., Ilhéu, M., Neves, N., Ribeiro, N., Santos, P., 2001. *Plano Específico de Ordenamento Florestal para o Alentejo.* Alfredo Gonçalves Ferreira e Ana Cristina Gonçalves (Eds.). Évora: Universidade de Évora, 2001.

FORESTIS, 2014. *Boas Práticas no aproveitamento da biomassa florestal primária. ATIVIDADE 2 - Gestão sustentável do recurso Florestal.* Porto: FORESTIS - Associação Florestal de Portugal.

ICLEI, 2000. *Changing Climate, Changing Communities: Guide and Workbook for Municipal Climate Adaptation*. Canada: Local Governments for Sustainability.

ICNF, 2013. *Adaptação das Florestas às Alterações Climáticas – Trabalho no âmbito da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

ICNF, 2016. *Informação disponibilizada pelo Instituto da Conservação da Natureza e Florestas*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

ICNF, 2017. *Espécies Arbóreas Florestais Utilizáveis em Portugal continental*. Consulta realizada a 15 de julho de 2017 em: <http://www.icnf.pt/portal/florestas/gf/prdflo/eafu-pt>.

INE, 2011. *Recenseamento Agrícola 2009 – Análise dos Principais Resultados*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. Consulta realizada a agosto de 2016: <http://www.ine.pt>.

IPCC, 2007. *Climate Change 2007: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* [Solomon, S., D. Qin, M. Manning, Z. Chen, M. Marquis, K.B. Averyt, M. Tignor and H.L. Miller (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA.

IPCC, 2014. *Climate Change 2014: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* [Core Writing Team, R.K. Pachauri and L.A. Meyer (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, 151 pp.

IPMA, 2016. *Portal do Clima*. Programa AdaPT - Alterações climáticas em Portugal (EEA-Grants). Lisboa: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.. Consulta realizada em: <http://portaldoclima.pt/pt/>

Lei n.º 33/96, de 17 de agosto. D.R. n.º 190, Série I-A. *Lei de Bases da Política Florestal (LBPF)*. Lisboa: Assembleia da República.

MAMAOT, 2013. *Estratégia de Adaptação da Agricultura e das Florestas às Alterações Climáticas - Portugal Continental*. Lisboa: Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

PROVIA, 2013. *Guidance on Assessing Vulnerability, Impacts and Adaptation to Climate Change*. Consultation document, United Nations Environment Programme, Nairobi, Kenya, 198 pp.

Rego, F.C., 2016. *Wildfire Risk Assessment in the Santarém District – Portugal. ENHANCE Deliverable 7.3*. Lisboa: Centro de Ecologia Aplicada “Prof. Baeta Neves”.

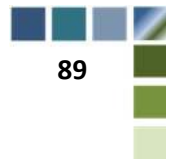
Santos F.D. e Miranda P. (Eds.), 2006. *Alterações Climáticas em Portugal. Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação* - Projecto SIAM II. Gradiva. Lisboa.

Santos F.D., Forbes K. e Moita R. (Eds.), 2002. *Climate Change in Portugal. Scenarios, Impacts and Adaptation Measures* - SIAM Project. Gradiva. Lisboa.

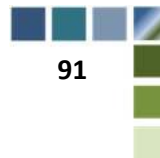
Stocker, T.F., D. Qin, G.-K. Plattner, L.V. Alexander, S.K. Allen, N.L. Bindoff, F.-M. Bréon, J.A. Church, U. Cubasch, S. Emori, P. Forster, P. Friedlingstein, N. Gillett, J.M. Gregory, D.L. Hartmann, E. Jansen, B. Kirtman, R. Knutti, K. Krishna Kumar, P. Lemke, J. Marotzke, V. Masson-Delmotte, G.A. Meehl, I.I. Mokhov, S. Piao, V. Ramaswamy, D. Randall, M. Rhein, M. Rojas, C. Sabine, D. Shindell, L.D. Talley, D.G. Vaughan y S.-P. Xie, 2013: *Resumen técnico. En: Cambio climático 2013. Bases físicas. Contribución del Grupo de trabajo I al Quinto Informe de Evaluación del Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático* [Stocker, T.F., D. Qin, G.-K. Plattner, M. Tignor, S.K. Allen, J. Boschung, A. Nauels, Y. Xia, V. Bex y P.M. Midgley (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, Reino Unido y Nueva York, NY, Estados Unidos de América.

UN-Water Partners, 2010. *Climate Change Adaptation: The Pivotal Role of Water, Policy Brief.*

Vizinho A., et al., 2016. *Plano de Adaptação de Mértola às Alterações Climáticas - Setor das Florestas e Agricultura.* Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Mértola, 34pp.



ANEXOS



Anexo I – Cenários de aptidão produtiva da região para as restantes espécies

Aptidão potencial estimada para o Medronheiro

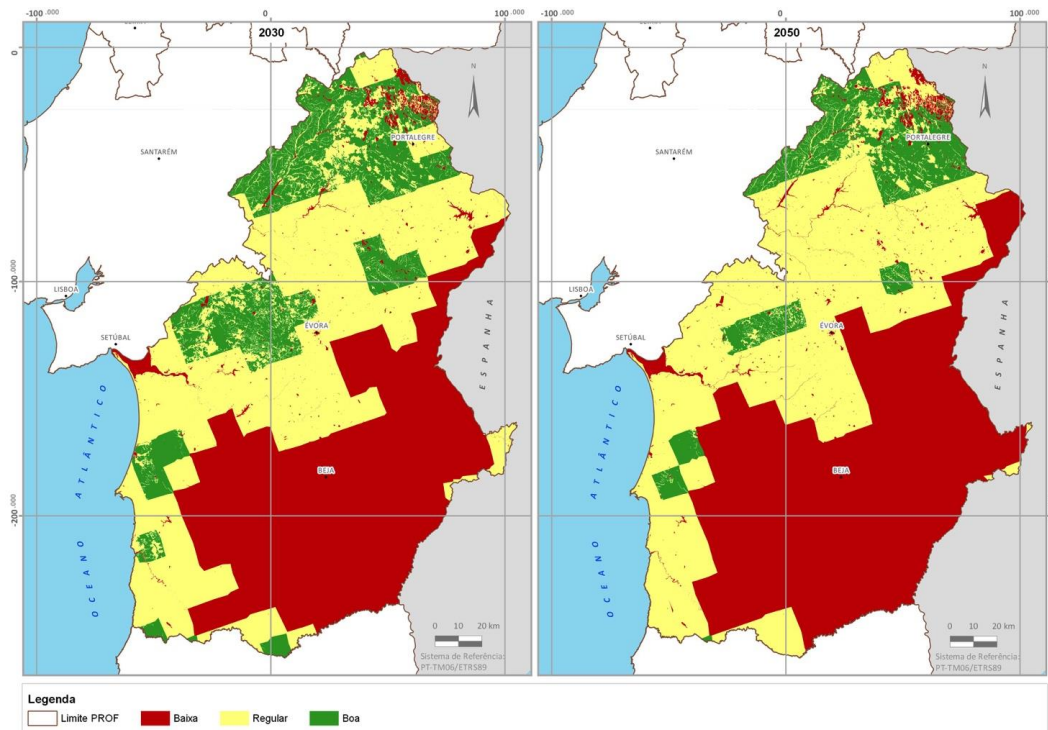


Figura I-1. Aptidão potencial estimada para o Medronheiro (*Arbutus unedo*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

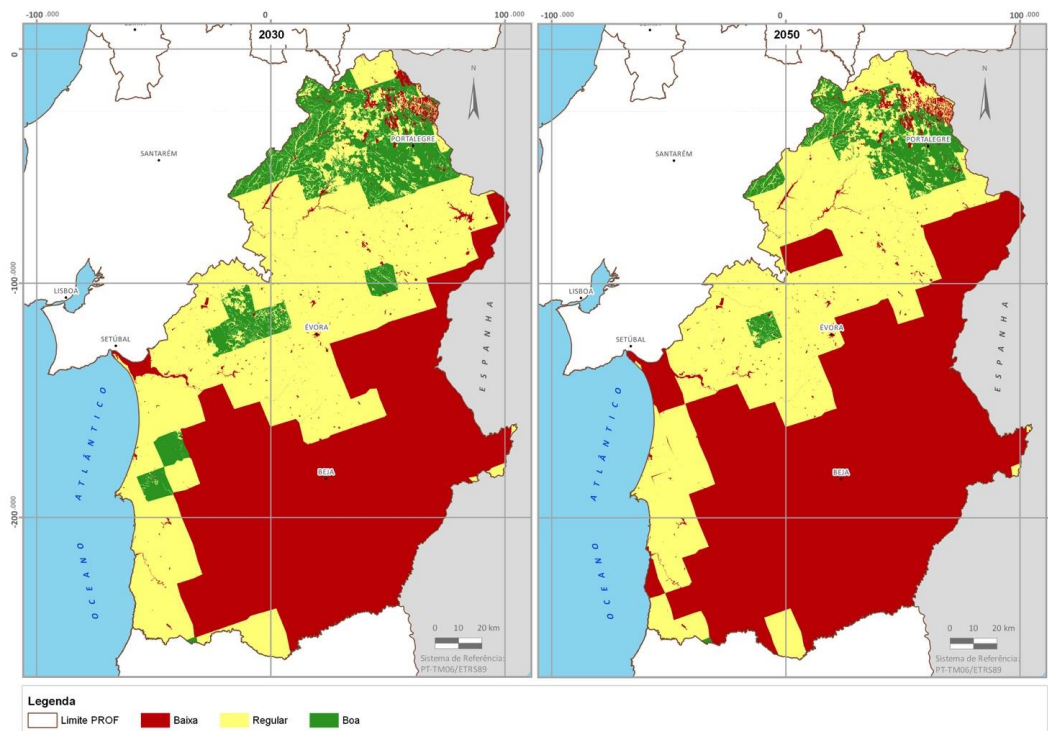
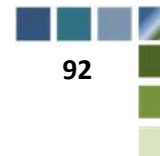


Figura I-2. Aptidão potencial estimada para o Medronheiro (*Arbutus unedo*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGT, 2015; Ferreira et al., 2001; ICNF, 2016; IPMA, 2016.



Aptidão potencial estimada para o Castanheiro

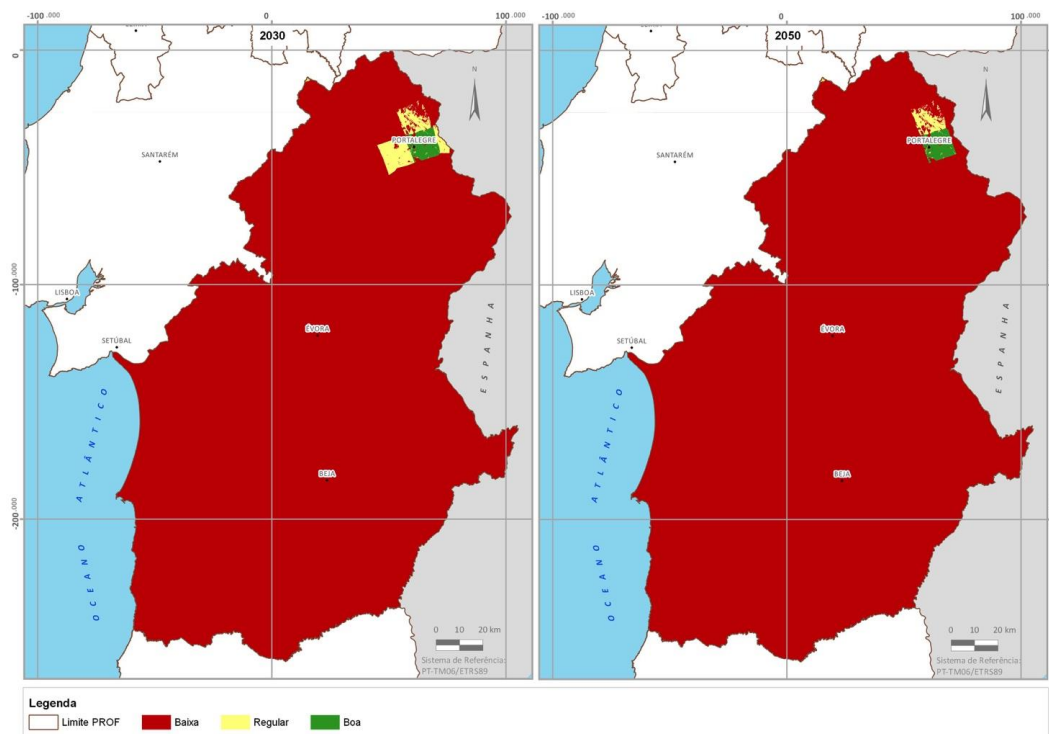


Figura I-3. Aptidão potencial estimada para o Castanheiro (*Castanea sativa*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

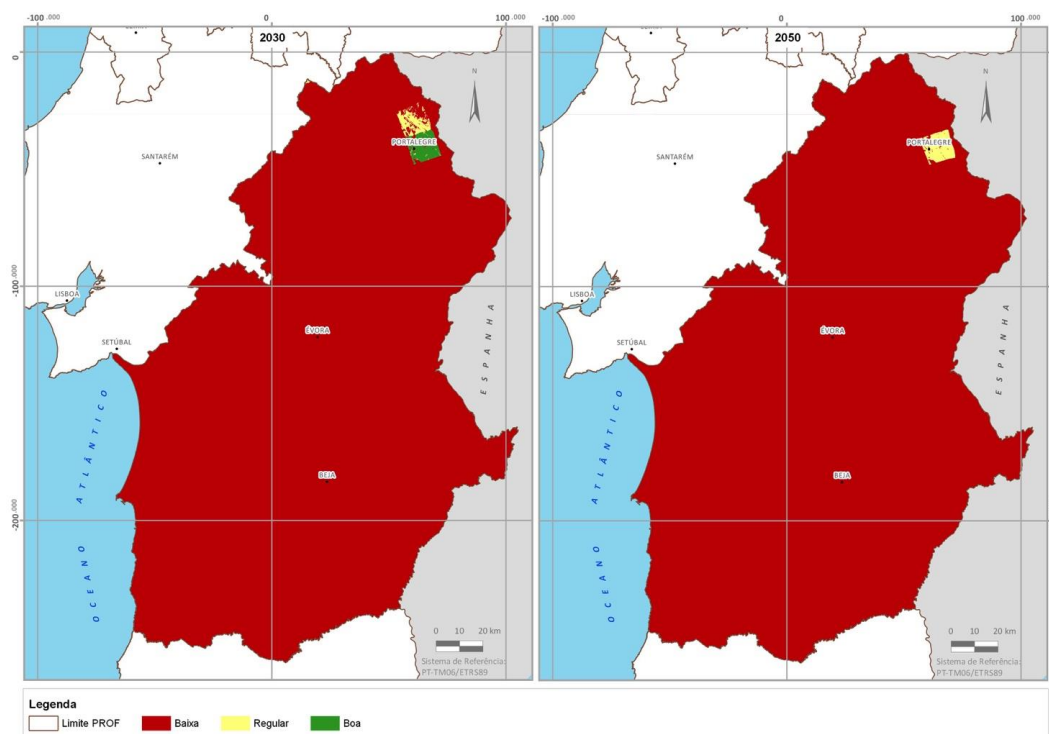
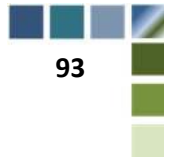


Figura I-4. Aptidão potencial estimada para o Castanheiro (*Castanea sativa*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGT, 2015; Ferreira et al., 2001; ICNF, 2016; IPMA, 2016.



Aptidão potencial estimada para a Alfarrobeira

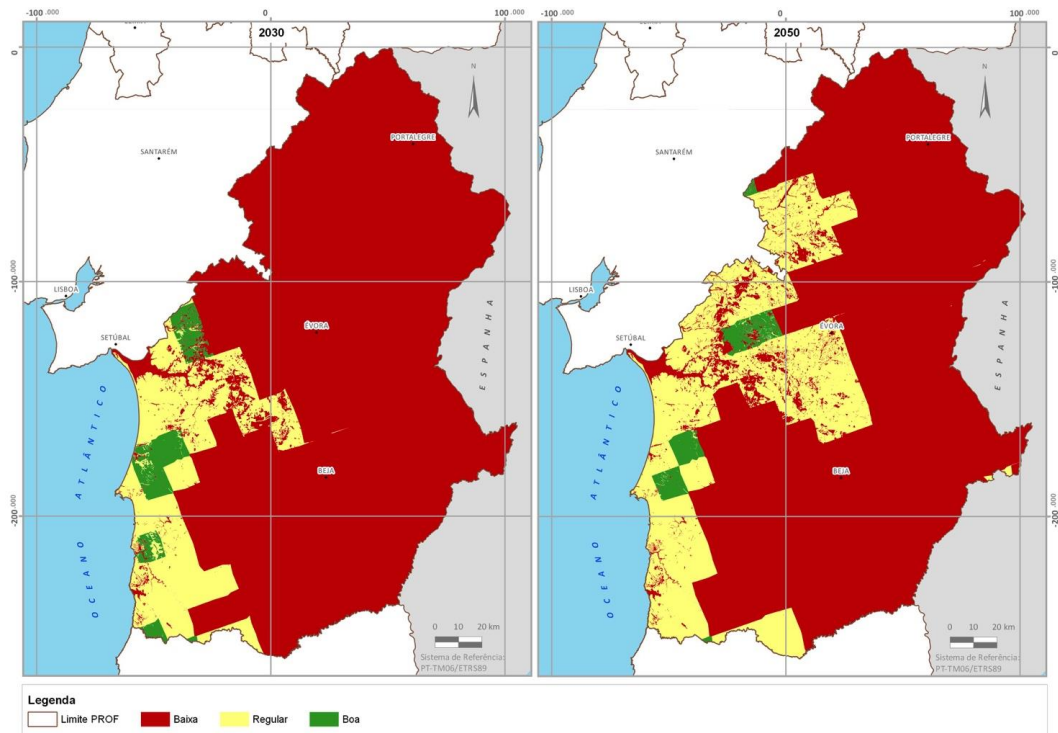


Figura I-5. Aptidão potencial estimada para a Alfarrobeira (*Ceratonia siliqua*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

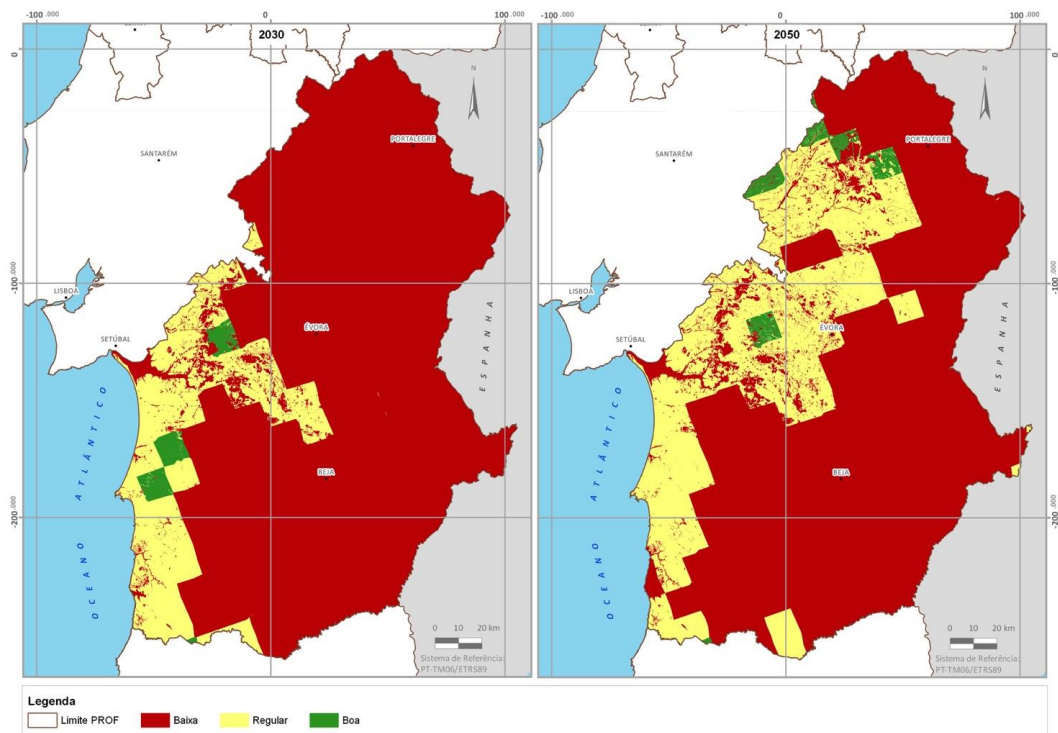
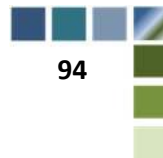


Figura I-6. Aptidão potencial estimada para a Alfarrobeira (*Ceratonia siliqua*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGT, 2015; Ferreira et al., 2001; ICNF, 2016; IPMA, 2016.



Aptidão potencial estimada para o Cipreste-comum

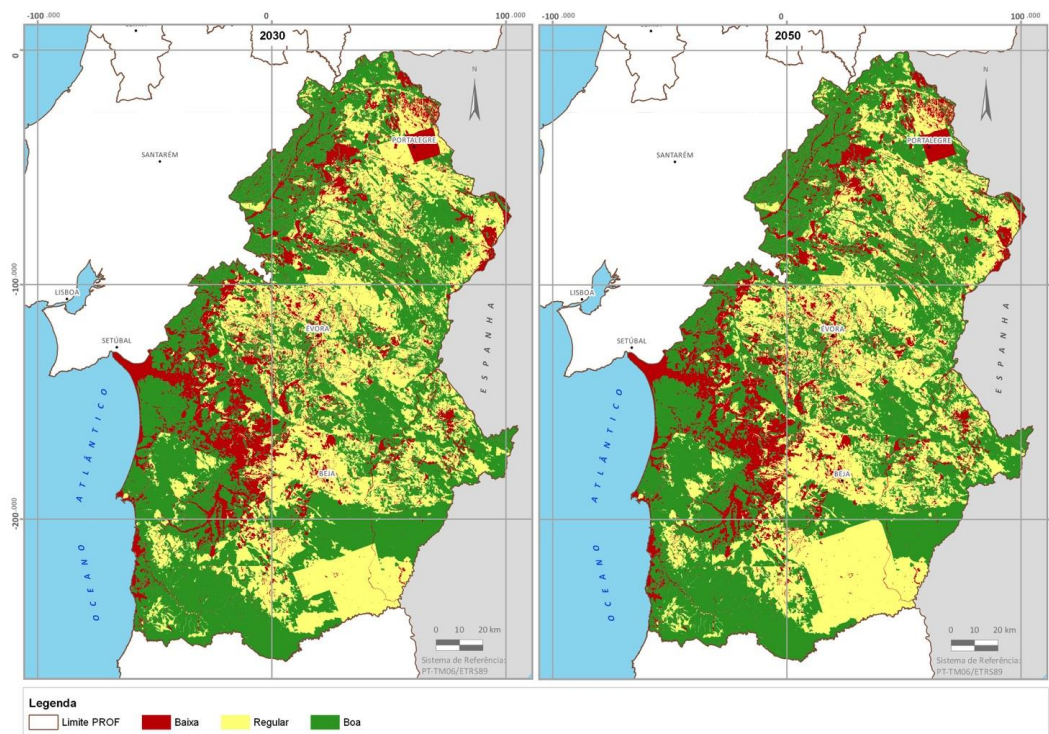


Figura I-7. Aptidão potencial estimada para o Cipreste-comum (*Cupressus sempervirens*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

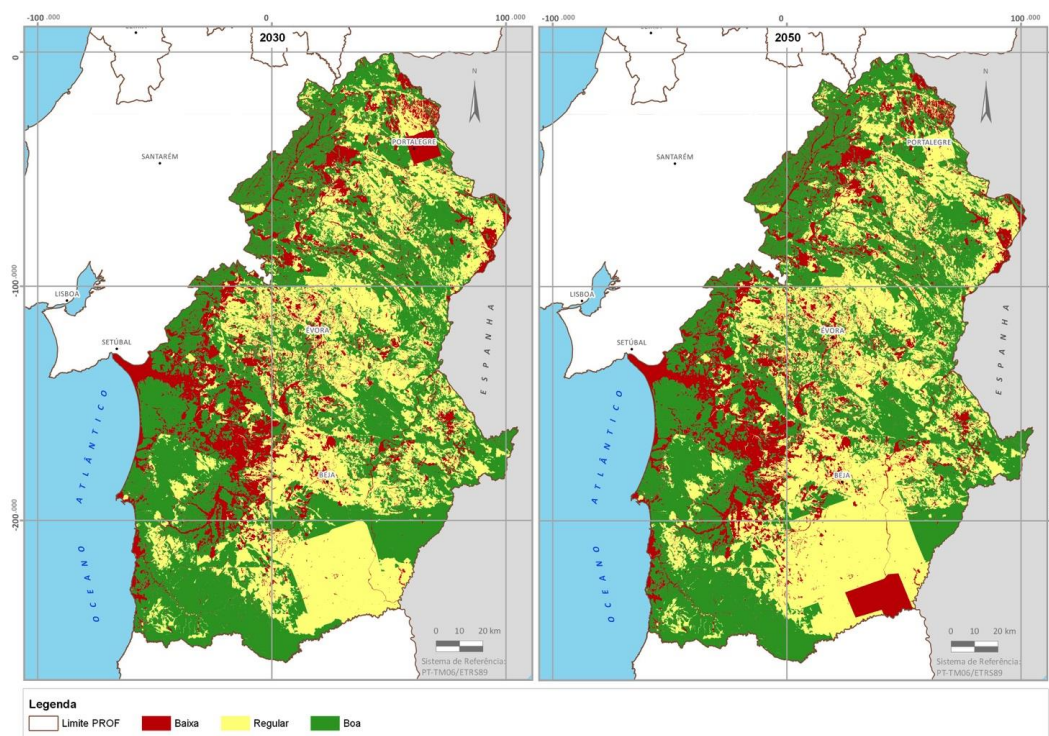
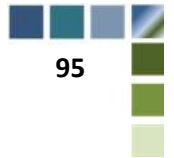


Figura I-8. Aptidão potencial estimada para o Cipreste-comum (*Cupressus sempervirens*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGT, 2015; Ferreira et al., 2001; ICNF, 2016; IPMA, 2016.



Aptidão potencial estimada para o Cedro-do-buçaco

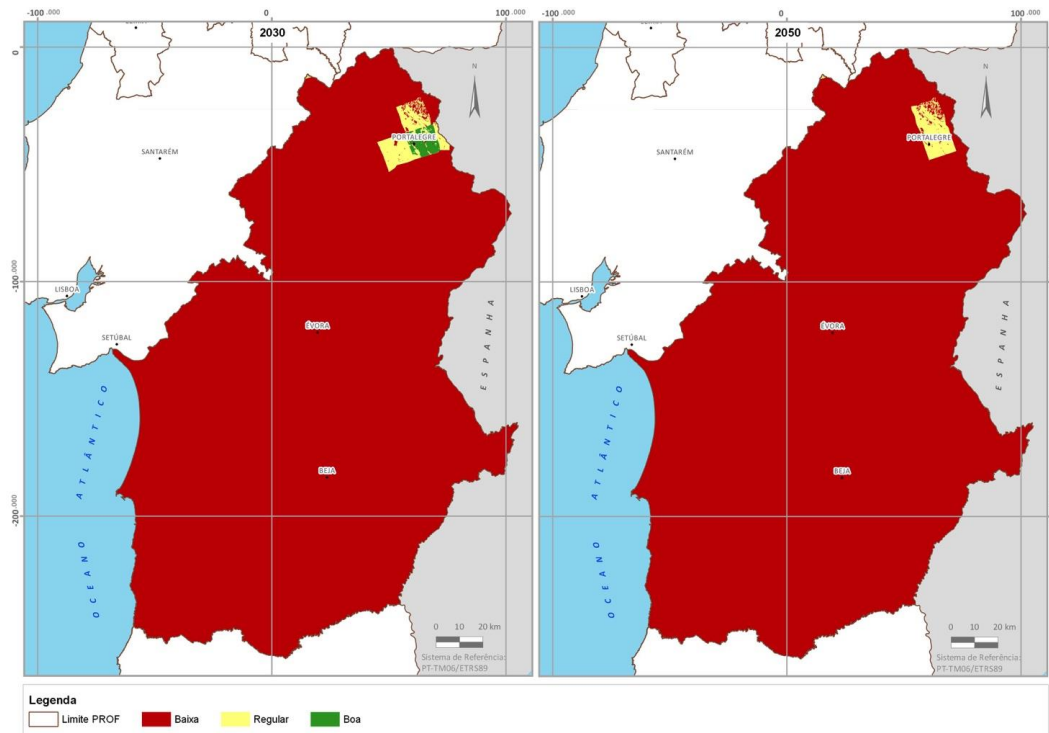


Figura I-9. Aptidão potencial estimada para o Cedro-do-buçaco (*Cupressus lusitânica*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

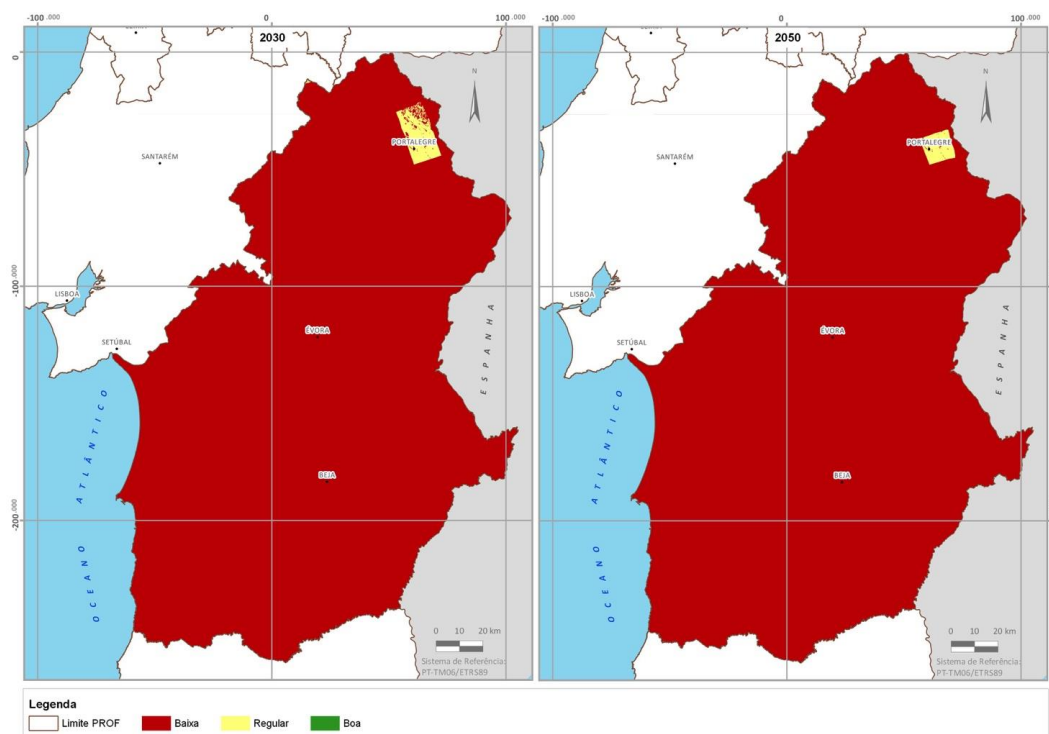


Figura I-10. Aptidão potencial estimada para o Cedro-do-buçaco (*Cupressus lusitânica*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGT, 2015; Ferreira et al., 2001; ICNF, 2016; IPMA, 2016.

Aptidão potencial estimada para a Nogueira

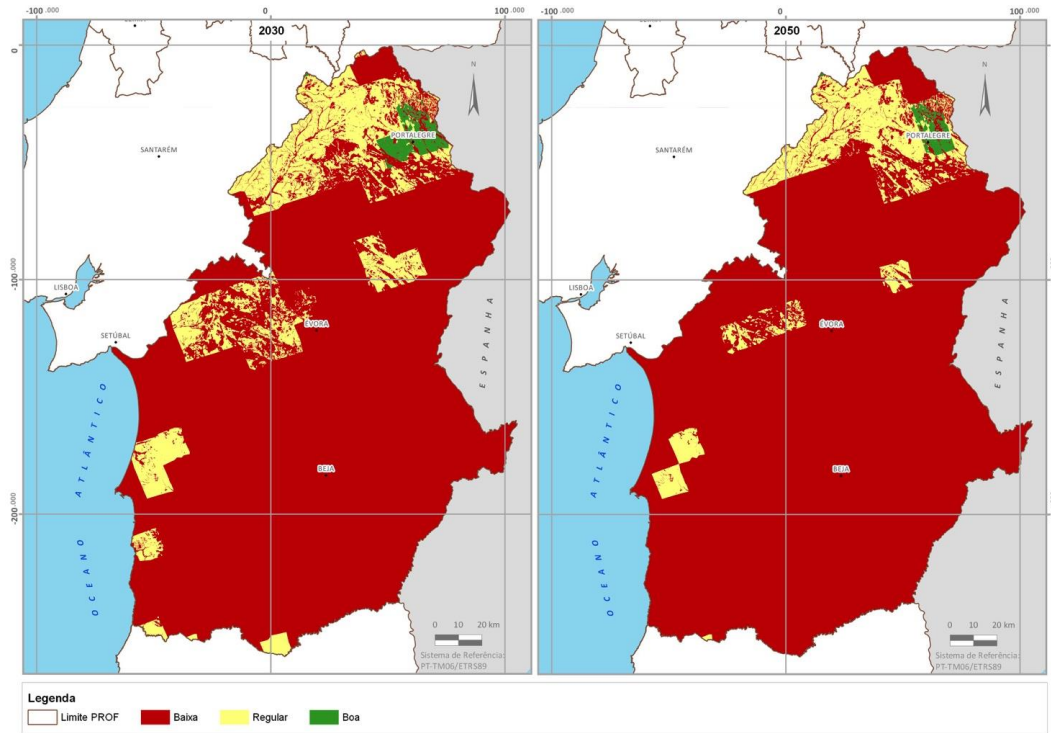


Figura I-11. Aptidão potencial estimada para a Nogueira (*Juglans regia*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

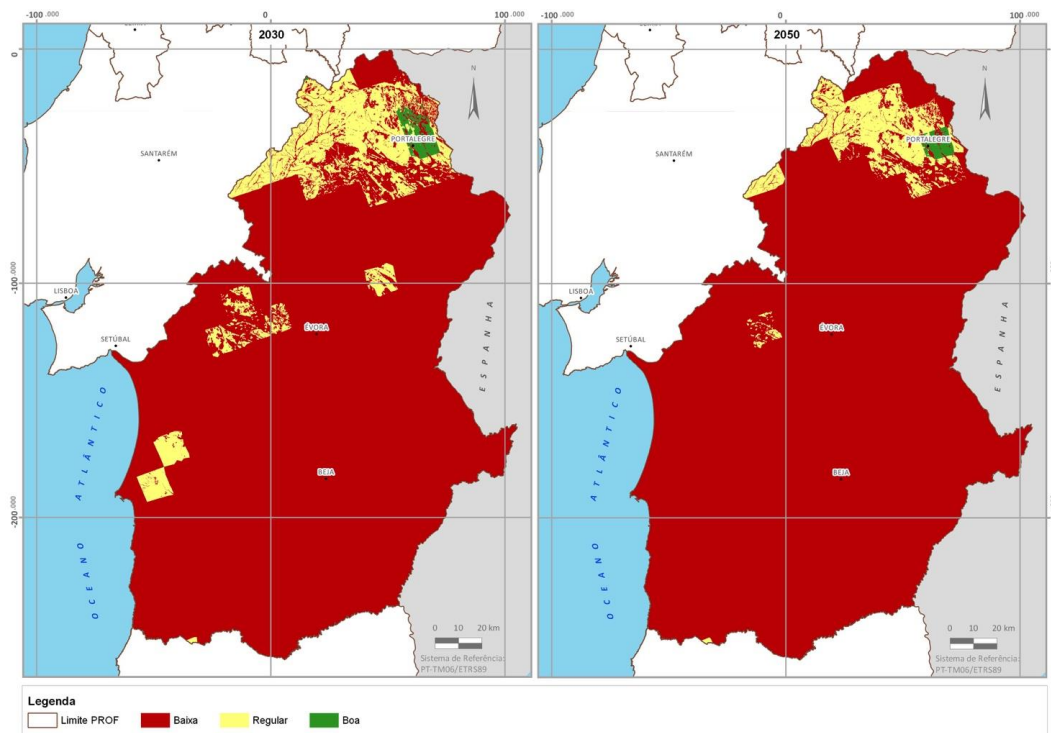
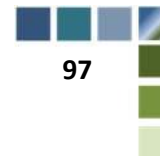


Figura I-12. Aptidão potencial estimada para a Nogueira (*Juglans regia*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGT, 2015; Ferreira et al., 2001; ICNF, 2016; IPMA, 2016.



Aptidão potencial estimada para o Pinheiro-de-alepo

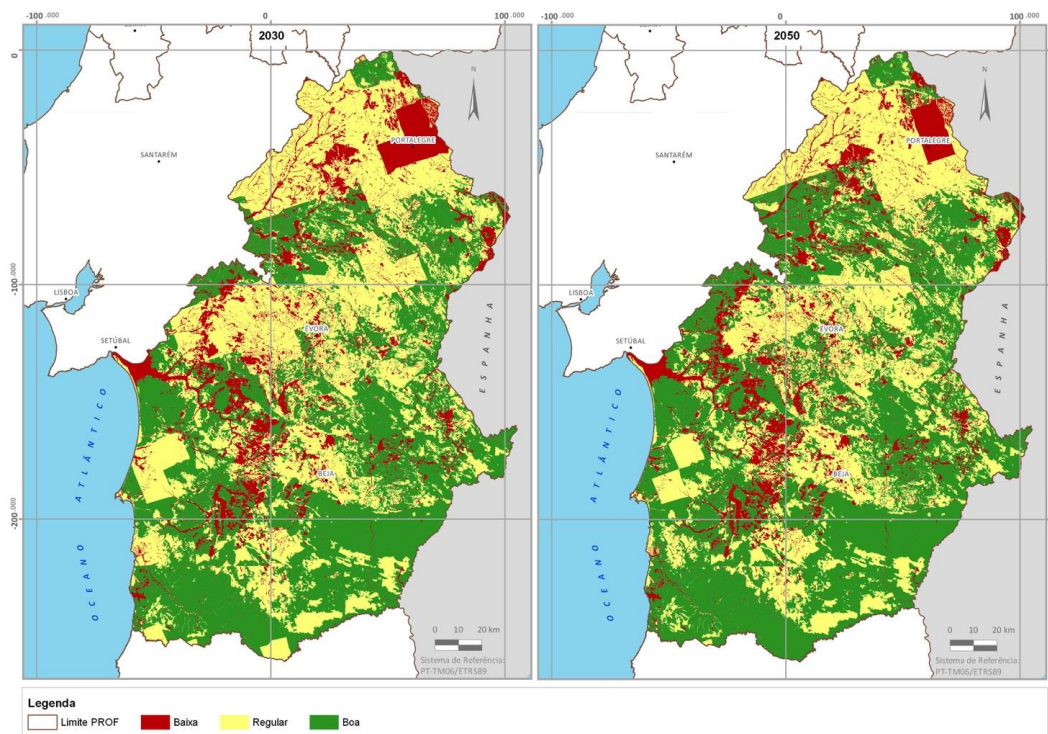


Figura I-13. Aptidão potencial estimada para o Pinheiro-de-alepo (*Pinus halepensis*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

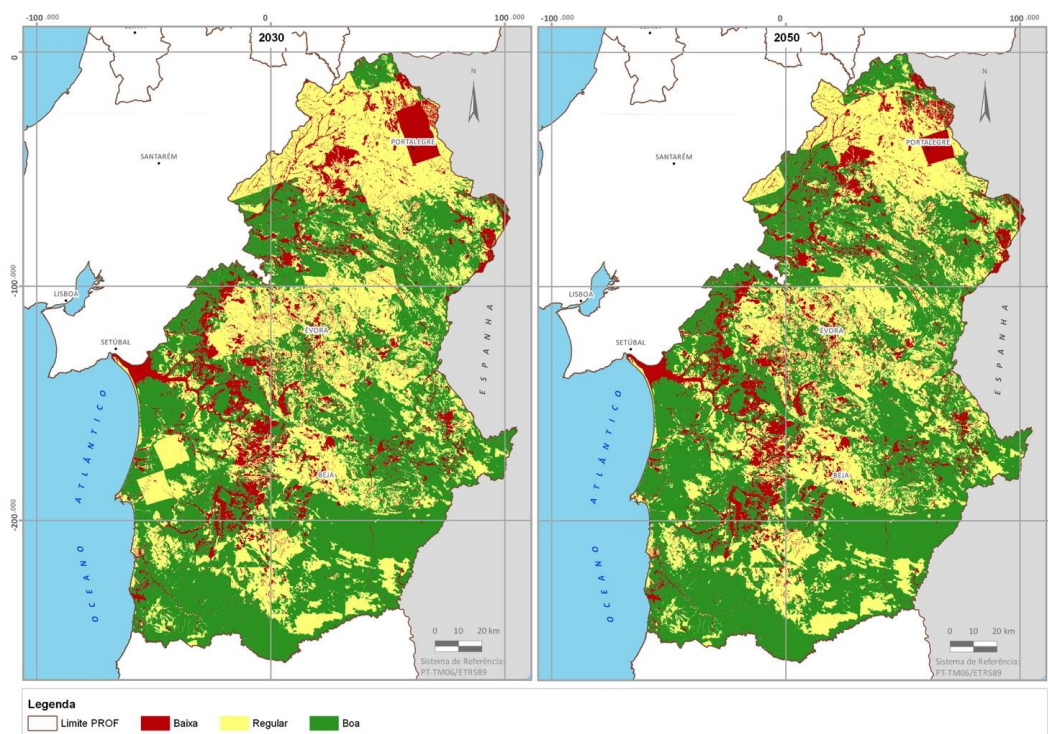
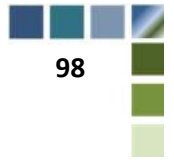


Figura I-14. Aptidão potencial estimada para o Pinheiro-de-alepo (*Pinus halepensis*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGT, 2015; Ferreira et al., 2001; ICNF, 2016; IPMA, 2016.



Aptidão potencial estimada para o Cerejeira

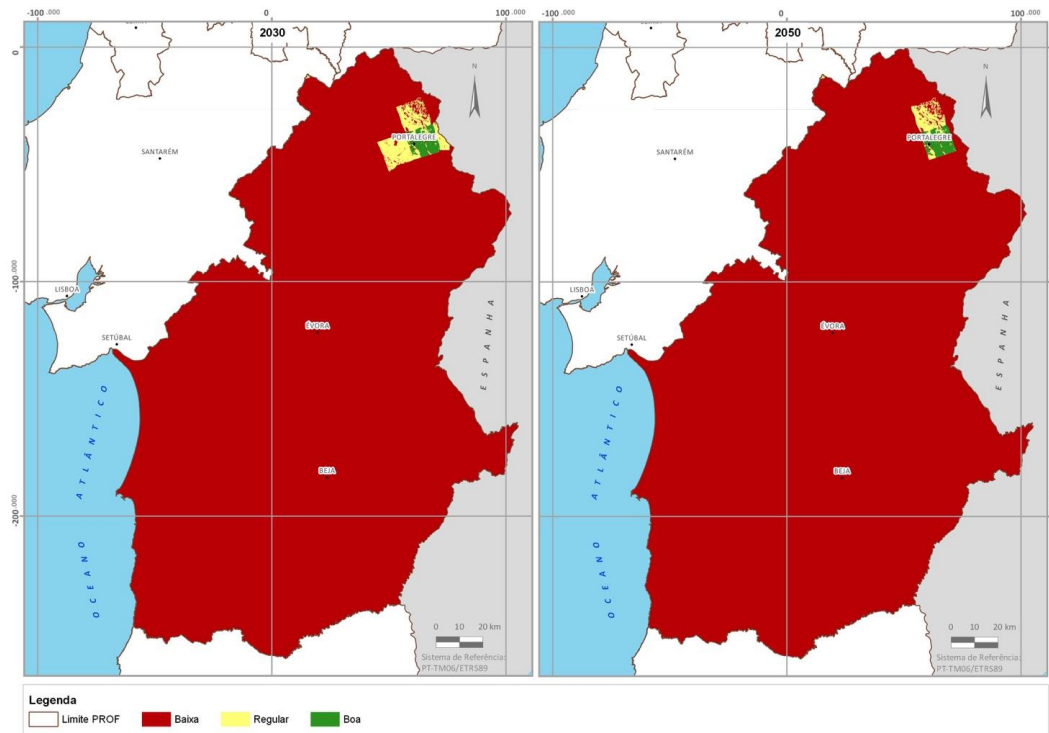


Figura I-15. Aptidão potencial estimada para a Cerejeira (*Prunus avium*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

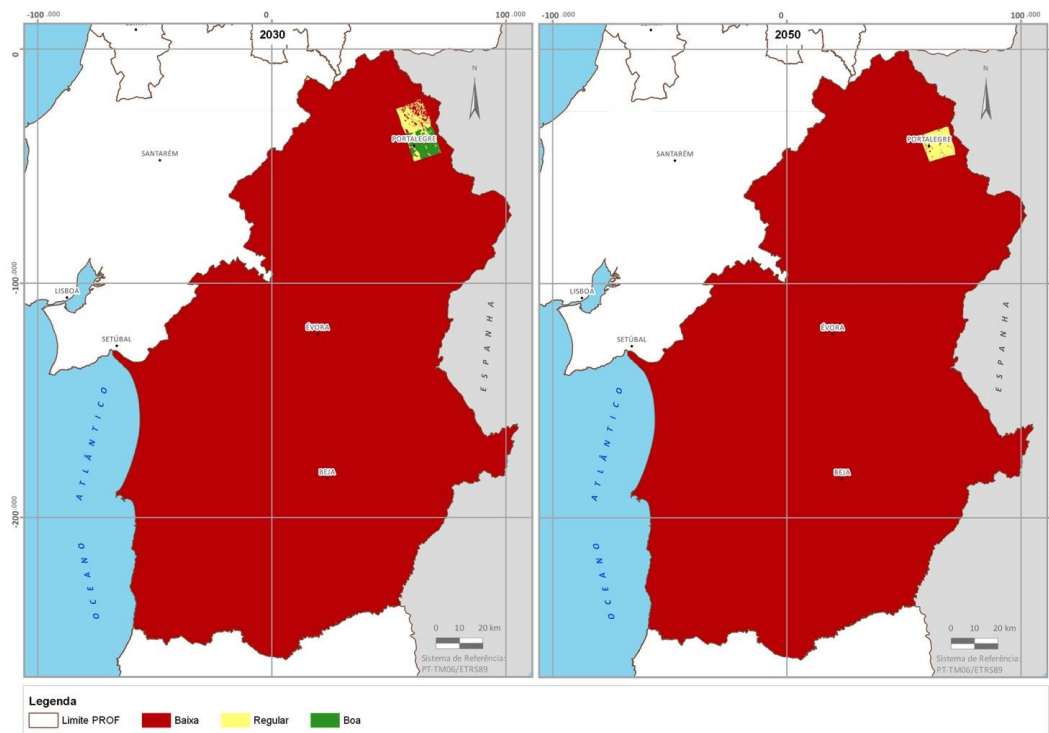
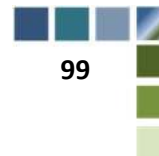


Figura I-16. Aptidão potencial estimada para a Cerejeira (*Prunus avium*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGT, 2015; Ferreira et al., 2001; ICNF, 2016; IPMA, 2016.



Aptidão potencial estimada para o Carvalho-português

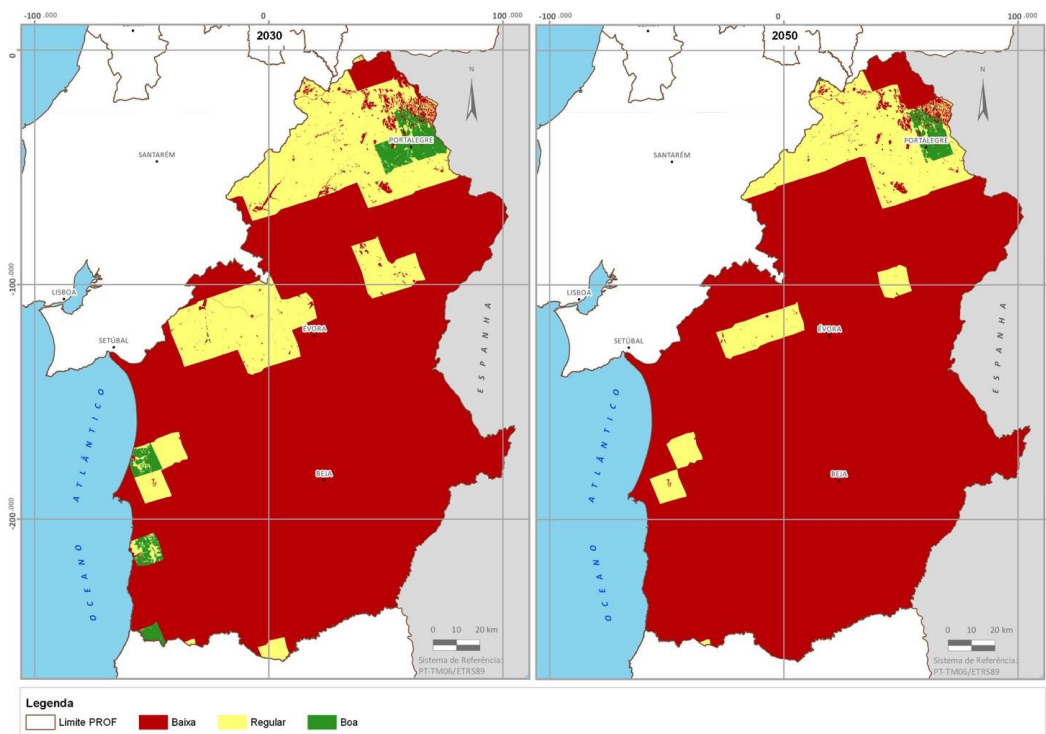


Figura I-17. Aptidão potencial estimada para o Carvalho-português (*Quercus faginea*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

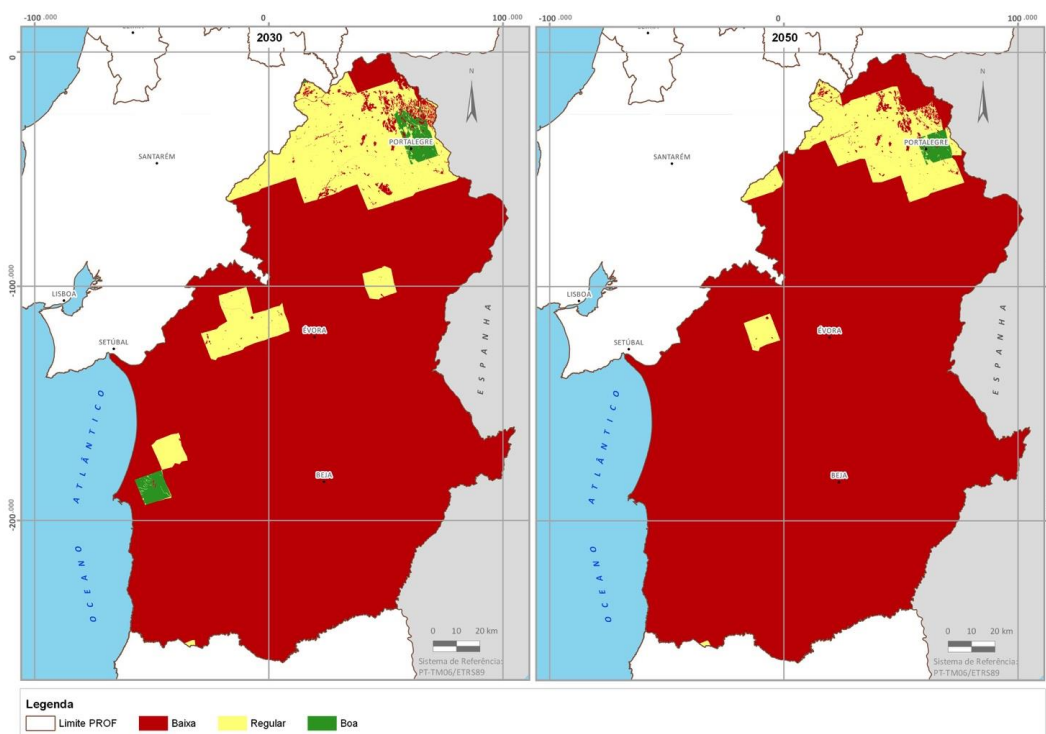
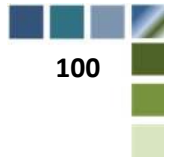


Figura I-18. Aptidão potencial estimada para o Carvalho-português (*Quercus faginea*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGT, 2015; Ferreira et al., 2001; ICNF, 2016; IPMA, 2016.



Aptidão potencial estimada para o Carvalho-negral

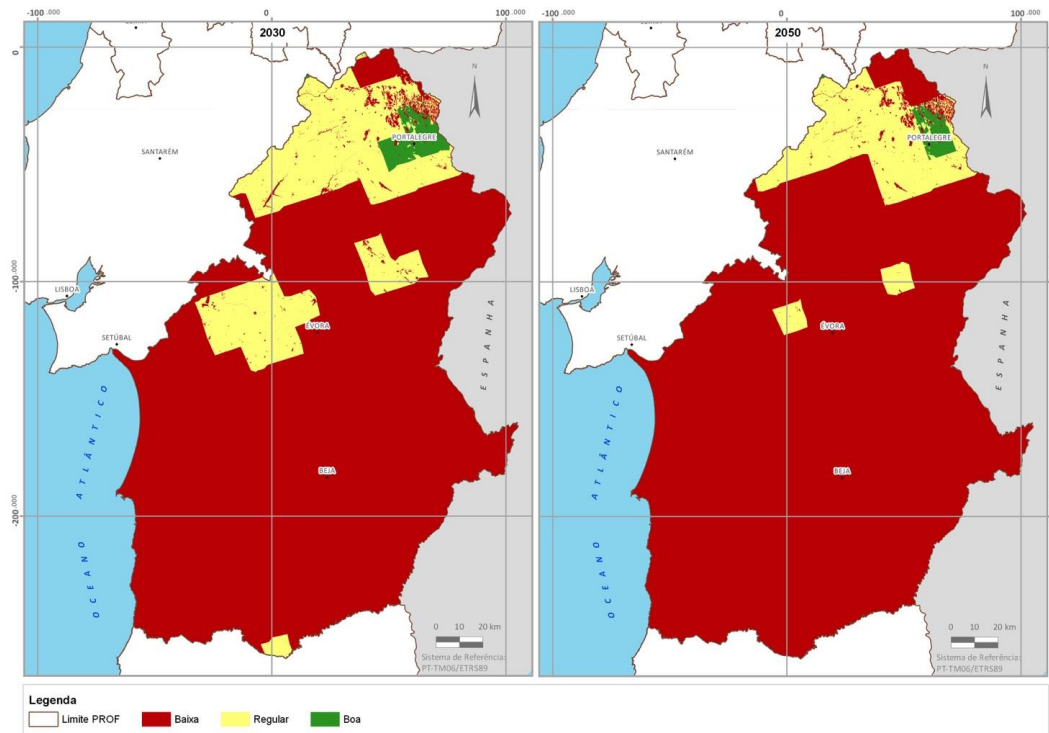


Figura I-19. Aptidão potencial estimada para o Carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

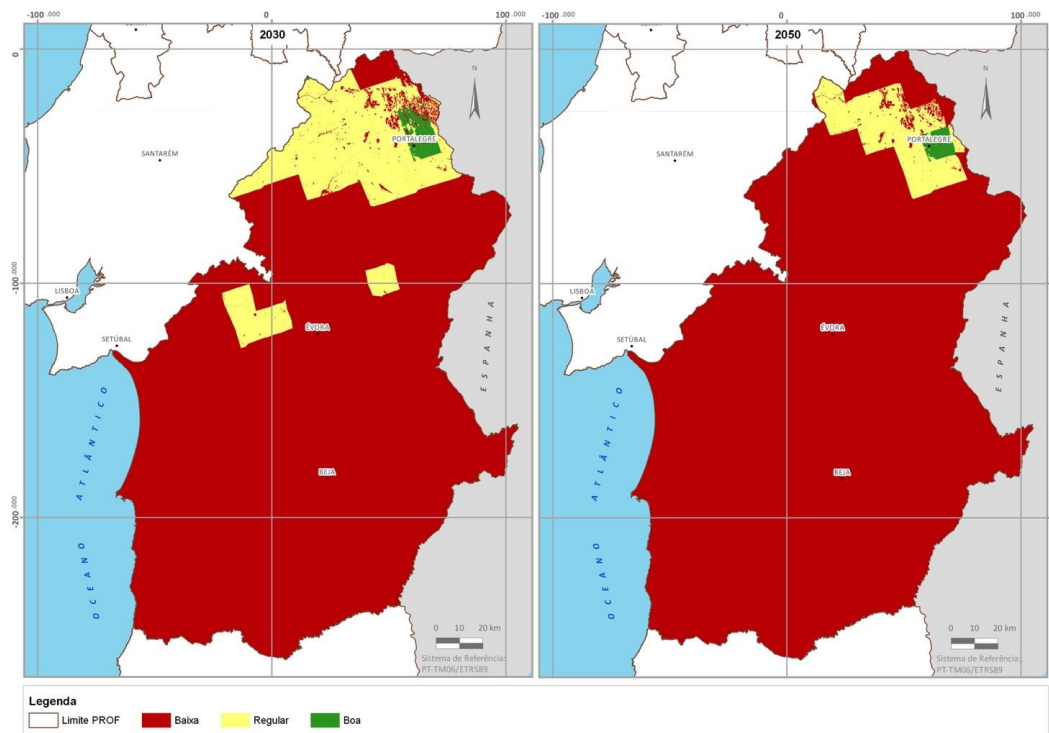


Figura I-20. Aptidão potencial estimada para o Carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGT, 2015; Ferreira et al., 2001; ICNF, 2016; IPMA, 2016.



Aptidão potencial estimada para o Cipreste-da-Califórnia

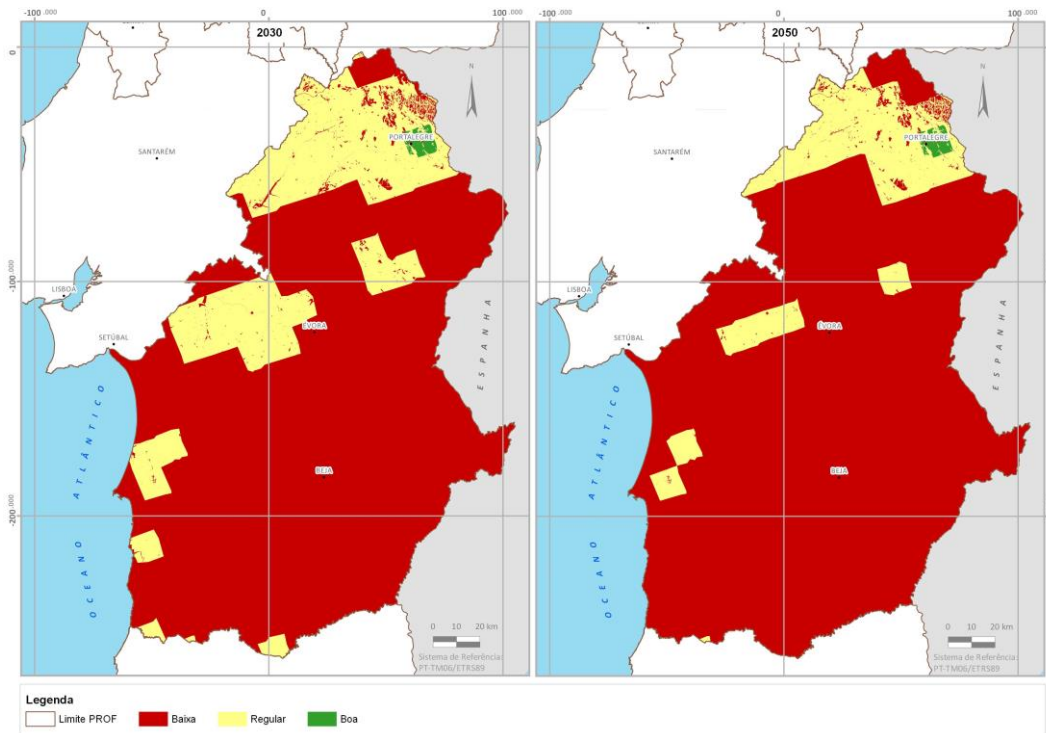


Figura I-21. Aptidão potencial estimada para o Cipreste-da-Califórnia (*Cupressus macrocarpa*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

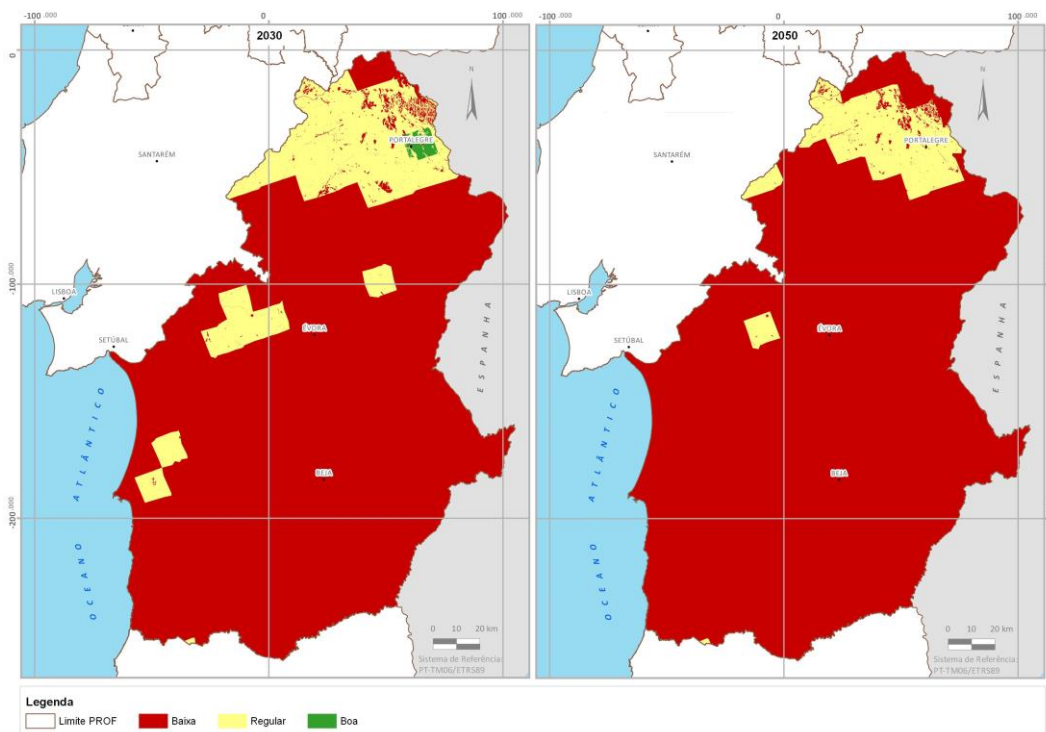
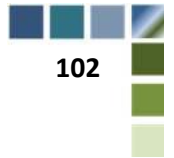


Figura I-22. Aptidão potencial estimada para o Cipreste-da-Califórnia (*Cupressus macrocarpa*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

Fonte: APA, 2016; DGT, 2015; Ferreira et al., 2001; ICNF, 2016; IPMA, 2016.



Aptidão potencial estimada para o Carvalho-americano

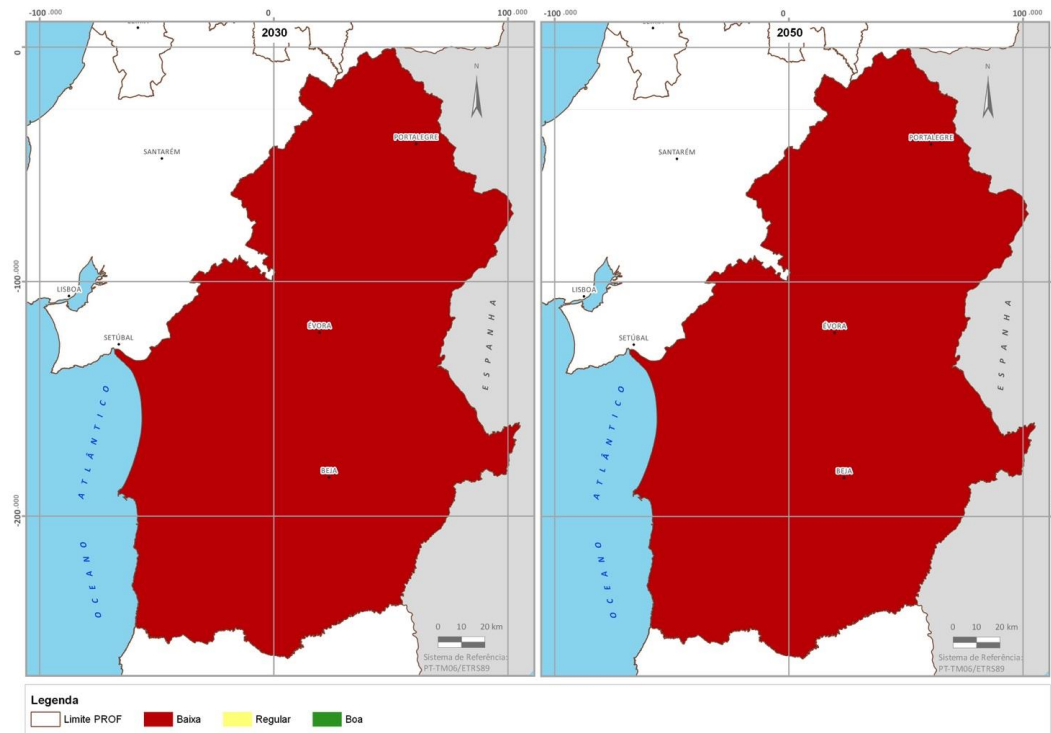


Figura I-23. Aptidão potencial estimada para o Carvalho-americano (*Quercus rubra*) em 2030 e 2050 (Cenário B)

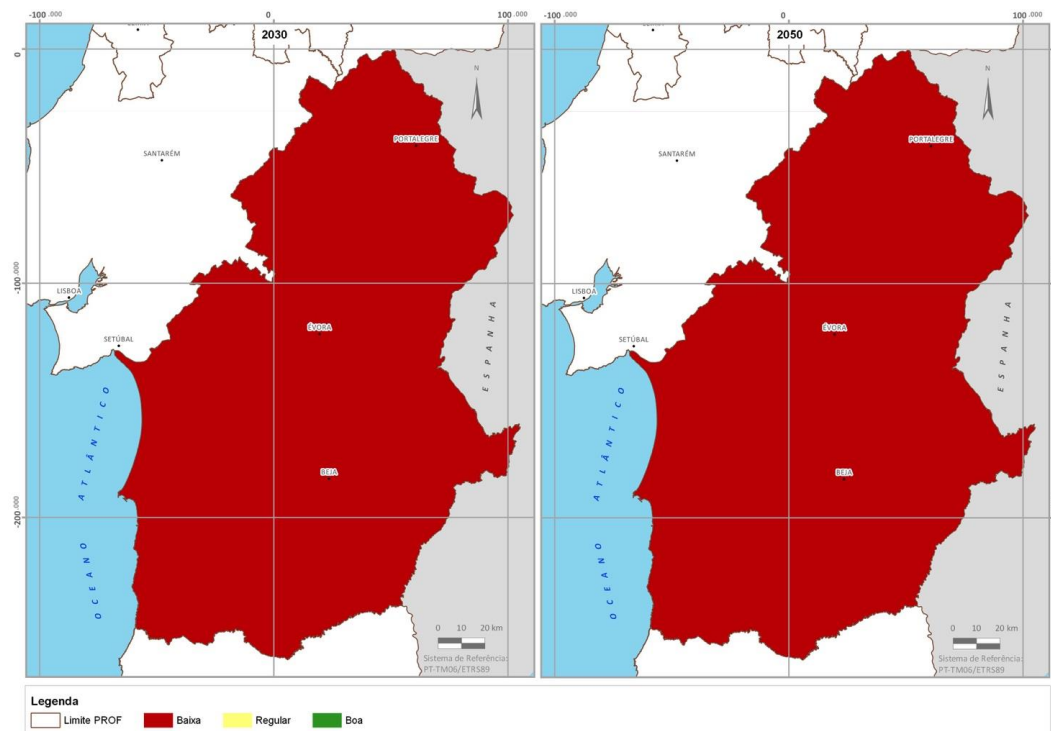
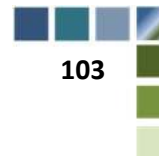


Figura I-24. Aptidão potencial estimada para o Carvalho-americano (*Quercus rubra*) em 2030 e 2050 (Cenário C)

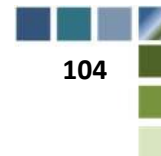
Fonte: APA, 2016; DGT, 2015; Ferreira et al., 2001; ICNF, 2016; IPMA, 2016.



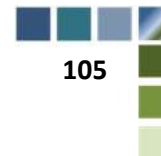
Anexo II - Dimensão média das propriedades

Quadro II-1. Dimensão média (ha) da propriedade por concelho e SRH em 2009

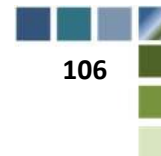
SRH / Concelho	Dimensão média da propriedade no concelho (ha)	Área do concelho na SRH (ha)	% da área do concelho na SRH	Dimensão média da propriedade na SRH (ha)
Almodôvar e Serra do Algarve				68,04
Almodôvar	70,66	27916,04	31%	
Odemira	59,18	46792,9	52%	
Ourique	90,02	15524,95	17%	
Alqueva e envolventes				54,48
Évora	110,52	1849,14	1%	
Alandroal	55,93	8739,19	6%	
Beja	84,58	5254,72	4%	
Mourão	66,40	11438,79	8%	
Moura	51,59	49813,14	35%	
Portel	76,04	12170,76	9%	
Reguengos de Monsaraz	38,67	19186,03	13%	
Serpa	45,09	17078,42	12%	
Vidigueira	50,75	17604,96	12%	
Campo Branco				
Aljustrel	103,04	9303,93	12%	
Almodôvar	70,66	2705,88	4%	
Beja	84,58	13478,8	18%	
Castro Verde	164,61	43712,37	57%	
Mértola	147,92	5708,72	7%	
Ourique	90,02	2006,85	3%	
Campos de Beja				82,96
Aljustrel	103,04	34209,09	16%	
Alvito	99,28	17238	8%	
Beja	84,58	91122,3	43%	
Cuba	39,56	17208,72	8%	
Ferreira do Alentejo	85,26	35940,73	17%	
Mértola	147,92	15,08	0%	
Serpa	45,09	12	0%	
Vidigueira	50,75	14056,12	7%	
Campos de Beja				86,32
Évora	110,52	48960,03	60%	
Portel	76,04	1563,76	2%	



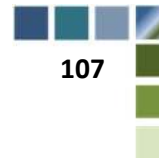
SRH / Concelho	Dimensão média da propriedade no concelho (ha)	Área do concelho na SRH (ha)	% da área do concelho na SRH	Dimensão média da propriedade na SRH (ha)
Redondo	48,71	4855,14	6%	
Reguengos de Monsaraz	38,67	22930,33	28%	
Viana do Alentejo	118,89	3273,32	4%	
Charneca do Alto Alentejo				70,03
Alter do Chão	116,03	4837,47	3%	
Avis	139,73	25951,41	13%	
Crato	69,92	15533,56	8%	
Gavião	37,10	29459,45	15%	
Mora	111,60	23655,32	12%	
Nisa	30,97	9900,57	5%	
Ponte de sor	50,32	83971,16	43%	
Charneca do Tejo e do Sado				137,99
Alcácer do Sal	151,48	50366,61	69%	
Grândola	73,01	3711,24	5%	
Montemor-o-Novo	129,46	9598,5	13%	
Vendas novas	99,60	9292,62	13%	
Cintura de Ourique				111,89
Aljustrel	103,04	2334,39	1%	
Almodôvar	70,66	47166,1	27%	
Castro verde	164,61	13231,86	8%	
Mértola	147,92	64773,52	37%	
Ourique	90,02	48799,56	28%	
Estuário e Vale do Baixo Sado				139,09
Alcácer do Sal	151,48	23473,47	84%	
Grândola	73,01	4402,09	16%	
Litoral Alentejano e Mira				59,46
Odemira	59,18	26683,42	81%	
Sines	60,62	6324,27	19%	
Margem Esquerda				75,70
Barrancos	56,84	16841,73	8%	
Beja	84,58	4787,86	2%	
Mértola	147,92	58790,01	27%	
Moura	51,59	46032,41	21%	
Serpa	45,09	93472,92	43%	
Montados do Alentejo Central				113,16
Évora	110,52	45637,82	17%	



SRH / Concelho	Dimensão média da propriedade no concelho (ha)	Área do concelho na SRH (ha)	% da área do concelho na SRH	Dimensão média da propriedade na SRH (ha)
Alandroal	55,93	2009,87	1%	
Arraiolos	149,23	67251,94	26%	
Avis	139,73	5524,88	2%	
Estremoz	44,48	13550,17	5%	
Montemor-o-Novo	129,46	60396,92	23%	
Mora	111,60	20739,7	8%	
Redondo	48,71	26458,57	10%	
Sousel	48,98	7460,59	3%	
Vendas novas	99,60	12946,26	5%	
Montados do Sado, Viana e Portel				
Évora	110,52	16280,97	7%	
Alcácer do Sal	151,48	40235,06	18%	
Alvito	99,28	9247,31	4%	
Ferreira do Alentejo	85,26	28883,83	13%	
Montemor-o-Novo	129,46	44467,43	20%	
Portel	76,04	46366,05	21%	
Viana do Alentejo	118,89	36093,97	16%	
Peneplanície do Alto Alentejo				82,86
Alandroal	55,93	3418,81	1%	
Alter do Chão	116,03	31369,15	9%	
Arronches	69,33	29092,88	9%	
Avis	139,73	29120,22	9%	
Borba	18,72	4770,13	1%	
Campo maior	29,11	24720,16	7%	
Crato	69,92	23222,61	7%	
Elvas	64,33	63128,86	19%	
Estremoz	44,48	12209,31	4%	
Fronteira	86,48	24859,58	8%	
Monforte	157,69	42024,82	13%	
Portalegre	20,37	17996,08	5%	
Sousel	48,98	17750,51	5%	
Vila viçosa	61,12	6681,65	2%	
Pinhais do Alentejo Litoral				
Alcácer do Sal	151,48	35912,15	34%	
Grândola	73,01	46706,29	44%	
Santiago do Cacém	69,01	12051,76	11%	



SRH / Concelho	Dimensão média da propriedade no concelho (ha)	Área do concelho na SRH (ha)	% da área do concelho na SRH	Dimensão média da propriedade na SRH (ha)
Sines	60,62	10422,48	10%	
Serra de Ossa e Terras do Alandroal				49,87
Alandroal	55,93	40099,95	39%	
Arraiolos	149,23	1122,61	1%	
Borba	18,72	9748,52	10%	
Estremoz	44,48	25620,47	25%	
Redondo	48,71	5637,17	6%	
Reguengos de Monsaraz	38,67	4283,36	4%	
Sousel	48,98	2721,08	3%	
Vila Viçosa	61,12	12804,23	13%	
Serra de São Mamede				35,54
Arronches	69,33	2371,84	3%	
Castelo de vide	66,59	20690,01	25%	
Crato	69,92	1050,72	1%	
Marvão	16,91	14359,59	17%	
Nisa	30,97	18742,82	22%	
Portalegre	20,37	26717,56	32%	
Serra do Monfurado				116,76
Évora	110,52	17979,62	67%	
Montemor-o-Novo	129,46	8833,81	33%	
Serras do Litoral e Montados de Santiago				65,04
Grândola	73,01	27774,04	12%	
Odemira	59,18	98583,83	44%	
Santiago do Cacém	69,01	93917,53	42%	
Sines	60,62	3583,42	2%	
Tejo Superior				36,29
Castelo de Vide	66,59	5801,23	16%	
Marvão	16,91	1130,31	3%	
Nisa	30,97	28924,46	81%	
Terras de Mourão				66,40
Mourão	66,40	16424,19	100%	



Anexo III – Espécies Arbóreas a utilizar em Portugal Continental

Nota Explicativa

Ocorrência (Oc)

De acordo com a sua ocorrência em espaços silvestres, parques florestais, grandes parques urbanos e arborizações especiais, as espécies podem ser:

Predominantes (P) – espécies que formam extensos povoamentos, distribuídos ao longo do país. Tipos: pinheiro-bravo, sobreiro.

Abundantes (A) – espécies que formam extensos povoamentos em regiões ou localidades restritas ou que ocorrem disseminadas em diversos tipos de povoamentos numa extensa área de distribuição. Tipo: vidoeiro.

Frequentes (F) – espécies que ocorrem disseminadas em diversos tipos de formações em várias regiões do país. Tipo: oxicedro.

Ocasionais (O) – espécies que ocorrem disseminadas em diversos tipos de formações, embora de distribuição restrita no território ou de forma isolada. Tipo: cerejeira.

Raras (R) – espécies que ocorrem em pequenos núcleos ou através de indivíduos dispersos, em regiões ou localidades muito restritas. Tipo: carvalho-de-monchique.

Estatuto de Conservação (E) – Portugal Continental (Categorias UICN)

Extinta (Ex)

Em perigo de extinção (E)

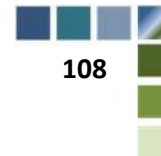
Vulnerável (V)

Rara (R)

Possivelmente extinta (?Ex)

Provisoriamente é utilizado o estatuto de conservação atribuído na Lista de Espécies Botânicas a Proteger em Portugal Continental (documento de trabalho), elaborado em 1990 pelo Serviço Nacional de Parques e Reservas e Conservação da Natureza. Atendendo ao período de tempo já decorrido, durante o qual foram descobertas novas espécies e aprofundado o estudo relativo à distribuição das restantes, esta classificação será oportunamente retificada.

Note-se que por vezes diz respeito a variedades/proveniências originárias do território nacional, como sucede com o pinheiro-silvestre, cuja relativa abundância se deve, na maior parte das vezes, a plantações e sementeiras com material de reprodução não indígena, devendo por isso a classificação “Em perigo de extinção” ser entendida como referindo-se às populações indígenas da serra do Gerês ou estabelecidas com semente dessa origem.



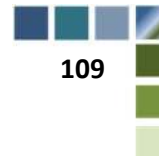
Quadro III-1. Espécies indígenas – Resinosas

ESPÉCIE	NOME COMUM	OC	E	P	OBSERVAÇÕES
<i>Juniperus communis</i> L.ssp. <i>nana</i> Syme	zimbros-comum	F	V		arbustivo
<i>Juniperus navicularis</i> Gand.	piorro	F			arbustivo
<i>Juniperus oxycedrus</i> L.	oxicedro	F			
<i>Juniperus turbinata</i> Guss.	sabina-da-praia	F			
<i>Pinus pinaster</i> Aiton	pinheiro-bravo	P			
<i>Pinus pinea</i> L.	pinheiro-manso	P			
<i>Pinus sylvestris</i> L.	pinheiro-silvestre	F	E		
<i>Taxus baccata</i> L.	teixo	O	E		

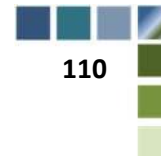
Fonte: ICNF, 2017.

Quadro III-2. Espécies indígenas - Folhosas

ESPÉCIE	NOME COMUM	OC	E	P	OBSERVAÇÕES
<i>Acer monspessulanum</i> L.	zelha	O			
<i>Acer pseudoplatanus</i> L.	padreiro	O			invas. no AMd
<i>Alnus glutinosa</i> (L.) Gaertner	amieiro	A			
<i>Amelanchier ovalis</i> Medik.	guilhomo	R			arbustivo
<i>Arbutus unedo</i> L.	medronheiro	A			
<i>Betula pubescens</i> Ehrhart	videeiro	A			
<i>Buxus sempervirens</i> L.	buxo	O			arbustivo
<i>Castanea sativa</i> L.	castanheiro	P			
<i>Celtis australis</i> L.	lódão-bastardo	O			
<i>Ceratonia siliqua</i> L.	alfarrobeira	P			
<i>Chamaerops humilis</i> L.	palmeira-das-vassouras	O			arbustivo
<i>Cornus sanguinea</i> L.	corniso	R			arbustivo
<i>Corylus avellana</i> L.	aveleira	O			arbustivo



ESPÉCIE	NOME COMUM	OC	E	P	OBSERVAÇÕES
<i>Crataegus monogyna</i> Jacques	pilriteiro	A			arbustivo
<i>Erica arborea</i> L.	urze-branca	A			
<i>Erica scoparia</i> L.	urze-das-vassouras	A			arbustivo
<i>Euonymus europaeus</i> L.	evónimo	R			arbustivo
<i>Fagus sylvatica</i> L.	faia	F			
<i>Frangula alnus</i> Miller	sanguinho	A			
<i>Fraxinus angustifolia</i> Vahl	freixo	A			
<i>Ilex aquifolium</i> L.	azevinho	F	E	LN	
<i>Laurus nobilis</i> L.	loureiro	F			
<i>Ligustrum vulgare</i> L.	alfenheiro	O			arbustivo
<i>Malus sylvestris</i> (L.) Miller	macieira-brava	O			
<i>Myrica faya</i> Aiton	samouco	F			
<i>Myrica gale</i> L.	samouco-do-brabante	R			
<i>Myrtus communis</i> L.	murta	A			arbustivo
<i>Nerium oleander</i> L.	cevadilha	F			arbustivo
<i>Olea europaea</i> L.	zambujeiro	A			
<i>Phillyrea angustifolia</i> L.	lentisco	A			
<i>Phillyrea latifolia</i> L.	aderno-de-folhas-largas	A			
<i>Pistacia lentiscus</i> L.	aroeira	A			arbustivo
<i>Pistacia terebinthus</i> L.	terebinto	F			arbustivo
<i>Populus alba</i> L.	choupo-branco	F			
<i>Populus nigra</i> L.	choupo-negro	F			
<i>Populus tremula</i> L.	choupo-tremedor	R			
<i>Prunus avium</i> L.	cerejeira-brava	A			
<i>Prunus insititia</i> L.	cagoiceiro	O			
<i>Prunus lusitanica</i> L.	azereiro	O	E		



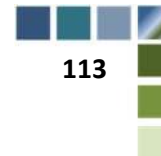
ESPÉCIE	NOME COMUM	OC	E	P	OBSERVAÇÕES
<i>Prunus mahaleb</i> L.	cerejeira-de-santa-luzia	R			
<i>Prunus padus</i> L.	azereiro-dos-danados	R			
<i>Prunus spinosa</i> L.	abrunheiro	F			arbustivo
<i>Pyrus bourgaena</i> Decaisne	catapereiro	F			
<i>Pyrus cordata</i> Desvaux	escalheiro	F			
<i>Pyrus pyraaster</i> Burgsd.	pereira-brava	R			
<i>Quercus x airensis</i> Franco & Vasc.	-	O			
<i>Quercus x andegavensis</i> Hy	-	O			
<i>Quercus canariensis</i> Willdenow	carvalho-de-monchique	R	E		
<i>Quercus coccifera</i> L.	carrasco	A			
<i>Quercus x coutinhoi</i> Samp.		O			
<i>Quercus faginea</i> Lambert	carvalho-português	P			
<i>Quercus x jahandiezii</i>	azinheira-macha	O			
<i>Quercus x mixta</i> Colm.		O			
<i>Quercus x neomarei</i> A. Camus		O			
<i>Quercus pyrenaica</i> Willdenow	carvalho-negral	P			
<i>Quercus rivasmartinezii</i> (Capelo & J. C. Costa) Capelo & J. C. Costa	carrasco-arbóreo	R			
<i>Quercus robur</i> L.	carvalho-alvarinho	P			
<i>Quercus rotundifolia</i> Lambert	azinheira	P	LN		
<i>Quercus suber</i> L.	sobreiro	P	LN		
<i>Retama monosperma</i> (L.) Boiss.	piorno-branco	A			arbustivo
<i>Rhamnus alaternus</i> L.	aderno-bastardo	A			arbustivo
<i>Rhamnus cathartica</i> L. z.	espinheiro-cerval	R			arbustivo
<i>Rhododendron ponticum</i> L. ssp. <i>baeticum</i> (Boiss.&Reuter) Hend.-Maz	rododendro	O	E		arbustivo



ESPÉCIE	NOME COMUM	OC	E	P	OBSERVAÇÕES
<i>Salix alba</i> L.	vimeiro-branco	A			
<i>Salix arenaria</i> L.	salgueiro-das-dunas	F	V		arbustivo
<i>Salix atrocinerea</i> Brotero	borrazeira-preta	A			
<i>Salix caprea</i> L.	salgueiro	R			
<i>Salix x erytoclados</i> Simonkai	salgueiro	F			
<i>Salix fragilis</i> L.	vimeiro-francês	F			
<i>Salix x multidentata</i> T.E.Díaz&E.PuentE	salgueiro	F			
<i>Salix x pseudosalviifolia</i> T.E.Díaz&Puente	salgueiro	F			
<i>Salix purpurea</i> L.	salgueiro-de-casca-roxa	F			
<i>Salix x rubens</i> Schrank	salgueiro	F			
<i>Salix salviifolia</i> Brotero	borrazeira-branca	F	V	DH	
<i>Salix x secalliana</i> Pau & C. Vicioso	salgueiro	F			
<i>Salix triandra</i> L.	salg.-de-folhas-de-amendoeira	O			
<i>Sorbus aria</i> (L.) Crantz	botoeiro	R			
<i>Sorbus aucuparia</i> L.	tramazeira	F			
<i>Sorbus domestica</i> L.	sorveira	O			
<i>Sorbus latifolia</i> (Lambert) Persoon	mostajeiro	R			
<i>Sorbus torminalis</i> (L.) Crantz	mostajeiro	R			
<i>Tamarix africana</i> Poiret	tamargueira	A			
<i>Tamarix canariensis</i> Willdenow	tamargueira-rosada	F			
<i>Ulmus minor</i> Miller	ulmeiro-de-folhas-lisas	A			
<i>Ulmus procera</i> Salisbury	ulmeiro	F			
<i>Viburnum lantana</i> L.	viburno	R			arbustivo
<i>Viburnum opulus</i> L.	caneleiro	O			arbustivo

ESPÉCIE	NOME COMUM	OC	E	P	OBSERVAÇÕES
<i>Viburnum tinus</i> L.	folhado	A			arbustivo

Fonte: ICNF, 2017.

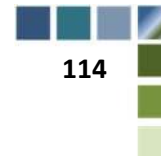


ESPÉCIES NÃO INDÍGENAS INTRODUZIDAS, CONSIDERADAS COMO ESPÉCIES INDÍGENAS PARA EFEITOS DO DECRETO-LEI N.º 565/99, DE 21 DE DEZEMBRO - ARTIGO 1.º E ANEXO I

Quadro III-3. Espécies não indígenas – Resinosas (consideradas espécies indígenas por DL n.º 565/99, de 21 de dezembro)

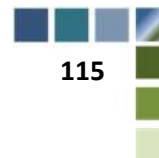
ESPÉCIE	NOME COMUM	OC	OBSERVAÇÕES
<i>Abies alba</i> L.	abeto-branco	R	
<i>Cedrus atlantica</i> (Endl.) Man. ex Carr.	cedro-do-atlas	O	
<i>Cedrus deodara</i> (Hooker f.) Henry	cedro-do-himalaia	R	
<i>Chamaecyparis lawsoniana</i> (Murray) Parl.	camecáparis-de-lawson	O	
<i>Cupressus lusitanica</i> Miller	cipreste-do-buçaco	F	
<i>Cupressus macrocarpa</i> Hartweg ex Gordon	cipreste-da-califórnia	O	
<i>Cupressus sempervirens</i> L.	cipreste-comum	F	
<i>Pinus halepensis</i> Miller	pinheiro-de-alepo	A	
<i>Pinus nigra</i> Arnold	pinheiro-larício	A	Diversas subespécies e variedades
<i>Pseudotsuga menziesii</i> (Mirbel) Franco	pseudotsuga	A	
<i>Pinus canariensis</i> Chr. Sm. ex Buch	pinheiro-das-canárias	O	
<i>Pinus eldarica</i> Medwedew	pinheiro-da-transcaucásia	O	
<i>Pinus muricata</i> D. Don	pinheiro-do-bispo	R	
<i>Pinus radiata</i> D. Don	pinheiro-insigne	F	
<i>Pinus uncinata</i> Miller ex Mirbel		O	
<i>Pinus wallichiana</i> Jackson	pinheiro-do-himalaia	R	
<i>Podocarpus totara</i> D. Don ex Lambert .	totara	R	
<i>Sequoia sempervirens</i> (D. Don) Endl	sequóia	R	
<i>Taxodium distichum</i> (L.) Richards	taxódio	O	
<i>Thuja plicata</i> D. Don	tuia-gigante	R	

Fonte: ICNF, 2017.



Quadro III-4. Espécies não indígenas – Folhosas (consideradas espécies indígenas por DL n.º 565/99, de 21 de dezembro)

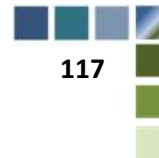
ESPÉCIE	NOME COMUM	OC
<i>Acer campestre</i> L.	bordo-comum	R
<i>Aesculus x carnea</i> Hayne	castanheiro-da-índia-de-flores-rosa	R
<i>Aesculus hippocastanum</i> L.	castanheiro-da-índia	O
<i>Albizia julibrissin</i> Durazz.	albízia-de-constantinopla	F
<i>Albizia lophanta</i> (Will.) Benth.	albízia	F
<i>Alnus cordata</i> Desfontaines	amieiro-napolitano	R
<i>Betula pendula</i> Rothwell	videeiro	R
<i>Carya illinoensis</i> (Wangenheim) K. Koch	pacana	R
<i>Castanea crenata</i> Siebold & Zuccarini	castanheiro-do-japão	O
<i>Casuarina cunninghamiana</i> Miquel	casuarina-ténue	O
<i>Casuarina equisetifolia</i> L.	casuarina-cavalinha	O
<i>Catalpa bignonioides</i> Walter	catalpa	R
<i>Cinnamomum camphora</i> (L.) Siebold	canforeira	R
<i>Eucalyptus x algeriensis</i> Trabut.	eucalipto	O
<i>Eucalyptus botryoides</i> Smith	eucalipto	F
<i>Eucalyptus cladocalyx</i> Müller	eucalipto	F
<i>Eucalyptus cornuta</i> Labillardière	eucalipto	O
<i>Eucalyptus dalrympleana</i> Maiden	eucalipto	O
<i>Eucalyptus diversicolor</i> Müller	eucalipto	F
<i>Eucalyptus gomphocephala</i> De Candolle	eucalipto	O
<i>Eucalyptus grandis</i> (Hill.) Maiden	eucalipto	O
<i>Eucalyptus gunnii</i> Hooker f.	eucalipto	R
<i>Eucalyptus x kirtoniana</i> Müller	eucalipto	O
<i>Eucalyptus maidenii</i> Müller	eucalipto	O
<i>Eucalyptus nitens</i> Maiden Smith	eucalipto	O



ESPÉCIE	NOME COMUM	OC
<i>Eucalyptus obliqua</i> L'Herit.	eucalipto	O
<i>Eucalyptus polyanthemos</i> Schauer	eucalipto	O
<i>Eucalyptus resinifera</i> Smith	eucalipto	O
<i>Eucalyptus robusta</i> Smith	eucalipto	O
<i>Eucalyptus rudis</i> Endl.	eucalipto	O
<i>Eucalyptus sideroxylon</i> (A. Cunn.) Benth.	eucalipto	O
<i>Eucalyptus smithii</i> R. T. Baker	eucalipto	O
<i>Eucalyptus tereticornis</i> Smith	eucalipto	O
<i>Eucalyptus x trabuti</i> Vilmorin ex Trabut	eucalipto	O
<i>Fraxinus americana</i> L.	freixo-americano	R
<i>Fraxinus excelsior</i> L.	freixo-europeu	O
<i>Fraxinus pennsylvanica</i> Marsh	freixo-americano	R
<i>Juglans nigra</i> L.	nogueira-preta	F
<i>Juglans regia</i> L.	nogueira	F
<i>Liquidambar styraciflua</i> L.	liquidâmbar	O
<i>Liriodendron tulipifera</i> L.	tulipeiro-da-virgínia	O
<i>Melaleuca armilaris</i> Smith	melaleuca	R
<i>Metrosiderus excelsus</i> Soland ex Gaertn.	metrosídero	R
<i>Metrosiderus robustus</i> A. Cunn.	metrosídero-robusto	R
<i>Morus alba</i> L.	amoreira-branca	R
<i>Morus nigra</i> L.	amoreira-preta	R
<i>Nothofagus obliqua</i> (Mirbel) Blume	roble	R
<i>Paulownia tomentosa</i> (Thunberg) Steudel	paulónia	R
<i>Quercus cerris</i> L.	carvalho-turco	R
<i>Quercus palustris</i> Muenchhausen	carvalho-vermelho-americano	F
<i>Sophora japonica</i> L.	sófora-do-japão	R

ESPÉCIE	NOME COMUM	OC
<i>Quercus coccinea</i> Muenchhausen	carvalho-vermelho-americano	F
<i>Tilia cordata</i> Miller	tília-de-folhas-pequenas	R
<i>Tilia platyphyllos</i> Scopoli	tília-de-folhas-grandes	R
<i>Tilia tomentosa</i> Moench	tília-prateada	R

Fonte: ICNF, 2017.



Anexo IV – Vegetação ripícola arbórea

Algumas espécies ripícolas que se situam mais próximas das margens por dependerem mais da água:

- Amieiro, *Alnus glutinosa*
- Choupos, *Populus alba*, *Populus nigra* e alguns híbridos
- Freixo, *Fraxinus angustifolia*, *Fraxinus excelsior*
- Salgueiros, *Salix alba*, *Salix atrocinerea*, *Salix salvifolia*, *Salix viminalis*
- Sanguinho, *Frangula alnus*
- Ulmeiro, *Ulmus minor*
- Videeiro, *Betula* L. (para zonas de maior altitude)

Algumas espécies de zonas relativamente frescas e húmidas (quando a presença da humidade começa a diminuir):

- Aveleira, *Corylus avellana*
- Buxo, *Buxus sempervirens*
- Cerejeira-brava, *Prunus lusitanica*
- Lódão, *Celtis australis*
- Loendro, *Nerium oleander*
- Loureiro, *Laurus nobilis*
- Murta, *Myrtus communis*
- Pilriteiro, *Crataegus monogyna*

